

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

JACIRA MARIA ABDON FERREIRA

IMPrensa EM DEBATE: A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO ACRE TERRITÓRIO
(1927/1930)

RIO BRANCO
2018

JACIRA MARIA ABDON FERREIRA

IMPrensa EM DEBATE: A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO ACRE TERRITÓRIO
(1927/1930)

Relatório final para exame de Defesa apresentado ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre como requisito para obtenção do título de Mestre. Linha e Pesquisa: Políticas e Gestão Educacional.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Maria Lopes Dantas

RIO BRANCO
2018

JACIRA MARIA ABDON FERREIRA

IMPrensa em Debate: A Instrução Pública no Acre Território
(1927/1930)

Relatório final para exame de Defesa apresentado ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre como requisito para obtenção do título de Mestra. Linha e Pesquisa: Políticas e Gestão Educacional.

Rio Branco, 03 de dezembro de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Andréa Maria Lopes Dantas - UFAC
Orientadora - Universidade Federal do Acre

Mauro Castilho Gonçalves
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP
Membro Externo

Pelegrino Santos Verçosa
Universidade Federal do Acre – UFAC
Membro Interno

Dedico este trabalho à minha mãe, Regina Abdon, ao meu esposo Maicom Oliveira e meu irmão Heliton Abdon, por todo o estímulo, amor e compreensão em minha jornada.

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho só foi possível graças a Deus, que tem me proporcionado a realização de muitos sonhos e este é mais deles.

Agradeço à minha mãe, Regina Abdon, que tanto me ajudou com muitas tarefas para que me sobrasse mais tempo para a pesquisa.

Ao meu esposo Maicom Oliveira pela compreensão e por acreditar em meu potencial.

Ao meu irmão Heliton Abdon, por ter me incentivado. Obrigada meu irmão pela parceria.

À minha orientadora, Professora Doutora Andréa Maria Lopes Dantas, por ter me possibilitado conhecer o objeto desta pesquisa, por toda a orientação dada, pelo carinho e compreensão quando me descobri grávida e posteriormente com minha mãe enferma. Professora Andréa o meu muito obrigada por tudo.

Aos professores Doutores Mauro Castilho Gonçalves e Pelegrino Santos Verçosa por terem aceitado compor minha banca de avaliação.

Aos demais professores que compõem o Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Acre por todo o aprendizado ao longo do curso.

Aos colegas da turma do mestrado de 2016, pessoas com as quais pretendo manter o vínculo de amizade.

“Viver é enfrentar um problema atrás do outro. O modo como você o encara é que faz a diferença.”

(Benjamin Franklin)

RESUMO

Este estudo busca identificar, na leitura de três periódicos editados no território acreano, no período compreendido pelo governo Hugo Carneiro (1927-1930), como a educação foi, problematizada, anunciada e sobretudo, como o discurso em defesa da instrução pública se articulou com o desejo de modernidade presente na fala dos governantes locais. Para coleta de dados foi utilizado o acervo digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. A pesquisa faz uma análise documental. A determinação do governo Hugo Carneiro como o período sobre o qual incidirá essa análise se escora na determinação de ser este o dirigente acreano que fez editar o primeiro regulamento da instrução pública do território, unificando as ações de educação sob um único regimento, a Resolução n. 05/1920. Para tanto os materiais privilegiados nessa pesquisa serão os jornais O ACRE, A REFORMA e FOLHA DO ACRE. O primeiro deles se constitui em órgão oficial do governo territorial, os demais se apresentam como folhas noticiosas e políticas, sendo o último, um jornal de característica autonomista com vinculação partidária. Esses materiais estão disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Esta é uma pesquisa documental qualitativa e se articula em três capítulos, o primeiro deles trata da relevância dos jornais no cotidiano das pessoas e suas caracterizações, o segundo trata como a instrução pública era abordada por estes periódicos e o terceiro capítulo fala como a instrução pública foi sendo organizada no Território de acordo com as publicações nos jornais selecionados para a análise. Para a pesquisa se tomou os elementos presentes nos estudos de BEZERRA (2005), CÂNDIDO (1984), DANTAS (2011;2017), GUILLEN (1997), HORTA (2013), MATE (2006), PINTO, LEAL, PIMENTEL (2007), SAVIANI (2005), SOUZA, (2005).

PALAVRAS-CHAVE: FOLHA DO ACRE. O ACRE. A REFORMA. Instrução Pública. Território. Edição.

RESUMO

This study tries to identify, in the reading of three periodicals published in the Acrean territory, during the period understood by the government Hugo Carneiro (1927-1930), how education was, problematized, announced and above all, how the discourse in defense of public education articulated with the desire for modernity present in the speech of the local rulers. For collection of data was used the digital collection of the Library of the National Library. The research does a documentary analysis. The determination of the Hugo Carneiro government as the period on which this analysis will be based is based on the determination of this being the Acre leader who edited the first regulation of the public education of the territory, unifying the actions of education under a single regiment, Resolution n. 05/1920. For this, the materials to be used in this research will be the newspapers ACRE, A REFORMA and FOLHA DO ACRE. The first one is an official organ of the territorial government, the others are presented as news and political leaflets, the last being a newspaper with a characteristic autonomist with party ties. These materials are available in the Digital Library of the National Library. This is a qualitative documentary research and is articulated in three chapters, the first of which deals with the relevance of newspapers in the daily life of people and their characterizations, the second deals with how public education was approached by these journals and the third chapter speaks as public instruction was being organized in the Territory according to the publications in the newspapers selected for the analysis. For the research, the elements present in the studies of BEZERRA (2005), CÂNDIDO (1984), DANTAS (2011; 2017), GUILLEN (1997), HORTA (2013), MATE (2006), PINTO, LEAL, PIMENTEL), SAVIANI (2005), SOUZA, (2005).

Key-words: THE FOLHA DO ACRE. THE ACRE. THE REFORM. Public Instruction. Territory. Edition.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 – Frontispício do Jornal FOLHA DO ACRE..... | 17 |
| Figura 2 - Edição que presta homenagem a Theophilo Maia..... | 21 |
| Figura 3 - Publicação sobre o Sr. Gentil Norberto..... | 22 |
| Figura 4 - Diretoria do jornal é a mesma do partido..... | 23 |
| Figura 5 - Aniversário de dois anos do partido..... | 24 |
| Figura 6 - Frontispício do jornal A REFORMA..... | 28 |
| Figura 7 - Frontispício do jornal O ACRE..... | 33 |
| Figura 8 – Coluna comercial do jornal O ACRE..... | 35 |
| Figura 9 - Publicação instrução pública..... | 38 |
| Figura 10 – Visita feita à redação do jornal FOLHA DO ACRE..... | 39 |
| Figura 11 - Coluna pela instrução..... | 40 |
| Figura 12 - Aviso de visita de estudante..... | 44 |
| Figura 13 - Sugestão local para a instrução pública..... | 45 |
| Figura 24 - Publicação sobre o ensino público..... | 49 |
| Figura 25 - Movimentos na instrução..... | 50 |
| Figura 26 - Capítulo VI do Regulamento..... | 52 |
| Figura 14 - Conferência escolar..... | 53 |
| Figura 15 - Modelo de balancete..... | 55 |
| Figura 16 - Publicação sobre a nomeação de Hugo Carneiro..... | 56 |
| Figura 17 - FOLHA DO ACRE anunciando a nomeação de Hugo Carneiro..... | 57 |
| Figura 18 - Homenagem ao governador Hugo Carneiro pelo seu aniversário..... | 58 |
| Figura 19 - Relatório de Tarauacá..... | 60 |
| Figura 20 - Resolução 21..... | 61 |
| Figura 21- Solicitação dos programas de ensino..... | 63 |
| Figura 22 - Publicação no jornal O ACRE sobre o valor da assinatura..... | 67 |
| Figura 23 - Manchete do Jornal A REFORMA..... | 72 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|-------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1 - Relação de Editores do jornal FOLHA DO ACRE..... | 25 |
| Quadro 2 - Relação de editores do jornal A REFORMA..... | 32 |
| Quadro 3 - Relação de editores do jornal O ACRE..... | 36 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 - publicações resultantes do filtro instrução pública durante o ano de 1927..... | 54 |
| Tabela 2 - publicações resultantes do filtro instrução pública durante o ano de 1928..... | 54 |
| Tabela 3 - publicações resultantes do filtro instrução pública durante o ano de 1927..... | 54 |

SUMÁRIO

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| INTRODUÇÃO | 7 |
| CAPÍTULO I - A IMPORTÂNCIA DOS JORNAIS, A IMPRENSA REGIONAL, OS EDITORIAIS E SEUS EDITORES..... | 17 |
| 1.1 JORNAL FOLHA DO ACRE | 17 |
| 1.2 JORNAL A REFORMA..... | 27 |
| 1.3 JORNAL O ACRE | 33 |
| CAPÍTULO II – A INSTRUÇÃO EM DEBATE | 37 |
| 2.1 A INSTRUÇÃO NOS JORNAIS DE 1918 A 1920..... | 37 |
| 2.2 A INSTRUÇÃO NOS JORNAIS DE 1921 A 1927..... | 37 |
| 2.3 A INSTRUÇÃO NOS JORNAIS DE 1928 A 1932..... | 41 |
| CAPÍTULO III - A ORGANIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO ACREANA | 48 |
| 3.1 O REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA – A LEI HUGO CARNEIRO | 51 |
| 3.2 A INSTRUÇÃO PÚBLICA NOS JORNAIS LOCAIS ANTES E DURANTE O GOVERNO DE HUGO CARNEIRO | 52 |
| 3.3 O GOVERNO DE HUGO CARNEIRO E O POSICIONAMENTO DA IMPRENSA LOCAL..... | 56 |
| 3.4 AS PUBLICAÇÕES QUE MOSTRAM COMO A INSTRUÇÃO PÚBLICA VAI SENDO ORGANIZADA NO TERRITÓRIO | 60 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 89 |
| REFERÊNCIAS | 92 |
| APÊNDICE | 105 |
| APÊNDICE A - FOLHA DO ACRE - 1927 - Demonstrativo Com Publicações Sobre Instrução Pública..... | 106 |
| APÊNDICE B – A REFORMA - 1927 - Demonstrativo Com Publicações Sobre Instrução Pública | 108 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| APÊNDICE C – A REFORMA - 1928 - Demonstrativo Com Publicações Sobre Instrução Pública | 109 |
| APÊNDICE D – A REFORMA - 1929 - Demonstrativo Com Publicações Sobre Instrução Pública | 110 |
| APÊNDICE A - O ACRE - 1929 - Demonstrativo Com Publicações Sobre Instrução Pública | 112 |
| ANEXOS | 116 |
| ANEXO A – Regulamento da Instrução Pública do Território do Acre pag.1 | 117 |
| ANEXO B – Regulamento da Instrução Pública do Território do Acre pag.2..... | 118 |
| ANEXO C – Regulamento da Instrução Pública do Território do Acre pag.3 | 119 |
| ANEXO D – Referente aos preços de assinatura do jornal O ACRE, jornal oficial..... | 120 |
| ANEXO E – A Importância que a Instrução Pública Ganha na Página do Jornal A REFORMA | 121 |

INTRODUÇÃO

Esse estudo começa verdadeiramente quando decidi fazer a seleção no Programa de Pós- Graduação em Mestrado da Universidade Federal do Acre – UFAC, em meados de 2016. Graduada em Comunicação com Habilitação em Jornalismo em 2007 e buscando o aperfeiçoamento aliado ao sonho de me tornar professora, eis que o Mestrado em Educação surge como uma grande oportunidade. Então para a seleção de mestrado já houve uma preparação e o primeiro contato com os conteúdos específicos da área de educação.

O objeto da pesquisa foi se definindo ao longo do primeiro ano de mestrado e se consolida após o contato com as disciplinas: História da Educação, História da Educação na Amazônia e Estado Políticas Públicas e Educação. Sendo História da Educação e História da Amazônia ministradas pela Professora Doutora Andréa Maria Lopes Dantas que vem a se tornar minha orientadora nesta pesquisa, e coordenadora do Programa de Mestrado em Educação e a disciplina Estado Políticas Públicas e Educação ministrada pelos Professores Doutores Lúcia de Fátima Melo e Mark Clark Assen.

Com o intuito de pesquisar a história de formação da educação e que o referido estudo pudesse contribuir para a compreensão de como se deu a organização da educação no país, optei por pesquisar a educação pelos impressos. Por minha formação inicial predisposta em investigar o posicionamento dos impressos no Acre Território, me foi a presentedo o banco de dados da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Uma fonte muito rica em dados e o melhor de tudo, retratando a realidade e o cotidiano das pessoas de quase cem anos atrás. Quando me deparei com tantas informações foi um outro momento complexo, o de fazer o recorte temporal e selecionar os periódicos que possibilitassem uma análise dentro do período previsto para a conclusão da presente pesquisa.

O presente estudo tem como principal objeto à instrução pública no Acre Território e se articula a partir da leitura dos jornais publicados no Acre no período de 1920 a 1940. Buscava-se nesse momento identificar elementos que permitissem a estruturação de uma pesquisa com a possibilidade de articular inicialmente duas questões que, num primeiro momento pareciam distintas: a imprensa e a educação no território acreano.

Com tal determinação o passo seguinte foi o de localizar no banco de dados digital da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional os jornais editados no Acre, no período recortado para a análise. Do total de 35 jornais disponíveis em < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> destes 8 periódicos foram editados em terras acreanas no período de (1910 – 1972),

respectivamente FOLHA DO ACRE publicado de (1910 – 1946), A REFORMA de (1918 – 1934), O MUNICÍPIO publicado de (1910 – 1937), O ACRE de (1920 – 1972), O REBATE de (1921 – 1971), A MUTUCA em (1930), BRASIL NOVO em (1937) e O OESTE publicado em (1949). Esse primeiro recorte é feito, englobando o primeiro e o último ano das publicações.

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, pois ainda que analisando dados concretos e exatos, como datas e quantidade de veiculações serão pesquisados e interpretados os verdadeiros sentidos implícitos de muitas publicações. Quanto à natureza é uma pesquisa documental de análise de conteúdo, uma metodologia classificada por MORAES.

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Essa metodologia de pesquisa faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais. Constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias. (MORAES, 1999, p.2).

Essa é uma das propostas da pesquisa, despertar no leitor, uma interpretação que vai além de uma simples leitura, mas a busca por significados muitas vezes camuflados entre manchetes e retrancas¹ cotidianas.

No que se refere ao método, foi utilizado da seguinte forma:

- a) Filtrar a instrução pública no Acre Território, por meio das publicações no jornais locais no período;
- b) Recorte do período da pesquisa, concentrando os estudos entre os anos de 1927 e 1930;
- c) Coleta de dados, jornais do período;
- d) Elaboração de tabelas comparativas entre os periódicos;
- e) Análise de todo o material;
- f) Produção textual e análise de dados;

Dentre esses jornais constam folhas oficiais, outros que se apresentam como folhas políticas, noticiosas, literárias, ou ainda em estrita defesa da população, como uma espécie de “porta-voz” dos habitantes locais. Existem ainda aqueles periódicos que se constituem, durante um período de sua circulação como órgão diretamente ligado a um determinado partido político.

¹ Matéria subordinada a outra matéria ou à manchete da página, jornal ou agência. Cf. <<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario/retranca>>

O elemento que unifica todos esses periódicos, a despeito do que proclamem como linha editorial, é o desejo de contribuir para a organização do território acreano. São esses materiais uma importante fonte para a pesquisa histórica de organização da instrução pública no Acre Território. Neles é possível flagrar elementos da vida citadina como festas, efemérides, propaganda de casas de comércio e de serviços oferecidos por profissionais liberais, médicos, dentistas e professores, contendas entre os políticos locais, assim como questões próprias da atividade administrativa, em especial a seção destinada a publicação dos atos oficiais e fatos administrativos presente em grande parte dos jornais analisados.

Nesta perspectiva se busca fazer um cotejamento entre os periódicos pesquisados, afim de, compreender a mentalidade na população do Acre Território e se havia uma expectativa quanto à oferta de uma instrução pública de qualidade. Discutir o papel da imprensa regional neste período, compreender a relevância da imprensa neste processo de organização da instrução pública no Acre e demonstrar o posicionamento dos jornais sobre diversos temas relacionados à instrução. Ainda se fez necessário comparar o volume de publicações voltadas para instrução pública antes e durante o governo de Hugo Carneiro. Buscando uma compreensão dos reais objetivos de muitas publicações foi preciso entender como o leitor era visto, pelo editor, ou direção de cada jornal. GRAMSCI (1991), caracteriza o leitor a partir de uma visão do editor do jornal.

Os leitores devem ser considerados a partir de dois pontos de vista principais: 1) como elementos ideológicos, "transformáveis" filosoficamente, capazes, dúcteis, maleáveis à transformação; 2) como elementos "econômicos", capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros. Os dois elementos, na realidade, nem sempre são destacáveis, na medida em que o elemento ideológico é um estímulo ao ato econômico da aquisição e da divulgação. Todavia, é necessário -- quando se constrói um plano editorial — manter a distinção entre os dois aspectos, a fim de que os cálculos sejam realistas e não de acordo com os desejos pessoais. Outrossim, na esfera econômica, as possibilidades não correspondem à vontade e ao impulso ideológico; portanto, deve-se planejar de modo a que seja dada a possibilidade da aquisição "indireta", isto é, compensada com serviços (divulgação). (GRAMSCI, 1991, p. 163).

Buscar uma compreensão de como o trato dessas informações eram levadas ao público, principalmente durante o período temporal desta pesquisa, ou seja, entre 1927 e 1930 e fazer um comparativo de como era tratada a instrução pública em outros Estados e sua influência nos periódicos locais. Desta forma, é feita uma análise dessas publicações nos referidos periódicos do período, quanto às informações relativas à educação no Acre.

A presente pesquisa agora trilha o caminho de analisar cada jornal e seu respectivo editorial, sendo para isso necessário regressar a primeira publicação de cada um, e analisar este texto que normalmente caracteriza o periódico e informa qual será sua postura frente aos fatos e principalmente o posicionamento político a ser adotado pelo jornal. Dentro desta perspectiva foram avaliados o teor de publicações referidas aos temas educação, instrução pública, professores, escolas profissionais, escolas primárias e secundárias e outros afins, por meio de filtros aplicados ao banco de dados da Hemeroteca Nacional. De posse das publicações relacionadas à pesquisa estas foram sintetizadas e organizadas para facilitarem o cotejamento das informações.

Foi constatado, que a administração pública local já tinha noção do potencial que os meios de comunicação detinham, neste caso, os impressos, principalmente no que se refere em formar uma mentalidade da população quanto à importância da instrução pública para o futuro do país e para o desenvolvimento intelectual do indivíduo.

A integração pretendida é anunciada a partir da idéia de que ‘urge preparar a consciência nacional por meio da publicidade ‘e a imprensa é apontada como o ‘mais poderoso instrumento de transformação da mentalidade predominante no País’, e, se bem utilizado em muito concorreria para modificar a ‘atitude do povo em face a questão educacional’. Conviria, a partir dessa proposição publicizar as questões relativas a educação, [...] (DANTAS, p.38, 2011)

Dentro do recorte temporal da presente pesquisa e frente a um rico banco de dados, se fez necessário uma seleção das publicações relativas à educação e seu contexto, o objetivo de determinadas publicações e anúncios. O cotidiano das pessoas vai sendo vinculado cada vez mais ao que se publica no jornais. Se foi publicado então ganha determinada relevância para a comunidade local. O dia a dia escolar também vai ser publicado e como o único meio de comunicação daquele período, ou seja, era por meio do jornal, que as escolas se comunicavam com os pais e alunos, que a diretoria de instrução pública se comunica com os professores e demais profissionais da educação, bem como, os profissionais da educação também se comunicavam com a diretoria de instrução por meio dos jornais impressos.

Em 14 de Janeiro de 1930 o Jornal O ACRE, que possuía um carácter mais oficial publica um editorial, um comunicado tratando do método para admissão de novos alunos do Aprendizado Agrícola do Acre. De acordo com a publicação o ingresso do aluno dependia da comprovação de determinadas condições, uma delas é a saúde. Ou seja, o aluno candidato à uma vaga no Colégio Agrícola, deveria estar gozando de saúde e apto para o trabalho no campo. Este tipo de aviso, se torna comum no jornais analisados.

No Acre, a imposição de uma administração local submissa ao governo federal, logo após este passar a ser ente federado não agradou a todos, até porque, as pessoas que residiam na região neste período já eram regidas por normas impostas por seringalistas que agora se viam também submissos as novas normas e tendo que fazer a contribuição com o fisco, ou seja, a borracha passa a ser tributada.

Nesse sentido, o modelo do nacional desenvolvimentismo, as constantes preocupações com a fronteira e o “fechamento” da Amazônia deram origem, enquanto estratégia geopolítica, à implantação dessas unidades numa região territorial construída pelas ideologias geográficas e caracterizada por uma grande extensão territorial, baixa densidade demográfica e distanciamento dos principais centros dinamizadores do país, essas ideias são partes integrantes do período de formação da Amazônia como região geográfica pelos Estados português e brasileiro. (DE LIMA, DA SILVA, 2013, p. 266).

O novo modelo de administração do Acre, gera uma grande insatisfação e o surgimento de diversos movimentos contra o governo brasileiro. Em terras acreanas o movimento de reação ao domínio exercido pelo governo, especialmente no que concerne as questões políticas e econômicas se anuncia como o desejo pela autonomia do Acre e seus defensores se auto denominam autonomistas². Pertencentes ao Movimento Autonomista podemos citar o capitão Fernando Guapindaia, o comerciante Francisco Freire de Carvalho presidente da Associação Comercial do Alto Juruá, o coronel Antônio Antunes de Alencar, então prefeito do Alto Acre e Gentil Norberto que também foi editor do jornal FOLHA DO ACRE. Em 1910 conforme (DA SILVA, 2002) uma carta enviada por comerciantes de Sena Madureira ao presidente da República Nilo Peçanha continha uma lista de pessoas que assinavam o movimento Autonomista com 78 nomes, destes 49 eram militares.

Se era difícil para quem vivia no Território aceitar como administrador, uma pessoa totalmente estranha e alheia aos problemas, anseios e a real situação do lugar, do mesmo modo, era árdua e nem um pouco confortante a situação para aqueles tidos como pessoas de confiança do governo federal e que eram enviados para administrarem o Território. Os desafios para estes administradores eram imensos. Muitas vezes, além de ter de se adaptar a um lugar com um clima diferente das regiões sul e sudeste do país, ainda tinha que lidar com a realidade local, a de que não eram bem vindos por estas paragens. As comunidades (*colocações*³) normalmente

²De acordo com (DANTAS, 2011, p.29), O termo autonomista é utilizado para definir o grupo de intelectuais que nos anos de 1950 se organizam em torno da ideia da independência do Território do Acre, através da elevação deste a categoria de Estado da Federação Brasileira. Dentre as várias ações desses intelectuais está a publicação de um periódico de circulação em todo o território acreano difundindo os ideais autonomistas, como é o caso do FOLHA DO ACRE. Cf. www.bndigital.bn.gov.br

³ Área do seringal onde o seringueiro mora e trabalha, Bezerra 2005.

já tinham suas autoridades locais reconhecidas, na maioria das vezes os (*seringalistas*), dono ou posseiro da terra, para quem o seringueiro trabalhava e trocava sua produção por mercadorias, normalmente alimentos.

Os proprietários dos seringais no Acre eram, em sua maioria, homens rudes, - alguns sabiam “ferrar o nome” -, e que no universo da “selva”, representavam o poder em suas várias dimensões. Eram o patrão, juiz, conselheiro, compadre, protetor. Nos primeiros tempos de constituição do Acre estavam sempre em confronto direto com as autoridades jurídicas frente ao uso da violência e do arbítrio nas suas relações com o seringueiro e o índio... A tradição dos padrões seringalistas de serem praticamente absolutos nos seus domínios onde se constituem a expressão da lei a instituição do sistema jurídico de território os alijava da estrutura do poder local [...] à rejeição a imposição da ordem republicana na região acrescentando-se que as administrações dos “estranhos ao ninho” Prefeitos Departamentais e Governos Territoriais com suas gestões efêmeras é certo honrosas exceções também contribuíram para agudizar o sentimento de repulsa a ingerência institucional do governo federal no Acre. [...] No que se referia ao ensino, urbanização, comunicações e transporte as condições acreanas eram as mais precárias possíveis. [...] Em nível local os intelectuais e representantes dos seringalistas entre os quais Mâncio Lima Craveiro Costa, Francisco Freire de Carvalho, João Bussons, buscaram, inclusive no Direito Constitucional Internacional, fundamentos para engrossar as fileiras dos que defendiam a emancipação política. Para grande parte dos legisladores brasileiros o Acre naquele momento não possuía condições sociais educativas e administrativas para ser considerado um Estado no que se referia ao ensino. (BEZERRA, 2005, p.73-74 e 130)

Conforme afirma Bezerra (2005), assim se intensificavam as discussões sobre a questão autonomista no Acre. Em virtude desta aridez nas relações entre os prefeitos nomeados pelo governo federal e a população que vivia na região é que os mandatos normalmente duravam pouco. Era ainda uma região inóspita e quando o administrador não era bem recebido, nem bem visto pelos seringalistas a sua estadia normalmente durava em média bem menos que o previsto. Mas essa insatisfação teve início desde 1904 quando o então presidente da república Rodrigues Alves sanciona a Lei⁴ que cria o Território do Acre, agora como parte do governo brasileiro.

Dentro das circunscrições estabelecidas administrativamente no território brasileiro temos a figura jurídica dos denominados Territórios Federais, unidades administrativas diretamente ligadas à União, ou seja, são espaços federalizados. Sua criação pode ocorrer da divisão de um estado (desmembramento) e da fusão de áreas, conforme a Constituição Brasileira de 1988, podendo surgir da aprovação popular de um processo divisionista ou de lei complementar, ou seja, pela necessidade da União dada por interesses geopolíticos. [...] Em nosso país, o surgimento da figura jurídica do Território Federal ocorre no período republicano através da última incorporação territorial do nosso país feita com a anexação do Acre ao restante do país, fato relacionado ao processo migratório em direção à incorporação do espaço boliviano em função da exploração de *Hevea brasiliensis*, portanto, no auge da economia

⁴ Decreto nº 1.181 de 25 de fevereiro de 1904, criando o Território do Acre. Cf. encurtador.com.br/kJV39

gomífera na Amazônia, criando tal estatuto jurídico. (DE LIMA, DA SILVA, 2013, p. 267).

Neste período a população que residia no Acre em sua maioria composta por homens, tinha o maior desejo de acumular riqueza e voltar para sua terra natal, desejo aguçado pelo sentimento de insatisfação com a administração imposta pelo governo federal ao longo do anos. Como há o surgimento de um intenso movimento que anseia por um Acre independente, se faz necessário que se plante um sentimento de amor pela terra, um sentimento de pertencimento, plantar a ideia de se investir no Acre mesmo e deixar alguma riqueza para os filhos e netos daqueles que já não nutriam mais a vontade de regressar às suas terras de origem. Aliado à vontade de que o Acre se desenvolvesse financeiramente, surge então, o desejo de uma instrução pública de qualidade. Para o governo federal investir em uma instrução pública de qualidade serve de estratégia do próprio governo para manter a população residindo no Território.

Nessa perspectiva, “o olhar” que os representantes do Estado Republicano construíram acerca do Acre era de que tanto a terra quanto a gente precisavam ser “domadas” pela razão, ciência, progresso. E a autonomia viria como um corolário a esse processo. Nessa direção negavam no discurso e na ação as reivindicações autonomistas dos grupos políticos regionais. (BEZERRA, 2005, p.132).

Um dos elementos centrais para a causa acreana é a educação. Esta é entendida como aquela que garantiria a formação de indivíduos com condições plenas de exercer a cidadania e de contribuir, nesse diapasão com a defesa do território acreano. Como então pleitear o desenvolvimento do lugar se a educação dos habitantes locais não se encontra pareada com as mais modernas teses da pedagogia?

O Território Acreano é unificado através do Decreto⁵ nº 14.383, de 1º de outubro de 1920, significando com isso o fim dos departamentos administrativos. Em lugar destes são criados cinco municípios, respectivamente Rio Branco, Xapury, Purús, Tarauacá e Juruá, que, conforme o que determina o Decreto terão suas sedes, respectivamente, nas cidades de Rio Branco, Xapury, Sena Madureira, Seabra e Cruzeiro do Sul. Inaugura-se aqui uma nova fase administrativa do território com a admissão de um governador que, seria nomeado pelo presidente da República. A capital do território passa a ser a cidade de Rio Branco, condição

⁵ Cf. Decreto nº 14.383, de 1º de Outubro de 1920, disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acesso em Acesso em 11 de Janeiro de 2018.

que vigora até os dias atuais. Epaminondas Jácome, foi o primeiro governador do território unificado do Acre assume em janeiro de 1921 e permanece no cargo até junho do ano seguinte⁶. Será, portanto, nesse cenário que a imprensa acreana florescerá⁷. De um lado ela atua como anunciadora do novo, da ⁸modernidade requerida e pleiteada pelos habitantes locais, de outro servirá como arauto dos feitos administrativos dos governantes locais. Permeiam essas duas ações aquelas que colocam para os habitantes locais, notícias de outros jornais brasileiros e estrangeiros, cercando com isso um espectro importante na constituição política, econômica e administrativa do lugar.

A linguagem objetiva demarca o período, além de textos e discursos bem elaborados, feitos para que o leitor percebesse ter havido um zelo durante o processo de redação. Até pela variedade de assuntos a que os jornais locais se prestam a informar, normalmente uma vez por semana gerava uma expectativa no número de leitores e ouvintes, neste caso, em específico pessoas que não eram alfabetizadas e que ouviam os textos noticiados a partir da interpretação dos leitores. O público alvo dessa comunicação outorga o contexto deste movimento que vai, de certa maneira, determinando o modo de pensar da população local, a partir de, ideias que eram plantadas no imaginário do leitor.

[...] A fructificante ideia no cultivo do Escotismo entre os alunos das escolas teritoriaes, lançada, em boa hora, pelo sr. diretor da instrução publica, foi recebida carinhosamente por todos, e poude, dest arte, converter-se em palpável realidade, graças ao prestimosíssimo auxilio e á proteção e essa cruzada do benemérito estadista que dirige os destinos deste rincão distante da Patria, o ex. sr. dr. Hugo Carneiro, cujo nome, ás Ave-Marias, é lembrado pelas mães agradecidas em fervorosas preces, posto que os benefícios resultantes dessa instituição educadora já se fazem sentir, pois, cada

⁶ De acordo com o Decreto nº 14.383, de 1º de Outubro de 1920 que reorganizou administrativamente o território do Acre, a nomeação dos governadores se daria exclusivamente pelo Presidente da República que ainda indicaria três substitutos, ‘com a denominação de 1º, 2º e 3º vice-governadores’. Ainda conforme a norma legal, ‘a substituição do governador dar-se-á de acordo com a ordem de classificação dos seus substitutos, podendo essa ordem ser alterada pelo Governo Federal, quando assim entender conveniente’. Essa condição explica a troca frequente de governadores e o tempo em que estes permanecem no cargo – máximo de um ano – especialmente se considerado que a União nomeia, em verdade quatro indivíduos para assumir o cargo de governador, sendo um titular e três vices que ficam a disposição do poder federal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acessado em 11 de janeiro de 2018.

⁷ No jornal O Rebate de 19 de julho de 1971 é noticiado, sob o título A Imprensa em Cruzeiro do Sul uma lista de 25 jornais que circularam na cidade no período compreendido entre 1904 a 1971, revelando com isso a fertilidade das publicações locais. Cf. (www.memoria.bn.br) Nos jornais analisados existem registros de outros periódicos que estão a circular em outras cidades acreanas, desde a criação do território acreano. Infelizmente esses jornais não constam do banco de dados da Hemeroteca Digital.

⁸[...] a modernidade se instaura sempre que a experiência tradicional atinge o limite, o estado de *an-arquia*, no sentido etimológico deste termo, de algo que perdeu ou esqueceu o sentido originário, a *arque*, ou a *memória* da sua razão de ser. É porque o curso habitual da experiência perde o seu sentido fundador que a tradição passa a ser encarada como entrave à consciência desperta e razoável das coisas, exigindo, por isso, um novo processo de refundação. Disponível em: <<http://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/modernidade/>>. Acessado em 25 de setembro de 2018.

um desses nossos amiguinhos cumpre, religiosamente, os sábios mandamentos que aprenderam, quer na escola, quer em casa, quer na rua. (O ACRE, 1929, ed.5 p.4).

A exemplo da publicação acima, o escotismo é lançado como a melhor prática possível para que os meninos pudessem ser tornar bons cidadãos com conhecimentos sobre civilidade. Ainda no anúncio carregado de adjetivos não são poupados elogios ao então governador Hugo Carneiro.

Partindo do entendimento do modo de que a imprensa acreana, no período do Acre territorial tem como marca fundante a anunciação do novo e defesa das causas acreanas, o elemento central dessa pesquisa se apresenta como a identificação dos processos que demarcam tais questões, definindo a instrução pública como o cerne dessa discussão.

Interessa, portanto, no período compreendido pelo governo Hugo Carneiro (1927-1930) identificar, em três jornais editados no Acre, como a educação foi, problematizada, anunciada e sobretudo, como o discurso em defesa da instrução pública se articula com o desejo de modernidade presente na fala dos governantes locais.

A determinação do governo Hugo Carneiro como o período sobre o qual incidirá essa análise se escora na determinação de ser este o dirigente acreano que fez editar o primeiro regulamento da instrução pública do território, unificando as ações de educação sob um único regimento, a Resolução n. 05 publicada em maio de 1930. (O ACRE).

Para tanto os materiais privilegiados nessa pesquisa serão os jornais O ACRE, A REFORMA e FOLHA DO ACRE. O ACRE se constitui em órgão oficial do governo territorial, os demais se apresentam como folhas noticiosas e políticas, sendo o FOLHA DO ACRE, um jornal de característica autonomista com vinculação partidária. O jornal se apresenta como pertencente ao Partido Autonomista Acreano.

Com a escolha desses jornais se tem a perspectiva de se observar o discurso oriundo de três posicionamentos. O primeiro deles é o discurso oficial, o órgão de imprensa do governo territorial o jornal O ACRE. O segundo é A REFORMA e se apresenta como um noticioso político, sem estrita vinculação partidária, ainda que se coloque mais próximo ao Partido Republicano do Tarauacá. O último jornal, FOLHA DO ACRE, desde sua criação se apresenta como um jornal autonomista e defende a causa da autonomia acreana durante todo período em que é editado. O jornal FOLHA DO ACRE, durante o período recortado para a análise se apresenta como órgão do Partido Autonomista Acreano e, logo que este é extinto, o periódico se assume como órgão pertencente a um outro partido, “O EVOLUCIONISTA”, também com cunho autonomista. Sendo que a criação de uma nova sigla partidária já vinha sendo discutida

pelos membros do Partido Autonomista Acreano há algum tempo, conforme publicação do FOLHA DO ACRE, em 1921.

Vae tomando vulto a idéia do Partido Constructor Acreano para constituição do Partido Evolucionista a fim de unificar a política do Território. Alem da reunião do Constructor realizada no dia 27, conforme demos noticia no nosso numero da semana ultima, tiveram logar duas outras reuniões dos convencionaes que tratam da fundação do Partido Evolucionista, sendo a primeira no dia 28 ás 8 horas e a segunda no dia 7 ás 11 horas, ambas sob a presidencia do nosso companheiro Paulino Pedreira. (FOLHA DO ACRE, 1921, ed.372 p.1).

Será, portanto, no entrecruzamento dessas três visões de Acre que a pesquisa buscará identificar suas proposições relativas a educação, sempre perspectivada pela defesa do território acreano e pela modernidade, requerida e desejada pelos habitantes do lugar.

Este trabalho se articula em três capítulos, o primeiro deles tratará um extrato das editorias e editoriais dos jornais pesquisados, com uma caracterização desses periódicos e as transformações que os mesmos se submeteram. Neste primeiro capítulo é feita uma abordagem quanto à importância desses jornais na vida das comunidades locais. No segundo capítulo será possível observar o quanto a instrução pública preenchia os espaços na imprensa, dada sua relevância. São publicados diariamente, aviso de férias de professores, reuniões, pedido de mapas estatísticos, relatórios, balancetes, avisos de exames, avisos de festas cívicas entre outros comuns no dia a dia da instrução pública no Território. Neste capítulo há uma comparação entre os três jornais, avaliando como se comportam frente ao mesmo fato ligado à instrução pública. Já o no terceiro capítulo aborda os aspectos relativos Lei Hugo Carneiro e por fim, se busca estabelecer a relação entre o que fora requerido nos anos anteriores a publicação da Lei Hugo Carneiro e aquilo que ela contempla.

CAPÍTULO I - A IMPORTÂNCIA DOS JORNAIS, A IMPRENSA REGIONAL, OS EDITORIAIS E SEUS EDITORES

1.1 JORNAL FOLHA DO ACRE

Dentre os jornais selecionados para a análise, O FOLHA DO ACRE se constitui num dos mais antigos a ser editados na Cidade Empreza⁹, atual Rio Branco. Este periódico teve sua primeira edição publicada em 14 de agosto de 1910 e deixou de ser publicado em 1946. Em seu expediente o jornal se denomina como defensor do ideário e das aspirações do povo acreano e tem como primeiro diretor Theophilo Maia.

Figura 1 – Frontispício do Jornal A FOLHA DO ACRE.



Fonte: FOLHA DO ACRE (1910, ed. 1, p.1).

As colunas se dividem em o *expediente*, *política*, espaço em que o jornal procura fazer uma espécie de resumo do Movimento Autonomista em todo o Acre, *poesia*, *homenagens*, *protestos*. A seção *notícias* se subdividi em ‘agrícolas’, ‘comerciais’, ‘do fórum’, ‘prefeituras’, ‘policiais’, ‘sociais’, ‘religiosas,’ ‘por conta alheia’ que se constitui em uma coluna escrita pelos leitores do jornal e que obedece a uma recomendação anunciada por seus editores. Assim, para que um leitor tivesse espaço para publicar, seu texto deveria estar escrito “decentemente”. A final, no jornal são publicados *anúncios* de casas comerciais e serviços oferecidos por profissionais liberais, sendo que estes ainda podem ser distribuídos ao longo do jornal.

A Folha do Acre é o órgão das aspirações e dos ideais do povo acreano e o espelho límpido em que se refletiram todas as suas necessidades é o intérprete fiel de suas alegrias e o de suas mágoas por estas colunas defenderemos a sua causa pelo seu progresso e pela sua liberdade pelo seu engrandecimento material moral e intelectual. (FOLHA DO ACRE, 1910, ed. 1, p. 1).

⁹ Volta da Empreza, este era o nome do seringal, pertencente ao desbravador Neutel Maia, e se localizava logo à margem do Rio Acre, logo após uma curva, onde depois veio a se tornar a cidade de Rio Branco, Capital do Acre. MORAIS, 2010, p.244).

Ao se apresentar aos seus leitores, em seu primeiro número, o editor da FOLHA DO ACRE faz um apanhado das questões locais e aponta as dificuldades pelas quais o território acreano está submetido, por força dos que determinam, como o abandono pelo poder federal, elemento que irá catalisar o movimento autonomista pelos anos seguintes. As assinaturas são ofertadas ao público por meio de planos semestral e anual, por “*preços justos*” e se intitula uma publicação de interesse do povo e que o proprietário do referido jornal é uma associação. Já neste primeiro número são impressas ainda no editorial uma série de justificativas para o posicionamento político do mesmo.

Figura 2 - Valor das assinaturas do jornal FOLHA DO ACRE.

| ASSIGNATURAS | |
|-------------------------------|---------|
| Por anno. | 50\$000 |
| Por semestre | 30\$000 |
| Pagamento adiantado. | |
| Redacção e officinas | |
| Rua General Olympio da | |
| Silveira. | |

Fonte: FOLHA DO ACRE (1910, ed. 1, p.1).

É neste primeiro número, bem antes do recorte temporal desta pesquisa, que o jornal manifesta de fato seu propósito e sua linha editorial enquanto meio de comunicação, conforme este trecho:

Deante de nós se dilata um vasto e profundo horizonte onde brilham e os scintillam, as aspirações, as crenças e os ideais de todo povo generoso e altivo cujos destinos infelizmente até agora não tem correspondido a grandeza dos seus brios, a beleza encantadora e a fertilidade assombrosa do solo abençoado e querido que habita e que conquistou com heroico patriotismo que distingue e o torna credor da mais respeitosa admiração e das mais dedicadas sympathias [...] O Acre só o preocupa em relação ao que produz. O nosso comércio, a nossa indústria, a instrução de nossos filhos, nada consegue despertar a sua atenção, sem embargo dos esforços empregados pela nossa dedicação.

O povo acreano permanece sem garantias, sem meios de prover o preparo intelectual dos seus futuros cidadãos, sem incentivo, sem recursos. (FOLHA DO ACRE, 1910, ed. 1, p. 1).

O periódico teve destaque na vida da população como um todo já que foi publicado semanalmente durante um longo período se estendendo até 17 de novembro de 1946 já em Rio Branco, no entanto, um fato ainda a ser desvendando refere-se a uma interrupção justamente

nesta década, quanto as publicações ou pelo menos os arquivos delas, já que há uma lacuna entre 1927 e 1946 quanto as publicações no banco de dados da Hemeroteca Nacional.

Quando se verifica no último número antes da interrupção não se encontra nenhuma pista de algum acontecimento para tal suspensão, o mesmo ocorre quando se verifica o jornal publicado logo após a interrupção, o que nos leva a acreditar que pode haver tão somente a falta dos arquivos publicados mas o que tudo indica não deve ter havido qualquer tipo de suspensão na publicação do jornal. Quem assina o jornal, ou seja, o editorial, por vezes vem impresso na primeira página em outras edições vem impresso na segunda página.

Tudo o que é publicado nos jornais ganha relevância na vida cotidiana da cidade, até porque naquele período, o jornal impresso era o único meio de comunicação de massa. Empresários que ousaram em tamanho investimento, ou seja, de implantar uma oficina de impressão na época, necessitavam pelo menos alimentar o prestígio junto aos governantes, políticos ou de outros considerados ilustres, como empresários e comerciantes para assim poder sobreviver, já que o custo de impressão já era muito alto. Outro agravante era que mesmo sendo o jornal o meio de comunicação dominante na época, o índice de analfabetismo ainda era muito alto em todo o país, maior ainda se estima no Território Acreano no período em virtude de sua localização geográfica. Conforme tabela publicada pelo jornal A REFORMA (1933), enquanto a Grã-Bretanha tinha um índice de analfabetismo de apenas 4,5% da população e a Alemanha apenas 2,6 %, o Brasil tinha um registro assustador de 69,1% da população analfabeta. Aliado a este problema, o Acre também possuía baixa densidade demográfica o que tornava o investimento em impressos inviável quando se tratava de uma linha editorial totalmente independente e que pudesse se manter somente a partir da venda dos mesmos.

Com um discurso bastante politizado e posicionado o periódico publica na edição de 01 de janeiro de 1911, na coluna destinada às poesias a letra do Hino Acreano. Já no início do ano seguinte de sua fundação é comum observar publicações, dando respostas à comunidade insatisfeita em virtude da falta de infraestrutura, no entanto, a exemplo da publicação abaixo, que faz a crítica mas alivia com a justificativa de que a prefeitura não dispões de recursos para tal feito.

Necessidades urgentes

Vários serviços urgem serem effectuados em todo o Departamento a bem da comunidade, dos seus habitantes e dos seus interesses commerciaes e industriaes. Não dispondo, porém, a Prefeitura de recursos para cuidar desses serviços, nenhuma iniciativa se tem realizado a esse respeito, o que vem produzindo sérias contrariedades no seio da população. (FOLHA DO ACRE, 1911, ed. 21, p.3).

O primeiro diretor do jornal FOLHA DO ACRE é Theophilo Maia e como secretário aparece Nelson Noronha. Theophilo Maia era tenente coronel e acumula diversas outras atividades, como empresário, participava de audiências como componente do corpo de jurados, era representante de uma seguro de vida, foi Juiz de Paz, foi Presidente da Associação Comercial de Rio Branco e respondeu pela diretoria do jornal FOLHA DO ACRE até a edição de nº 35 publicada em 30 de abril de 1911. Posteriormente Theophilo Maia chegou inclusive a assumir a intendência da cidade pois também era presidente do conselho da cidade de Rio Branco. Em um editorial em que o jornal presta uma homenagem ao seu Diretor Theophilo Maia são feitas diversas exaltações ao seu trabalho e dedicação mas principalmente é anunciado inclusive que o Jornal FOLHA DO ACRE foi fundado por ele.

Como director da *Folha*, o que elle tem sido dil-o bem alto a extraordinária sympathia que lhe consagram os seus companheiros de lucta e de trabalho, em cada um dos quaes conta com um amigo capaz de todas as dedicações. Mas se isso não bastasse para o recommendar á estima, e á consideração da sociedade acreana, elle teria mais em seu favor, como um attestado inequivoco da sabia e honesta orientação que tem dado a este jornal, os triumphos e as victorias que temos conquistado nesta árdua e dignificadora peleja em que nos empenhamos. A *Folha* tudo lhe deve desde a sua própria fundação até a firme e segura orientação jornalística que se desvaneece de ter sabido sempre manter. (A FOLHA DO ACRE, 1911, ed. 27, p. 1).

Salvo ainda atentar para o fato de que os colegas de trabalho, que seriam colegas da redação, são citados como companheiros de lutas, talvez por comungarem dos mesmos ideais políticos já que o periódico se classifica como uma publicação política e de pertencer ao Partido Republicano do Tarauacá.

Figura 3 - Edição que presta homenagem a Theophilo Maia.

FOLHA DO ACRE

ACRE--BRAZILCidade da Empresa, 5 de Março de 1911ANNO I--NUMERO 47

FOLHA DO ACRE

ORGÃO DOS INTERESSES DO POVO
(Propriedade de uma Associação).

IMPRESSA EM MÁCHINA
MARINONI E TRABALHADA EM
OFFICINA PRÓPRIA.

Director:
THEOPHILO MAIA.

Redactor-Secretario:
NELSON NORONHA.

ASSIGNATURAS

Por anno 50\$000
Por semestre 30\$000

Pagamento adiantado.

Redacção e officinas
Rua Olympio da Silveira.

ACTUALIDADE

A esta hora já deve estar redigida a Decretó, a reorganisação do Acre, nos termos das bases prescriptas na Lei n. 2356 de 31 de dezembro de 1910, art. 3.º letra n.º IV.



Theophilo Maia

A DATA de hoje registra um acontecimento gratissimo aos nossos corações. Theophilo Maia vê passar mais um anno de sua existencia em cujos dias brilhantes se encerra um cyclo de trabalho honesto, de dedicação á causa da Pátria, de sacrifício das idéas que o nutrirem

que teve com um protegió seu, engendrou a *conspiração*, e dahi a maldadada celexuma que se levantou.

Esse é que era o nosso crime. Mas, como não podiamos ser punidos por exercermos um direito, acreditou o sr. Otílica que nos atemorizaria levando-nos perante a autoridade policial, por delicto que não existiu, e nos amordaçaria assim para nos fazer calar.

Não! Expór o secretario interino da Prefeitura, tal qual elle é, é um dever que nos impoem, e do qual não conseguirão jamais fazer-nos recuar.

Não tememos as ameaças e perseguí-los. Sabemos conservar-nos em nosso posto de honra, custe-nos quanto custar.

— O sr. Otílica foi visto, de parceria com o condeado sceletrado Miguel Matteiro, em plena rua da cidade, dirigindo-se depois juntos á casa de outro campanga. E' lógico que não combinavam entre si outro plano senão o da emboscada sinistra. Mas fique certo o sr. Otílica que todos os attentados que os seus amigos praticarem contra nós não o isentará dos odios e da aversão que o seu procedimento provoca contra a sua pessoa, servindo, ao contrario, para mais aprofundar esses sentimentos.

uma indiferença revoltante, não dando nenhuma importancia á missão de que se acham investidas.

É uma verdadeira lastima.

No entanto, não será difficil ao Governo mandar vir normalistas dos Estados vizinhos para regerem as poucas escolas aqui existentes.

A criação de um grupo escolar seria uma medida de muito alcance. A experiencia tem mostrado os melhores resultados com esses estabelecimentos.

E de esperar, portanto, que o Prefeito deste Departamento, tome o assumpto na devida consideração, representando ao Governo Federal sobre a necessidade d'esse estabelecimento, como um dos mais urgentes e necessarios nas dias florescentes cidades acreanas.

Urgo que seja elaborado um programma de instrução primaria, capaz de ser executado no Acre, isento de deficiencia, succinto e claro, ao alcance de todos.

O methodo de ensino mais recommendavel é o socratico ou interrogativo que consiste em o preceptor fazer o alumno comprehender o que lê, por meio de habilidosas explicações.

Conheçamos creanças neste departamento que jamais ouviram uma explanação da mestra, tendo se limitado sempre a recitar cada dia uma lição e a assignallar outra para o dia seguinte.

Esse lamentavel atrazo seria conse-

Fonte: FOLHA DO ACRE (1911, ed. 27, p. 1).

Nesta mesma edição e até na mesma página, da publicação em homenagem ao primeiro diretor Theophilo Maia, o FOLHA DO ACRE publica um artigo com o título, “pela instrução”, onde faz duras críticas à instrução pública, que estaria em condições muito aquém das almeçadas pela população local. No artigo o jornal diz que a instrução pública está sendo esquecida pelos poderes competentes mas as maiores críticas feitas pelo artigo são feitas às professoras.

Não temos escolas a que possamos confiar a instrução dos nossos filhos; as poucas existentes, sem o menor conforto e hygiene, são quasi todas regidas por professoras inábeis, sem os menores conhecimentos dos princípios que presidem á educação das creanças. Sem fazerem uma ideia justa e elevada de suas honrosas funções, vão para as aulas com uma indiferença revoltante não dando nenhuma importância a missão de que se acham investidas.

É uma verdadeira lastima. . .

No entanto, não será difficil ao Governo mandar vir normalistas dos Estados vizinhos para reger em as poucas escolas aqui existentes. (FOLHA DO ACRE, 1911, ed. 27, p. 1).

O jornal se apresenta como um periódico independente, no entanto, um jornal que possui suas próprias aspirações políticas e defende o movimento autonomista. Em 07 de maio de 1911, publica um novo editorial para apresentar o seu novo diretor, o Sr. Dr. Gentil Norberto.

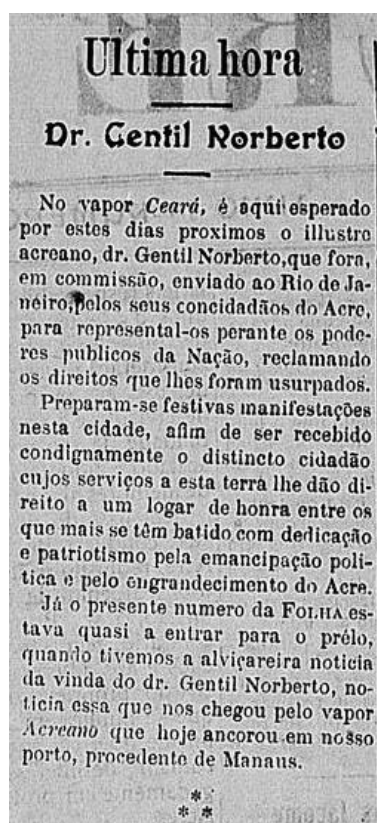
Ao novo diretor são feitos inúmeros elogios mas principalmente no tocante a linha editorial que estaria em conformidade com a anterior.

Sob a orientação criteriosa e firme do prestimoso cidadão, este jornal d'ora em diante circulará, continuando a pugnar pelo progresso e desenvolvimento do Acre, pela sua emancipação política, pelo bem colectivo, pelo melhoramento material, moral e intelectual as sociedade que nos desvanecemos de representar na imprensa.

A FOLHA DO ACRE é o lábaro sagrado a cuja sombra nos acolhemos com obnegação e civismo para o desempenho da missão que tomamos sobre os nossos ombros. (FOLHA DO ACRE, 1911, ed. 36 p. 1).

Verificando publicações no jornal sobre o Sr. Dr. Gentil Norberto, identificamos a publicação abaixo, feita um mês antes do mesmo assumir a direção do jornal, o que talvez justifique o porquê dele ter sido preterido para tal função, nesta publicação é esclarecida a sua afinidade com o movimento de independência econômica do Território do Acre.

Figura 4 - Publicação sobre o Sr. Gentil Norberto.



Fonte: FOLHA DO ACRE (1911, ed. 31, p. 2).

No editorial do jornal o mesmo assina como redator chefe e Nelson Noronha assina como diretor. Nelson que também é tenente coronel já vinha aparecendo no jornal como redator secretário. Gentil Norberto assina o jornal até a edição de nº 49 de 6 de agosto de 1911. No

mesmo dia em que a última edição do jornal vem com sua assinatura, ele parte para o Rio de Janeiro, como delegado do Partido Construtor Acreano. Em uma publicação de 7 de setembro de 1911, o FOLHA DO ACRE afirma ter mudado suas instalações de endereço, e agora a oficina de impressão passa a funcionar na sede do diretório do Partido Construtor Acreano, localizada na Rua do Comércio no Bairro “Pennápolis” a partir deste episódio a redação, ou seja, o corpo editorial também muda, agora é o próprio partido quem assina.

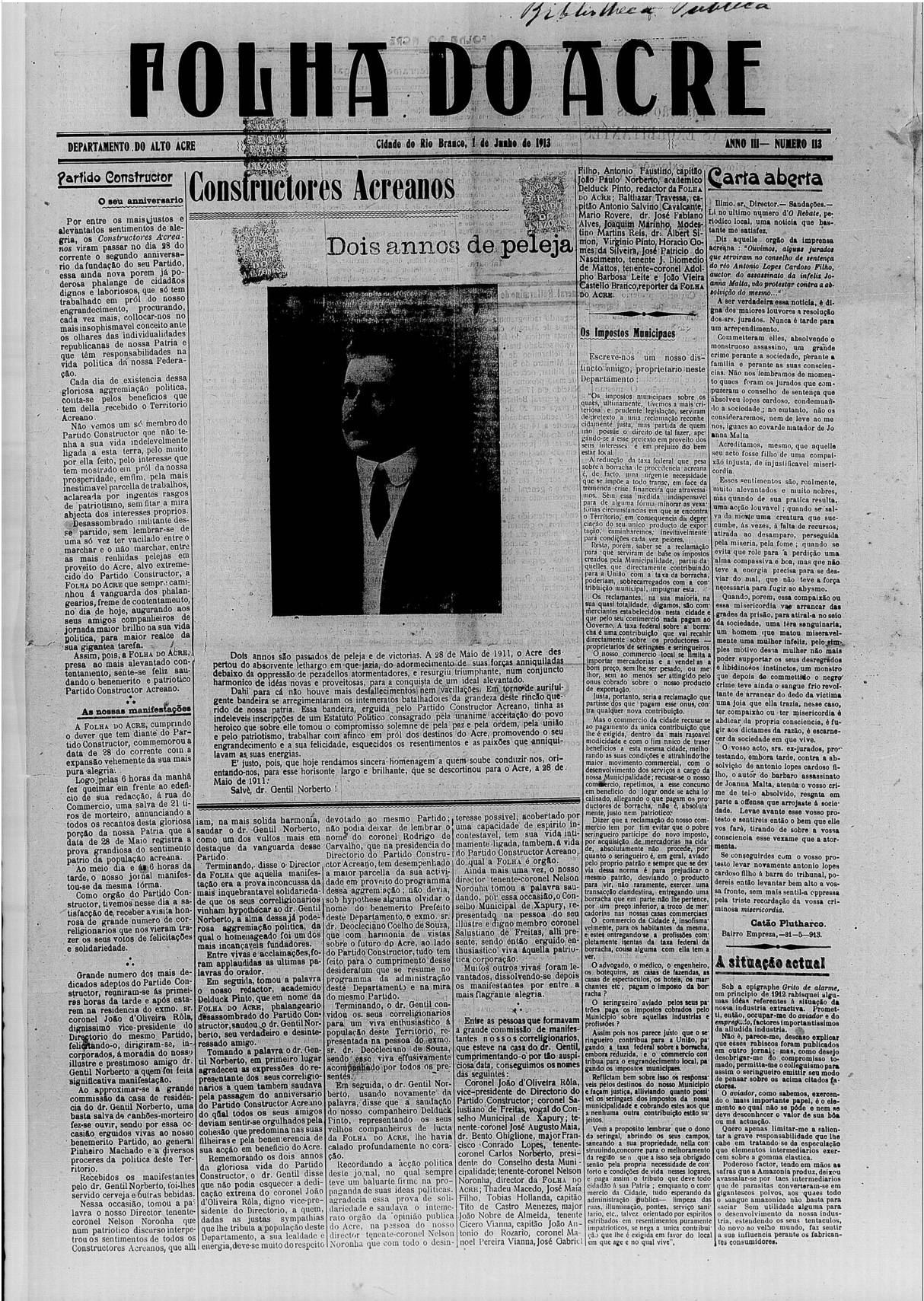
Figura 5 - Diretoria do jornal é a mesma do partido.



Fonte: A FOLHA DO ACRE (1911, ed.52, p.2).

Quando o editorial do jornal se funde com a diretoria do partido, o mesmo ocorre com a publicação do jornal, com outro aspecto, ou seja, o frontispício tem agora uma nova fonte. Algumas seções são mantidas como “*aniversários, falecimentos, echos e noticias, folha judiciária e folha fluvial*”. Em 1 de junho de 1913, a publicação é totalmente dedicada ao aniversário de dois anos de fundação do Partido Construtor Acreano e dar um grande destaque à ideologia do mesmo que é veiculada pelo próprio jornal.

Figura 6 - Aniversário de dois anos do partido.



Fonte: FOLHA DO ACRE (1913, ed. 113, p.1).

Na edição acima, quando são comemorados os dois anos de fundação do Partido Construtor Acreano, o editorial do jornal vem mais uma vez intensificando a afinidade entre ambos, ou seja, o partido e o jornal estão fundidos ideologicamente e administrativamente. Na referida data, ou seja, de 28 de maio de 1913, quando o Partido completou os seus dois anos de existência, o jornal FOLHA DO ACRE, fez inclusive uma salva de 21 tiros, de morteiro, em frente à redação do jornal que era também a sede do partido. O fato é noticiado pelo jornal no editorial com o título “nossas manifestações”.

Desde a sua fundação em 1910, o jornal FOLHA DO ACRE apresentou claramente a sua postura política, um jornal que defendia os anseios autonomistas do Acre, ainda Território, para que o mesmo se tornasse Estado da Federação e usufrísse do ônus e do bônus a que estivesse submetido. Ao longo do período observamos que ocorrem mudanças quanto aos editores, e foi feita análise do que de fato muda no jornal, quando se tem outra pessoa no comando, ou seja, na editoria do veículo, conforme quadro abaixo.

Quadro 1 - Relação de Editores do Jornal FOLHA DO ACRE.

| Nome | Período | Perfil editorial |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Theophilo Maia | De 14 de ago. de 1910 a 30 de abr. de 1911. | A posição política do jornal sob a direção de Theophilo Maia é clara, no entanto, não é impositiva. No próprio editorial o jornal é caracterizado como sendo de propriedade de uma associação e que o mesmo é um órgão de interesse do povo. |
| Gentil Norberto | De 7 de maio de 1911 a 06 de ago. de 1911. | O estilo do jornal e suas colunas são mantidos, no entanto, observa-se que há um número maior mesmo no curto período de publicações relacionadas à instrução pública. |
| Diretório do Partido Constructor Acreano Cel. Rodrigo de Carvalho – Presidente “ João d’Oliveira Rôla – Vice Presidente “ Silvino Coelho de Souza – 1º Secretário “ Francisco Cypriano d’ Oliveira 2º “ “ Sebastião Francisco de Mello - Tesoureiro “ Joaquim Victor da Silva – Director “ Joaquim Domingos Carneiro – Director “ Antonio Vieira de Souza – Director “ Daniel Ferreira Lima - Director | De 07 de set. de 1911 a 10 de jan. de 1915. | Com esta equipe que é a mesma diretoria do jornal, o mesmo agora se apresenta como um periódico político, um órgão do partido. Do ponto de vista da diagramação, as publicações crítica são mais explícitas. Neste período há algumas alterações, no entanto, são mudanças mais direcionadas ao partido. |

| | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Há a substituição de apenas um dos diretores do partido. O Coronel Antonio Vieira de Souza é substituído na função de diretor por Neutel Newton Maia | | |
| Responsável – Capitão João Vieira Castelo Branco Gerente e procurador – Capitão Tito de Castro Menezes Administrador Technico – Tenente João Rodrigues Sandes | De 28 de fev. de 1915 a 23 de maio de 1915. | Na referida edição o jornal publica que é de propriedade de uma empresa. Outro fato observado é que neste momento o endereço da redação também é outro: Praça Tavares de Lyra S/N. |
| Directores: Dr. Martinho Pinto e Tenente-coronel Nelson Noronha Administrador Technico – Tenente João Rodrigues Sandes | De 30 de maio de 1915 a 11 de out. de 1916. | O que se observa é que a figura do Tenente Nelson Noronha volta ao jornal e permanece o administrador técnico. A postura do jornal já neste primeiro editorial é mais dura e crítica ao executivo municipal. |
| Não há jornais disponíveis de 1916 | - | - |
| Gerente – Pedro A. Chaves Administrador Technico – Tenente João Rodrigues Sandes | De 25 de out. de 1917 a 07 de fev. de 1918. | O jornal vem novamente com o expediente afirmando ser um órgão do Partido Constructor Acreano. Continua o posicionamento político que se opõe a intendência municipal. |
| Durante o restante do ano as publicações vem sem um expediente. Somente como órgão do partido. | - | - |
| Não há jornais disponíveis de 1919 | - | - |
| Director: A. Ferreira Brasil | De 03 de jan. de 1920 a 09 de jun. de 1921. | Neste expediente o cargo de diretor reaparece, o endereço é novo, agora na Rua Cunha Matos e logo abaixo traz toda a diretoria do Partido Constructor Acreano. A partir de 14 de fevereiro de 1920 foi incluindo no expediente o nome de Antônio Raulino como gerente e administrador das oficinas. |
| Director: Paulino Pedreira | De 16 de jun. de 1921 a 03 de maio de 1923. | O tipo de letra é alterado, não aparece no expediente a figura do administrador de oficinas. Até então com uma espécie de carimbo na primeira página dizendo: Jornal político e noticioso. |
| Não há jornais disponíveis de 1924 a 1925 | - | - |
| Director Dr. F. Flavio Baptista E como Gerente e proprietário: Sérvulo do Amaral | De 03 de jan. de 1926 a 08 de ago. de 1926. | O expediente agora surge como um carimbo na primeira página. E agora com um proprietário e que não pertence mais ao partido. |

| | | |
|-------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Diretor e gerente: Sérvulo do Amaral | De 15 de ago. de 1926 a 31 de dez. de 1927 pelo que constam os registros. | Nesta edição há um editorial trazendo uma grande justificativa por conta da saída do diretor anterior e é quando o jornal, por meio desse editorial, reafirma o seu compromisso com a causa da liberdade e da justiça. |
| Não há jornais disponíveis de 1928 a 1946 | - | - |
| Wilson Aguiar | 20 de fev. de 1946 24 de mar. de 1946 sendo esta a última edição disponível na Hemeroteca Nacional | No momento o periódico independente porta-voz das aspirações colectivas. |

Fonte: (FERREIRA) 2018 - Dados disponíveis no jornal FOLHA DO ACRE edições de 1910-1946

1.2 JORNAL A REFORMA

O jornal A REFORMA, editado no Departamento do Tarauacá, passou a circular no ano de 1918, seis anos após a criação do novo departamento administrativo, através do Decreto Presidencial nº 9.831, de 23 de outubro de 1912, e permanece sendo editado semanalmente até o ano de 1934. Em seu primeiro número é apresentado aos leitores os elementos centrais que caracterizam a linha editorial deste jornal.

A crise social que atravessamos no Departamento estava exigindo a instituição da boa imprensa, severa nos princípios, digna na linguagem, elevada nas aspirações, serena nos intuítos, superior no objetivo.

Compreendendo essa necessidade palpitante e indeclinável, experimentando a verdade e pureza desses sentimentos que enaltecem e dignificam os que se consagram ao bem comum, foi resolvida a criação de A Reforma, que adota como programa: trabalhar empenhando a melhor vontade indo até o sacrifício, pelo aperfeiçoamento moral, progresso e engrandecimento material do Departamento.

O raio de ação de nosso jornal há de estender-se a todas as manifestações da atividade humana, nos diversos desdobramentos da vida política, administrativa, comercial e agrícola do Departamento.

A Reforma não desvanecerá com o acolhimento bondoso que lhe for dispensado, também sofrerá desfalecimentos pelas dificuldades que por ventura lhe anothem na senda que hoje enceta (A REFORMA, 1918, ed. 1, p.01).

O Departamento do Tarauacá também tinha o anseio por uma independência do da jurisdição de Cruzeiro do Sul e quiçá do Território acreano.

Figura 7 - Frontispício do jornal A REFORMA.



Fonte: JORNAL A REFORMA (1918, ed.1, p.1)

No mesmo número A REFORMA publica ainda um *boletim político* do Partido Republicano do Tarauacá, no qual convoca os habitantes do lugar para uma reunião na qual será feita a fundação do partido, sob o argumento de que se fazia necessário, ao povo tarauacaense, após a concretização da autonomia fazer valer ‘os seus direitos, impondo também a sua vontade, no concerto dos demais Estados da Federação’. O seu primeiro diretor, o tenente coronel José Florêncio da Cunha, que também é advogado é o responsável pela fundação do jornal.

Na proposta anunciada pelos membros do Partido Republicano do Tarauacá, a instrução primária figura como pedra angular das propostas dos membros do partido, denotando a importância que a educação assumiria no cenário local.

A REFORMA se estrutura em colunas, a exemplo dos demais jornais publicados em terras acreanas e mantém algumas seções fixas, como “*Chronica Elegante*”, uma espécie de coluna social para registrar os aniversários na maioria das vezes dos mais ilustres da cidade, *Viajantes*, que faz um registro de quem parte e quem chega em Tarauacá, *Radiogramas* com informes diretos de Manaós (Manaus) e a coluna “*A Vida Pública*”, que se destina a publicação do expediente da prefeitura, espaço destinado as publicações das ações do prefeito local e anunciada como ‘*Prefeitura do Tarauacá*’, indicando o nome do administrador local. Nesse momento os leitores passam a acompanhar as ações da Prefeitura conhecendo toda a legislação expedida pela administração do departamento, inclusive as administrações dos departamentos conversam por meio de mensagens publicadas, as quais chamam de rádio.

Agregam-se a essa seção aquelas destinadas as notícias enviadas pelos correspondentes do jornal, estes são anunciados no frontispício do periódico, notícias sociais, matérias extraídas de outros jornais, tanto os publicados no Acre, como aqueles fora do estado, notícias relativas a preço de borracha, capítulos de romances, a moda do folhetim, além de propagandas de casas comerciais e de profissionais liberais.

Ainda no primeiro número do A REFORMA é publicado o ‘termo de contrato celebrado pela prefeitura do Departamento do Tarauacá com o Tenente Coronel José Florêncio da Cunha’, no qual se consagra o arrendamento do material tipográfico da prefeitura pelo prazo inicial de três anos, podendo, a desejo manifesto das partes, ser renovado. O contrato é reproduzido na íntegra e permite aos leitores do jornal terem conhecimento de tal ato. Nesse contrato que possui oito cláusulas, são definidas algumas normas que regem o documento, entre elas, a previsão do pagamento de uma multa para a outra parte, se uma delas rescindisse o contrato antes do período previsto. O valor da multa ficou estipulado em cinco contos de réis.

Figura 8 - Publicação do contrato entre a prefeitura do Tarauacá e o jornal A REFORMA

Termo de contracto celebrado pela Prefeitura do Departamento do Tarauacá com o Tenente Coronel José Florencio da Cunha para o arrendamento do material typographic da Prefeitura.

Aos dois dias do mez de Maio de mil novecentos e dezoito, nesta Prefeitura do Departamento do Tarauacá, em Villa Seabra, presente o Excellentissimo Senhor Julio Pereira Rocque, Segundo Substituto do Prefeito; em exercicio, e o Senhor Tenente Coronel José Florencio da Cunha, signatario da proposta preferida em concurrencia publica, realisada em

Fonte: JORNAL A REFORMA (1918, ed.1, p.1)

Ainda no editorial do periódico se percebe uma ideologia que aproveita para caracterizar o jornal em seu aspecto físico, quanto ao tamanho, mas também ao objetivo a que se propunha o jornal de inclusive “civilizar” a população por meio de seus escritos.

O jornal cujo título é A Reforma, será publicado aos domingos e terá um formato de pelo menos quarenta centímetros de cumprimento, por trinta de largura; empregará em seus escritos linguagem digna, elevada e compatível com a missão civilizatória da imprensa honesta e livre; apreciando e criticando sem paixões, odiosas ou afeições, os atos de todos que mereçam reparos e observações. (A REFORMA, 1918, ed.1. p.1).

Com a publicação do contrato de arrendamento das máquinas para a edição do jornal, se encerra a caracterização deste, pelos seus editores. A REFORMA seria conforme o editorial um jornal independente, cujo compromisso seria com a defesa do Departamento do Tarauacá. Na ocasião do aniversário de fundação do periódico em maio 1929, o editorial vem mais uma vez confirmando o posicionamento do mesmo em relação à política.

Por mais sombrios modestos que nos presentemos em qualquer scenario como temos feito, no nosso longo viver de imprensa livre e independente, por entre momentos de praseres fluidos, de sabores e amarguras da vida, não podemos nesta noticia ocultar o sentimento de alegria, do qual nos achamos empolgados, pelas provas espontâneas, robustas e sinceras que recebemos na passagem do nosso duodecimo aniversario de lutas em prol das causas justas e do levantamento moral desta nova unidade da Patria brasileira. (A REFORMA, 1929, ed. 552, p. 01).

Nesta mesma edição com um aspecto bem simbólico, o jornal também passa a publicar em sua primeira página como sendo uma espécie de carimbo o nome dos colaboradores que são correspondentes¹⁰ dos rios da região.

Figura 7 - Frontispício com os correspondentes



Fonte: A REFORMA (1929, ed. 552, p.01).

A partir de então, aos correspondentes é dado o crédito em todas as publicações do jornal A REFORMA, com o subtítulo de “nossos dignos representantes para todos os efeitos jornalísticos”. São eles:

¹⁰ Jornalista destacado ou residente numa cidade que não a da sede do órgão de comunicação social para que trabalha. A sua colaboração pode ser pontual ou permanente e a sua tarefa é produzir informação específica sobre temas e acontecimentos da área geográfica da sua dependência. A função ganhou visibilidade e celebridade com a figura do correspondente de guerra, já no século XIX, que, nos dias de hoje, está mais associada à figura do enviado especial. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/\\$correspondente-\(jornalismo\)?uri=lingua-portuguesa/jornalismo](https://www.infopedia.pt/$correspondente-(jornalismo)?uri=lingua-portuguesa/jornalismo). Acessado em 22 de outubro de 2018.

[...] no Tarauacá – Adelino Araújo Ferreira Gondim, no Murú – Elesbão Firmo da Silva, no Embira – Major João Umbelino de Sousa, no Jurupary – Coutinho, Annibal & Cia e no Juruá – Joaquim Chrispim de Oliveira. (A REFORMA, 1929, ed. 552, p.1).

No que se refere a editoria do jornal A REFORMA, este se articula bem com a política, não ocorrendo muitas alternâncias em relação à diretoria do jornal. O que se observa, é que o jornal defende a independência de Tarauacá, conforme a teoria do Partido Republicano do Tarauacá, ao passo de que, fazia o papel de situação, no município. Abrindo espaço para as publicações oficiais da prefeitura, bem como, o fundador do jornal deixa de ser diretor do periódico para ser prefeito do Tarauacá, enquanto que o ex-prefeito assume então a diretoria do jornal, havendo somente uma troca de papeis.

Em junho de 1921, o jornal publica uma coluna “*Cronica teatral*”, que já traz resumos da última apresentação da Companhia Acreana de Teatro. Desta forma o jornal estimula o interesse da população pela cultura.

Com a costumada intrépide levaram na semana passada novos numeros de ginastica acrobacia e contorcionismo, os jovens e galhardos artistas da “Companhia Acreana”. Foi uma noite de verdadeiro sucesso para os jovens artistas que foram aplaudidos incessantemente.

Fez sua estreia como equilibrista do arame o jovem Valdemar que arrancou do público entusiasticas palmas.

Também estreou no trapézio e rapidos e emocionantes volteios, a gentil e graciosa Antonieta, que arrebatou á platéia delirantes aplausos.

Também foi uma noite de risos sendo estes provocados pela pelo irresistível e sempre aplaudido comico Pedro Dias.

Executaram um programa escolhido atraente e sobretudo por uma das suas partes, as estátuas brancas, cujos quadros muito agradaram ao público.

E assim todos os artistas se esforçaram o mais possível; e foram irrepreensíveis no bom desempenho de seus papéis.

Portanto, ainda com a grata reminiscencia nos congratulamos com senhor Pedro Dias, digno e esforçado empresário, pelo exito da semana passada, e desejamos que continue sempre a proporcionar á população seabrense noites de risos e diversões. (A REFORMA, 1921, ed. 157, p.4).

Esse tipo de publicação que além de ocupar um grande espaço no jornal, nos remete a imaginar o quão era salutar a relação do periódico e a comunidade de Tarauacá. Quando se tem pelo jornal inclusive uma espécie de incentivo para no caso do empresário citado, Pedro Dias, para que o mesmo continuasse a investir em sua companhia de teatro, bem como, demonstra ainda aos leitores por meio da seleção do que tem ou não relevância, do que ganha maior notoriedade, que essa mentalidade acaba por ser transmitida ao leitor. No mínimo o leitor do jornal A REFORMA sabia de como tinham sido realizadas as apresentações teatrais.

Ainda na mesma edição um aviso sobre a nova diretoria da Loja Maçônica e também o anúncio quanto ao recenseamento de Tarauacá, dando conta de que este seria realizado pela delegacia local. Desta forma e com tamanha variedade de publicações, o jornal A REFORMA vai se consolidando na escala de interesse da população local.

A seguir um quadro demonstrando quanto à alternância da diretoria do jornal A REFORMA, bem como, a linha editorial e as respectivas mudanças observadas no impresso a cada alternância da direção do mesmo. É possível ainda verificar o período que cada um permanece no cargo e que em algumas ocasiões ocorre apenas a troca das cadeiras.

Quadro 2 - Relação de editores do jornal A REFORMA

| Nome | Período | Perfil editorial |
|---------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Director: José Florencio da Cunha Gerente: Angelo da Silveira | 12 de maio de 1918 a 7 de dez. de 1930. | Desde o primeiro jornal estampa agora já na primeira página e com um destaque o nome do então diretor. A partir de 1920 José Florencio da Cunha continua com o mesmo destaque, no entanto, agora como diretor-proprietário. Em 1925 o cargo passa a ser diretor proprietário e gerente. |
| Director: Coronel Julio Pereira Rocque Fundador: José Florencio da Cunha | 01 de jan. de 1931 A 29 de maio de 1933. | Na edição desta data, muitas notas referenciam o novo diretor, no entanto, na edições seguintes identificamos uma justificativa. O diretor anterior do jornal foi nomeado prefeito de Tarauacá. E o diretor atual também já havia sido Prefeito do Tarauacá. |
| Director político: Manoel Vieira da Cunha Editor-gerente: José de Sá Barreto | De 25 de jun. de 1933 a 25 de nov. de 1934 última edição publicada e disponível na Hemeroteca. | |

Fonte: (FERREIRA) 2018 - Dados disponíveis no jornal A REFORMA edições de 1918-1934

1.3 JORNAL O ACRE

O jornal O ACRE, tem seu primeiro número editado em 18 de agosto de 1929 em Rio Branco e circulou até 1972.

Figura 9 - Frontispício do jornal O ACRE



Fonte: O ACRE (1929, ed.1, p.1)

O jornal passou a circular aos domingos e se declarou como órgão oficial do governo do Território do Acre. O jornal trouxe já em suas primeiras linhas um informe sobre os vencimentos dos professores classificados em: “Grupos Escolares, Escolas Primárias Urbanas, Escolas Primárias Rurais e Escolas Profissionais”. No mesmo comunicado oficial ficam denominados os nomes das escolas em todo o Território, remuneração dos professores primários das escolas rurais e como deveriam ser ocupados os cargos de diretores das escolas.

Neste comunicado o governador do Território atribui ao inspetor de escola além de suas funções normais a de também dirigir a escola profissional urbana e nas escolas profissionais rurais o cargo será atribuído ao professor com mais tempo de serviço em magistério, no entanto, sem direito a qualquer gratificação a mais pela função. Entre outros informes oficiais, percebe-se uma predisposição aos assuntos relacionados à educação. Foram incluídas ainda exonerações de professores e até o reestabelecimento de unidade escolar de instrução pública municipal.

Procurando dar uma orientação mais prática ao curso de prendas, que o Governo mantém nesta cidade, foi determinado que se intensificasse o trabalho da seção das costuras do mesmo curso, que se encontra a cargo da professora Benvinda Barroso Cordeiro Ribeiro. [...] Por estes trabalhos, a actual Caixa Escolar cobra pequenas importâncias ficando a metade destas a constituir patrimônio da Caixa, sendo a outra metade distribuída entre as alunas que trabalharam.

Dentro de alguns dias o curso de prendas começará a trabalhar para a força policial do Território. (O ACRE, 1929, ed. 1, p. 05).

Na referida nota publicada na primeira edição do jornal O Acre na coluna de instrução pública eis que o curso de prendas surge como uma maneira de inserir as mulheres no mercado de trabalho. Percebemos ainda que o curso é voltado somente ao público feminino e aplicado também por professoras. Mesmo sendo de grande utilidade para o Território o trabalho das costureiras, mesmo assim o informe é publicado como um ato de bondade por parte do Governo do Território.

Ainda no expediente o jornal demonstra que vai atrair o público também com uma dose de humor como se fosse uma espécie de marketing para atrair o interesse do leitor, aparentemente cansado de publicações de cunho político. Mesmo sendo um periódico oficial, o mesmo apresenta diversas colunas: *Palácio Rio Branco – Notas officiaes, Directoria de Instrucção Pública, Chefatura de Polícia, Força Policial, Directoria de Hygiene e Saúde Pública – Delegacia de Saúde, Intendencia Municipal, Vida Judiciária e Noticiario.*

- a) *Palácio Rio Branco – Notas officiaes*, - uma espécie de diário oficial de audiências e outras atividade desenvolvidas pelo Governador, *Secretaria Geral* – onde um extrato de ofícios que o secretário geral tenha recebido são informados;
- b) *Directoria de Instrucção Pública* – esse é o diário de informações específicas sobre a educação no Território do Acre, são mapas remetidos, avisos de exames, de matrículas, de professores pedindo para se ausentar do território em férias além das normativas da instrução pública;
- c) *Chefatura de Polícia* – são avisos normalmente entre autoridades policiais, delegados e promotores públicos no dia a dia de suas atividades;
- d) *Força Policial* – esta coluna é direcionada as atividades desenvolvidas pela guarda territorial;
- e) *Directoria de Hygiene e Saúde Pública – Delegacia de Saúde* – nesta coluna é perceptível como a questão saúde preocupava e era tratada com muito rigor, ao ponto de se ter a Delegacia de Saúde e uma polícia sanitária, que fazia visitas e entregava intimações, neste primeiro registro aparece a observação de exames que foram feitos em alunos, soldados foram inspecionados e presos medicados;
- f) *Intendencia Municipal* - Com o dia a dia da administração do município incluindo autorizações e licenças;

- g) *Vida Judiciária* – Com apelações, decisões e julgamentos além de expedientes de cartório, como informes de inventários, falências e outros;
- h) *Noticiario*, com informes da rotina do governador.

Já a partir da segunda edição o jornal O ACRE traz uma coluna com o título “*Mercado Público*”, onde são publicados os preços de diversos produtos alimentícios, como forma de publicitar os valores destes produtos. Outro ponto importante, é que mesmo sendo um jornal oficial o mesmo é vendido, não por assinatura, mas por exemplar, onde o número avulso tem um valor e o número atrasado outro. Quanto a esse movimento financeiro o diretor do jornal, publica pelo menos uma vez por mês os valores arrecadados com a “*Typographia Official*”. O jornal também publica uma coluna com caráter de utilidade pública, uma coluna comercial com cotações.

Figura 10 – Coluna comercial do jornal O ACRE

| Parte Commercial | |
|------------------------------|----------------------------------------|
| CAMBIO | |
| BANCO DO BRASIL – RIO BRANCO | |
| Boletim de Cambio | |
| PARA SAQUE SOBRE: | |
| | à vista a 90 dias |
| Londres | 110,128 6 61,04 |
| | (Lb.—Rs. 40\$796) (Lb.—Rs. 40\$314) |
| New York | 8\$425 8\$320 |
| Paris | \$332 . |
| Lisboa | \$382 . |
| Madrid | 1\$247 . |
| Valores das moedas | |
| Libra inglesa | 40\$796 |
| Dollar | 8\$425 |
| Franco | \$332 |
| Escudo | \$382 |
| Peseta | 1\$247 |
| Barracha e castanha | |
| EM MANAUS: | |
| Dia 20 de setembro | |
| Borracha fina | 2\$650 |
| Sernamby | 1\$050 |
| Caucho | 1\$200 |
| Castanha graúda | 56\$000 |
| « miúda | 22\$000 |

Fonte: O ACRE (1929, ed. 6, p.6)

Esta coluna, com o câmbio do Banco do Brasil traz aspectos da economia regional no período, com a cotação da borracha em Manaus, do sernamby¹¹, caucho¹² além da castanha, ou seja, nesta coluna se tinha uma informação necessária aos seringalistas, seringueiros e extrativistas da região que assim poderiam calcular o valor de seus produtos e realizar melhores negociações. Na coluna ainda era possível observar os valores das principais moedas internacionais.

O quadro abaixo traz o nome dos principais diretores e editores do jornal O ACRE. Mesmo sendo uma publicação oficial do Governo do Território do Acre, a substituição destes editores foi uma alternância entre outros profissionais que já faziam parte da redação do periódico e que também acumulam ao cargo de diretor do jornal, o cargo de diretoria da imprensa, algo semelhante ao cargo de secretário de estado de comunicação.

Quadro 3 - Relação de editores do jornal O Acre

| Nome | Período | Perfil editorial |
|----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Professor Pedro Mattos | Ambos faziam parte da redação do jornal. Sendo o primeiro diretor do jornal o Professor Pedro Mattos. | Pedro Mattos que já era Diretor de instrução pública, estatística e biblioteca passou também a acumular a diretoria de imprensa, desta forma, também a direção do jornal O ACRE. |
| Eugenio Raulino | | |
| Poeta Ruy Barreto Sobrinho | | |
| Garibaldi Brasil | | |

Fonte: FERREIRA (2018) - Dados disponíveis no jornal O ACRE edições de 1929-1946

¹¹ É o leite que escorre da tigela, que cai no chão, é o leite que fica na bacia. Todo aquele detrito do leite coalhado que não foi defumado, é sernambi.

¹² A árvore é sangrada e depois derrubada, em seguida anelada toda e se extrai o leite que depois de coalhado é transformado em pranchas. O caucho só se extrai uma vez, porque a árvore é derrubada. Disponível em: <<http://rondoniaovivo.com/cultura/noticia/2010/05/10/entrevista-seringueiro-o-desbravador-da-amazonia-edilson-lucas-de-medeiros.html>>. Acessado em 20 de agosto de 2018.

CAPÍTULO II – A INSTRUÇÃO EM DEBATE

2.1 A INSTRUÇÃO NOS JORNAIS DE 1918 A 1920

As publicações que se referem à instrução nos periódicos analisados na presente pesquisa dão conta quanto a criação de escolas, fechamento de escolas, a reação do professorado frente à algumas normas impostas pelo governo do Território, avisos aos pais e tutores, avisos quanto à publicação de mapas estatísticos estudantis.

Nas publicações também é possível observar uma relação próxima entre ensino público e o poder dos coronéis. É comum verificar avisos nas colunas sociais sobre o cotidiano dos coronéis, bem como, a construção de escolas em suas propriedades.

O jornal A REFORMA inicia suas publicações relacionadas à instrução pública a partir de sua primeira edição quando afirma já em seu editorial, a pretensão de que com o novo veículo de comunicação vai se dedicar em “propagar de forma intensa a instrução pública”. (A REFORMA, 1918, ed.1, p.1).

No jornal FOLHA DO ACRE, a instrução pública é impressa pela primeira vez em 1910, quando já cita uma mensagem dirigida ao Congresso Nacional onde se percebe que uma instrução de qualidade já era almejada de acordo com o trecho da publicação, “É de esperar seja o país, em breve, dotado de, uma lei que corrigindo as imperfeições da legislação vigente, corresponda às nossas aspirações e as verdadeiras necessidades do ensino”.

2.2 A INSTRUÇÃO NOS JORNAIS DE 1921 A 1927

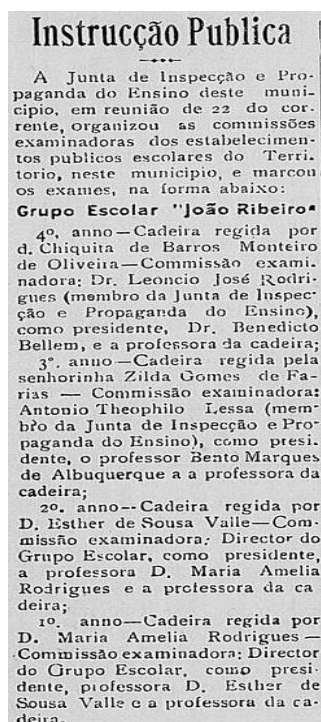
Neste momento os acontecimentos em relação a instrução pública estão ganhando as páginas dos jornais, subentende-se que estariam de fato havendo um número maior de ocorrências nesta área. A relação entre a instrução pública e os coronéis, bem como, os coronéis e a imprensa é outro ponto em comum. No decorrer da pesquisa, verificamos várias personalidades ditas como: “coronel, major, capitão” que figuram como na maioria das vezes empresários influentes, políticos, diretores e correspondentes de jornal ou mesmo como diretores de escola.

INSTRUCCÃO PUBLICA

Por acto do Governador do Território, foi creada uma escola em Corcovado, pitoresca propriedade, do nosso velho amigo Coronel Joaquim Pinheiro e logo em seguida nomeada professora daquela escola, que recebeu o nome de “Carlos Maximiliano”, a digna senhorinha Hilda Paula da Silva, que li exercia o magistério, particularmente competente normalista amazonense. (REFORMA, 1927, ed. 451 p. 01).

A notificação quanto ao aviso das datas já marcadas para os exames escolares do ano de 1917, no município de Tarauacá é disponibilizada ao público leitor, com a indicação do órgão responsável por tal feito. Além das informações relativas ao Grupo escolar João Ribeiro, também estão indicadas a composição das bancas examinadoras das demais escolas sediadas em Tarauacá.

Figura 11 - Publicação instrução



Fonte: A REFORMA (1927, ed. 473, p. 1)

O jornal FOLHA DO ACRE (1927, ed. 555, p. 2) diz: “- O Sr. Nathalino da Silveira Britto, tesoureiro da intendencia municipal, recebeu a grata noticia telegraphica de ter seu filho Rubens Britto, alumno do Lyceu do Ceará, prestado optimos exames”. Essa nota não só é um registro da felicidade deste pai, como também faz saber os leitores, de que mesmo, sendo uma pessoa que fazia parte da administração da instrução pública no Território, neste caso da intendência de Xapuri, no entanto, seu filho estudando fora do Território.

O jornal também mesmo assumindo suas convicções de independência em seu editorial, demonstra respeito e cordialidade para com as autoridades constituídas.

Figura 12 – Visita feita à redação do jornal FOLHA DO ACRE.



Fonte: FOLHA DO ACRE (1927, ed. 557, p. 1)

Na publicação o intendente municipal o Sr. Álvaro Arnoso de Mello Leitão informa, no que seria uma espécie de prestação de contas em relação as últimas ações e fatos ocorridos durante o exercício anterior. No trecho destinado à instrução pública, temos uma noção a partir de uma fala oficial, de qual era a situação da instrução pública no Território, ou seja, uma informação que se referia a Rio Branco, e que não era nada animadora, pois confirmava que a instrução pública estava em estado “lastimável”, situação esta que deveria ser ainda mis complicada nos demais departamentos do Território, tendo em vista, a localização de algumas unidades de ensino.

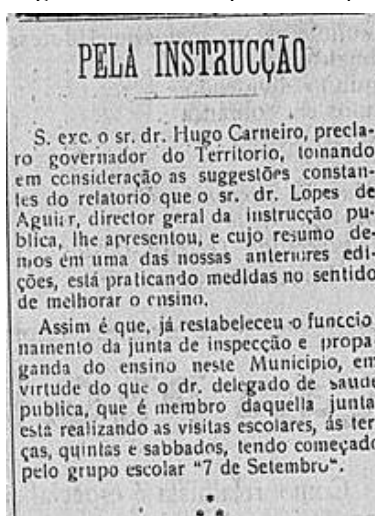
INSTRUÇÃO PÚBLICA

Como já tive a honra de levar ao vosso conhecimento na sessão de 5 de Outubro do anno passado, encontrei este departamento de administração em completo abandono, faltando tudo para o funcionamento regular das aulas, pelo que mandei reformar todo seu mobiliario e adquirir o material escolar necessario para o corrente anno lectivo, a fim de que a instrução municipal não continue no estado lastimavel em que se achava. Infelizmente não foi possível fazer mais nada em seu beneficio, não só porque não obtive a autorização que vos solicitei na seção de outubro, como também porque,

conforme já sabeis, tive que prorrogar para este exercicio o orçamento votado pela lei nº 131 de 24 de outubro de 1925. (FOLHA DO ACRE, 1927, ed.568, p. 2-3).

O jornal A FOLHA DO ACRE publica em 18 de setembro de 1927, na coluna “Pela Instrução” um grande trecho enaltecendo as ações governamentais. A publicação diz que o governador estaria acatando sugestões feitas pelo diretor de instrução pública e digamos, de acordo com a postura do jornal, ele estaria tomando medidas acertadas no que diz respeito à instrução pública, principalmente em Tarauacá. (FOLHA DO ACRE, 1927).

Figura 13 - Coluna pela instrução



Fonte: FOLHA DO ACRE (1927, ed. 589, p.1).

No decorrer do ano de 1927 o jornal A REFORMA passa a publicar assuntos referentes à instrução pública com fatos cotidianos, balanços e avisos, no entanto, com grandes intervalos, ou seja, da edição 453 até a edição 465 não há nenhum registro de instrução pública.

Grupo Escolar “João Ribeiro”

Sabemos com visos de verdade que as professoras daquele estabelecimento de instrução e as das escolas que ali funcionam, não fizeram a menor oposição ao acto do excelentíssimo sr. Dr. Governador do Território, mandando que as aulas se prolongassem em até 15 de dezembro. Também sabemos que as mesmas professoras, absolutamente não aconselharam os alumnos para abandonarem a frequência às aulas durante aquele periodo aumentado pelo novo regulamento da instrução pública acreana. (A REFORMA, 1927, ed. 478, p.1).

A publicação acima, fica clara que a postura do jornal A REFORMA é contrária ao novo regulamento da instrução pública, bem como, a maneira como o governador Hugo Carneiro estava conduzindo as ações em prol da instrução. A publicação faz menção ao comportamento do professorado, que segundo o jornal era de conformismo frente à imposição

do governo do território por meio do regulamento da instrução pública. Não fica muito claro na publicação o motivo de tanto descontentamento quanto ao prolongamento do ano letivo, mas um dos fatos a ser considerado é que a partir de dezembro, o inverno amazônico costuma ser rigoroso, o possivelmente dificultasse o acesso às unidades escolares.

2.3 A INSTRUÇÃO NOS JORNAIS DE 1928 A 1932

Em fevereiro de 1928, com um aviso informando sobre o início das matrículas o Sr. Luiz Macário Pereira do Lago, diretor do Grupo Escolar João Ribeiro informa à comunidade local, por meio do próprio jornal, quanto ao período de início das matrículas. No mesmo aviso são ainda mencionadas as regras para que o aluno possa ser matriculado. Somente poderá ser matriculado o aluno que comparecer acompanhado do pai, ou responsável legal com declaração de idade, naturalidade e filiação além de não sofrer de nenhuma moléstia. Segundo o próprio diretor essas normas estavam previstas no regulamento geral da instrução pública. É possível analisar que no período muitas pessoas tinham de dificuldades de possuir documentos, por isso percebemos entre as exigências, o que seria o registro civil, é uma declaração de idade.

Na edição seguinte do jornal A REFORMA vem impressa uma informação quanto à retomada das aulas do Colégio São José¹³. O aviso é uma mistura de sentimentos e muito elogia o colégio em questão. Há uma atenuação de que o referido colégio seja o melhor da região, ou seja, segundo o aviso, a oferta é de que o ensino será aplicado em uma instituição conceituada, sob uma direção competente e com atributos que enaltecem a didática religiosa.

Consoante o que havíamos dito pelas columnas do nosso semanário, em número do mez passado e reabriram-se as aulas do dia primeiro do corrente, deste conceituado educandário que mais uma vez veio affirmar suas honrosas tradições sob a direção competentíssima de D. Chiquita de Barros Monteiro de Oliveira que com decisão de fé e de vontade, cumpre as palavras de Jesus Cristo; **it et omnes**. Grifo nosso. (A REFORMA, 1928, ed. 488, p. 1).

O aviso, vem carregado de adjetivos e é propagador das boas novas, quanto a expressão em Latim significa “ir em todas as nações.” Como se o Colégio São José fosse enviado divino e que o mesmo deve disseminar os conhecimentos, ou seja, o seu modelo de ensino para todos.

¹³ Trata-se de uma escola, confessional, dirigido pelas Irmãs Servas de Maria Reparadoras. As irmãs ensinavam a ler, escrever e também prendavam as moças, preparando para a vida, como também formava outras servas, assim, existia uma diversidade de conhecimentos [...]. CF. (NUNES, 2013).

Já em 8 de julho de 1928 A REFORMA publica um artigo enaltecendo os trabalhos desenvolvidos pelo diretor de instrução pública, no entanto, se refere ao governo do Piauí, ao “Sr. Dr. Mathyas Olímpiofazen”. A ele o jornal atribui o mérito de ter realizado grandes investimentos no que se refere à instrução pública e a tentativa de organizar o ensino naquele Estado. Neste aspecto o jornal enaltece o trabalho feito no segmento da instrução pública no Piauí no intuito de que o leitor faça suas comparações com o governo do território do Acre.

Em 30 de dezembro de 1928 se tem mais uma demonstração de insatisfação com o poder público do Território, em que pese essa insatisfação pudesse ser apenas por parte da editoria do jornal. Nesta edição é publicado um artigo fazendo diversos elogios ao desenvolvimento da Vila Seabra, no entanto, todos os créditos vão para os “bravos”, que são comerciantes, seringalistas e coronéis que de acordo com o referido editorial são os verdadeiros responsáveis por tal desenvolvimento de Seabra, incluindo os avanços na instrução pública local, mesmo em um período de crise financeira.

No ano seguinte, o jornal A REFORMA noticia o início do ano letivo com um aviso do intendente de Cruzeiro do Sul pedindo material escolar, e depois já em fevereiro uma segunda publicação, desta vez, da própria direção do Grupo Escolar João Ribeiro informando quanto a data de início das matrículas e também colocando algumas condições para que fosse efetivada e mantida a matrícula do aluno.

Aviso do período de matrícula;

Faço público, pelo presente edital, que a matrícula para os alunos do grupo escolar “João Ribeiro”, será aberta no dia 15 do corrente e continuará até o fim do anno lectivo, que só encerrará em 15 de dezembro.

Outro sim, que a matrícula de cada alumno será feita mediante apresentação pessoal, ou por meio de guia do pae, tutor ou responsável digo representante legal do matriculado, com a declaração da idade, naturalidade e filiação deste, e atestado de não sofrer de moléstia contagiosa.

Seabra, 12 de fevereiro de 1929.

A professora do grupo escolar “João Ribeiro”, incumbida da direção do estabelecimento.

Maria Amélia Rodrigues

(A REFORMA, p. 04, 17 de fevereiro de 1929).

O informe é taxativo se o aluno não se enquadrasse em determinado item destes acima mencionados, o mesmo já desistiria de qualquer possibilidade de ser um aluno. Primeiro quando se exige uma naturalidade. Conforme as normas para realização da matrícula, é possível compreender que se o aluno tivesse nascido em outro lugar não poderia ser aluno, ou seria o

inverso poderia haver uma prioridade de vagas para quem veio de outro lugar. Além da declaração de idade ainda há o agravante nesta citação, um atestado médico de que o aluno não sofria de nenhuma moléstia, ou seja, uma garantia de que o candidato a aluno, não estava acometido por nenhuma uma doença contagiosa. Caso não apresentasse o atestado médico, o mesmo também não poderia estudar. A medida era um ato necessário para proteger os demais alunos e funcionários da escola de se contaminarem, por exemplo, com a hanseníase.

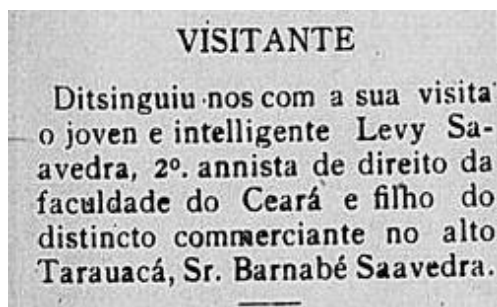
Na prática, a exigência para que o aluno apresentasse um atestado médico de que gozava de saúde, servia como um ato de proteção aos demais alunos, para que não fossem expostos à doenças ainda sem cura. Em seguida o diretor de instrução pública já solicita o mapa de frequência dos alunos. Em edições seguintes apenas o balancete de despesas da intendência do município de Tarauacá que inclui os gastos com a instrução pública é publicado.

Na edição de 12 de maio de 1929, além do balancete o jornal traz também um apelo feito ao governador Hugo Carneiro pelo Cel. Júlio Rocque, pedindo mais melhorias na instrução pública. Ao mesmo tempo que o apelo é feito, vários elogios vão sendo realizados à administração de Hugo Carneiro.

[...] confiante no espirito de progressão do exmo dr. Hugo Carneiro, que em tão curto tempo de seu governo tanto tem operado em benefício do Acre; [...] lembra a criação de um Lyceu, nesta cidade, afim de preparar repasses e senhoritas que em número crescido teem completado o curso do grupo escolar “João Ribeiro” e aqui continuam, sem poder prosseguir os seus estudos a falta de instituto de ensino secundário. Governador do Território reformando o programma de ensino, distribuindo do 1º, ao 3º. Anno dos grupos as matérias de portuguez, francez, arithmetica, geografia, desenho, escripturação mercantil e dactilographia, para isso aproveitando os lentes do 2º. e 3º anno, que deverão ser nomeados mediante concurso ou exhibição do diploma de advogado, medico, farmacêutico ou dentista e guarda-livros, tornará mais eficiente a instrucção pública do Território, favorecendo não somente aos tarauacaenses, como a todos os acreanos, que saberão em comum erguer bem alto os seus agradecimentos em particular a pessoa do dr. Hugo Carneiro [...]. (A REFORMA, 1929, ed. 551, p. 07).

É possível observar com este apelo, que naquele momento o grande anseio da população de Tarauacá era de que, ali também fosse disponibilizado o ensino secundário, pois os filhos terminavam os estudos ofertados até então no município e depois se quisessem continuar teriam que mudar de cidade, e até ir para fora do Território Acreano. O filhos das famílias mais abastadas normalmente eram enviados a outros Estados para adquirem uma formação superior, comprovadamente por este tipo de publicação. (A REFORMA, 1929).

Figura 14 - Aviso de visita de estudante.



Fonte: A REFORMA (1918, ed.1, p.3).

O jornal A REFORMA vai se posicionando agora de maneira a fazer sugestões ao governo do Território, afim de, proporcionar desta forma melhorias significativas para a instrução pública de Tarauacá. Um exemplo é a publicação de 12 de maio de 1929, na coluna “Em prol da instrução”, que faz várias sugestões ao governador Hugo Carneiro aproveitando o momento de reforma do ensino, promovida pelo governo.

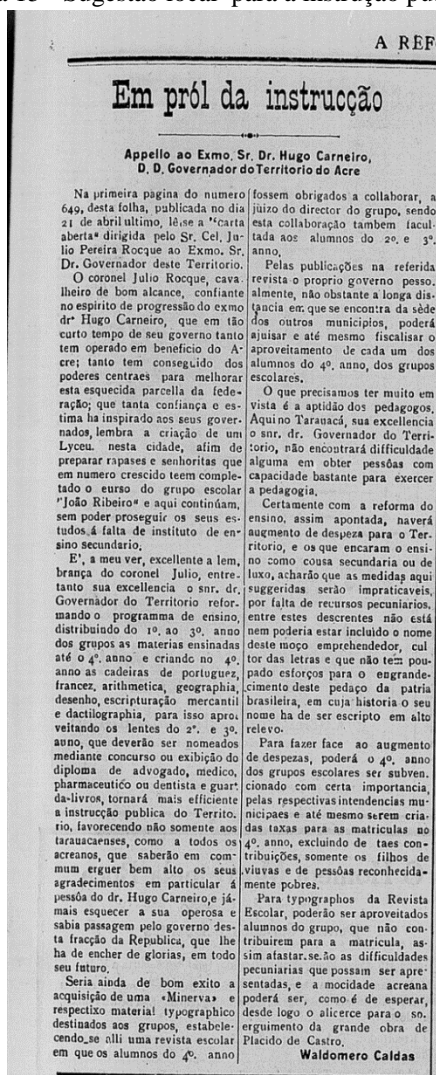
Entre as sugestões feitas pelo editorial, está a instalação de um “Colégio Lyceu, para preparar rapazes e senhorinhas” em Tarauacá, obrigatoriedade dos alunos do 4º colaborarem com os alunos de anos iniciais, desta forma de acordo com o artigo seria possível identificar a aptidão nos futuros pedagogos. Outra sugestão feita ao governador na referida edição seria a cobrança de valor pelas matrículas dos alunos do 4º ano, assim o Território não teria gastos com este processo. E o valor que fosse arrecadado poderia honrar novas despesas.

O artigo publicado foi assinado por Waldomero Caldas, considerado culto e funcionário público, encarregado do registro fiscal. Era uma homem que viajava muito e por vezes foram registradas as suas partidas e chegadas ao Território. Em outro artigo Waldomero defende a maçonaria.

Em cousa alguma poderá haver bom exito sem haver certa paracelia de segredo, as forças armadas tem seus segredos e castigam severamente o militar que os desvendam ao civil; nas repartições públicas há o segredo do serviço e ordens reservadas; na medicina há o segredo; na mechanica ha o segredo; nas igrejas ha o segredo do confessionário; finalmente até na família, no lar de cada um o segredo ahi, está, e, porque condenar a instituição maçônica, por trabalhar em segredo? É Abelhudice e mais nada.

Waldomero Caldas (O ACRE, 1929, ed. 559, p.4)

Figura 15 - Sugestão local para a instrução pública



A REFORMA, (1929, ed. 551, p. 07).

Na sequência o material filtrado que se refere à instrução pública chama à atenção pelo fato de como a mentalidade de um povo pode mudar e sofrer fortes influências principalmente por meio daquilo que é publicado. Na edição nº 553, já na primeira página do jornal estão estampados convites para as comemorações alusivas que deveriam ocorrer no dia 13 de maio, data da assinatura da Lei Áurea que extinguiu a escravatura no Brasil.

Percebemos que as escolas desempenhavam o fundamental papel de comemorar datas históricas como esta, com grandes festas e uma extensa programação cívica. Assim se fortalecia os conceitos e significados de tais datas. Em algumas ocasiões percebemos que é dada a mesma importância para outras datas, como por exemplo, o aniversário do governador, que também era motivo de comemoração na escolas e com festa. Era uma forma lúdica de ensinar valores sociais. As festividades de 13 de maio, data de assinatura da Lei Áurea, foram realizadas

no grupo escolar da Vila Seabra e os avanços alcançados frente à instrução pública são enaltecidos pelo orador e creditados a dedicação do governador Hugo Carneiro.

Salientando os relevantes serviços prestados á Instrução Publica pelo preclaro governador do Território, sr. Dr. Hugo Carneiro, disse dos esforços consideráveis com o ilustre chefe do executivo acreano, dentro da pequena verba orçamentaria, de que dispõe, tem propugnado o necessário combate de alfabetização seguro de que a importante questão do ensino deve de preferência estar volvida a atenção dos nossos homens públicos. (A REFORMA, 1929, ed. 553, p.1)

O discurso caracterizado na matéria como uma palestra foi feito pelo Sr. Dr. Paulino de Brito, juiz de direito. Além de elogios feitos à administração e a pessoa do governador Hugo Carneiro, o orador falou para a plateia presente sobre a história da escravatura em nosso país e sobre as barbaridades cometidas pelos primeiros colonizadores.

Nas três edições seguintes a este evento a instrução pública aparece apenas citada nos balancetes. Já em meados de julho de 1929, o jornal traz uma publicação que se refere a uma solicitação do então secretário geral Dr. Francisco de Oliveira Conde, pedindo ao diretor de instrução pública, bem como, aos inspetores e diretor de higiene contribuição para com sugestões para a formatação do regulamento de instrução pública no Território do Acre.

Em agosto de 1929 surge o jornal O ACRE, o jornal oficial. Logo no início o periódico começa a fazer publicações relacionadas à educação ainda de forma muito acanhada, com convocações para reuniões de trabalho e até anúncios de mão de obra, como faz uma professora na edição do jornal de 02 de março de 1930, oferecendo seus serviços profissionais e experiência em instrução pública para o governo do Pará. Na mesma edição tem ainda uma publicação informando quem será a nova diretora do Grupo Escolar de Xapuri.

Já o jornal A REFORMA de Villa Seabra entre as edições de janeiro e final de fevereiro de 1930 se dedica à publicações de instrução pública apenas quando se refere ao balancete mensal.

A partir da edição datada de 09 de março de 1930, o jornal O ACRE passa a adotar uma seção exclusiva para a Instrução Pública. Nesta seção são publicados todos os acontecimentos oficiais inerentes à instrução pública. É possível observar nesta seção é que se um comunicado é publicado, na edição seguinte do jornal, normalmente é publicada a resposta para a pessoa que tenha enviado a mensagem com pelo menos uma afirmação por parte da autoridade afirmado ter recebido tal comunicação, seja, um aviso ou um relatório.

O semanário segue uma rotina de informes na seção de instrução pública, apenas com informes sobre o ponto e sobre a normalidade das atividades. Na edição do dia 23 de março

de 1930, é publicado um aviso do Sr. Pedro Mattos que era o diretor de instrução pública, informando ao governador que as aulas nas escolas territoriais e municipais haviam retornado as atividades no dia cinco do respectivo mês e ainda sobre a retomada das atividades no Grupo Escolar 7 de Setembro.

CAPÍTULO III - A ORGANIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO ACREANA

Para compreender como se deu todo o processo de organização da instrução pública no Território do Acre se faz necessário verificar como foram se constituindo a postura editorial dos jornais locais e a defesa dos mesmos por uma instrução pública de qualidade. É possível verificar como essa mentalidade foi sendo cultivada no público leitor antes e depois do governo de Hugo Carneiro. É notório a aprovação tanto por parte da população local como pelos administradores do Território, o reconhecimento do poder exercido pela imprensa.

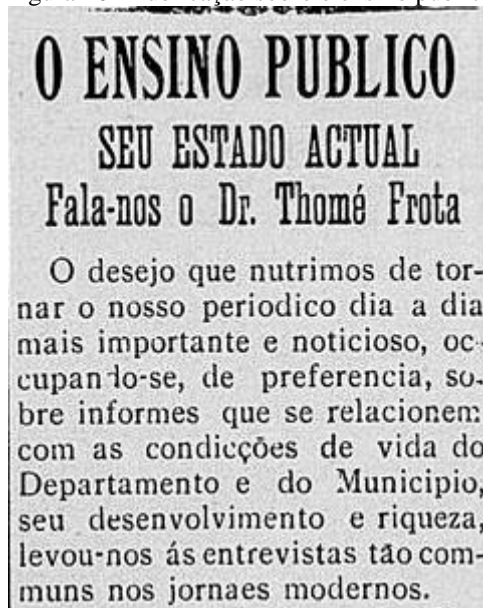
É possível considerar que ao dar início ao processo de formação administrativa do Território do Acre é importante partilhar informações, reforçar procedimentos e, mais do que isso, estabelecer uma comunidade de leitores que acompanhem e chancelas as ações do poder político local, mantendo como perspectiva a defesa do Território e a inserção deste nas discussões nacionais a propósito de temas ligados a modernização dos serviços administrativos, da instrução, do comércio e da saúde pública ao mesmo tempo em que acompanham, nas páginas dos jornais, as notícias relativas ao cotidiano local e aos acontecimentos nacionais e internacionais. (DANTAS, 2004, p.4).

A imprensa já vinha sendo utilizada também como ferramenta de disputa pelo poder. Se determinada postura é propagada como correta, que determinado administrador tem realizado ações apregoadas como sendo as mais coerentes, vai se criando um personagem no imaginário do leitor como a de um verdadeiro super herói, do mesmo modo, que uma figura política poderá ter sua reputação arruinada por causa de determinadas publicações. Muitas vezes, verdadeiras guerras são travadas entre o poder público e o órgão de imprensa sem que cause muito alarde, como exemplifica (SODRÉ).

Com a cegueira que o poder confere aos que o detém, nas condições então reinantes, o governo nada queria ver. A luta era travada à base da imprensa - o rádio estava na infância - e com emprego costumeiro da linguagem mais descomedida. Nos primeiros dias de fevereiro, a comitiva de Melo Viana era atacada, em Montes Claros, quando pretendia fazer comício de propaganda em candidatura oficial; (SODRÉ, 1999, p.372).

No dia 08 de setembro de 1918, o jornal A REFORMA, apresenta uma grande entrevista com o então diretor de instrução pública, o Sr. Dr. Manoel Thomé Frota. A entrevista tem o seu viés político de explícito apoio a administração atual do território.

Figura 16 - Publicação sobre o ensino público



Fonte: A REFORMA (1918, ed.18, p.1).

A entrevista tem vários desdobramentos, no primeiro o entrevistado é questionado sobre a situação da instrução pública quando o mesmo assumiu a direção. Em sua resposta o diretor de instrução pública fala que a situação do ensino público era vergonhosa em virtude do atraso e da insuficiência e que a instrução pública encontrava-se abandonada. Em seguida o diretor diz que a situação ainda não está totalmente resolvida mas o atual estado é pelo menos “animador”.

Quando o sr. Cunha Vascellos deixou o governo deste Departamento, funcionavam quatro escolas e estas resentiam-se da falta de material escolar: globos terráqueos, maps, apulhêtas, filtros, etc.

Ainda hoje, com effeito, não foi suprida dessa falta em todas as escolas, o que incontestavelmente prejudica sobremodo o methodo pratico de ensino que hoje substitue o theorico em todos os logares cultos. [...] Longe, porem, esta o Tarauacá de resolver mais ou menos satisfatoriamente a questão do ensino, já por ser muito exígua a verba destinada a essa Prefeitura, já por falta de um professorado competente que abandone o velho systema rotineiro de licções de cór por aulas mais práticas e menos fastidiosas. (A REFORMA, 1918, ed. 18, p.1).

A partir desta entrevista é possível fazer algumas análises como, por exemplo, há uma defesa por parte da diretoria de ensino, pelo método prático, é perceptível ainda o posicionamento da gestão para que o professorado se modernize, assuma novas posturas e abandone as velhas práticas, que se renove a mentalidade dos professores, caso contrário, são considerados incompetentes, por persistirem em práticas ultrapassadas. Ainda nesta entrevista o diretor de instrução pública afirma que muito em breve o programa de instrução seria substituído.

Já na publicação do jornal A FOLHA DO ACRE de 20 de março de 1920, há um pedido para os pais, para que matriculem seus filhos no Grupo Escolar 24 de Janeiro. Nesta publicação que é assinada pelo diretor de instrução pública e pelo diretor do referido grupo escolar é possível observar que o poder público reconhece o poder da mídia impressa, quando pede que o aviso seja veiculado, bem como, deixa claro que o público estava ciente de que o desenvolvimento do lugar somente seria possível por meio da instrução.

Em prol da instrução

Assignado pelos srs. drs. Raphael Guedes Corrêa Gondim e Amanajós de Araújo, diretor geral da instrução pública e diretor do grupo escolar “24 de Janeiro”, respectivamente recebemos o seguinte comunicado.

“Senhor redator da FOLHA DO ACRE cordiais saudações.

Pretendendo as directorias da Instrução Pública e do Grupo Escolar “24 de Janeiro”, desta cidade, dar a maior expansão possível ao desenvolvimento da instrução pública no Departamento, solicitamos de V.S. que se digne de comunicar e incitar, pelas columnas do órgão que brilhantemente redige, a todos os paes e creanças pobres, que pomos absoluto empenho em curar da educação das mesmas e que devem matriculai-as já, no início do anno letivo nas aulas do mencionado Grupo.

Aquelhes que forem de todo desprovidos de meios pecuniários, a Prefeitura fornecerá roupa, calçado, material escolar e tudo mais que necessário for.

É nosso intuito fazer das escolas mantidas pela prefeitura, centros de bondade, de Amor, de energia e de patriotismo, curando do corpo, da alma e do intellecto dos alumnos, preparando assim o advento de uma era de grandeza nova para este Departamento.

Pela publicação deste comunicado, agradecemos etc.” (FOLHA DO ACRE, 1920, ed. 305, p. 1).

O referido comunicado além de mostrar o interesse da prefeitura em difundir o maior número de matrículas, mostra ainda que o analfabetismo é tratado como uma doença, como forma de sensibilizar a comunidade para que realizem as respectivas matrículas de seus filhos.

Na referida coluna já bem movimentada, traz nesta edição, anúncios de escola que foi desativada e escolas que foram criadas. Houve também a distribuição de material didático.

Figura 17 - Movimentos na instrução

Em resolução de 11 do corrente mez, o sr. dr. governador criou uma escola primaria de 2.ª classe, annexa á cadeia publica desta cidade, para o ensino aos detentos ali recolhidos. A escola tomou a denominação de “Diogenes Oliveira”, pelo interesse que este cidadão mostrou na sua fundação, offerecendo tambem varios artigos de expediente para sua instalação.

(FOLHA DO ACRE, ed. 594, p.1)

3.1 O REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA – A LEI HUGO CARNEIRO

O Regulamento de Instrução Pública é publicado no dia 08 de junho de 1930, no entanto, o mesmo foi assinado no dia 31 de maio. A publicação do regulamento no jornal O ACRE é de três páginas. São diversos capítulos e nove títulos. Agora apresentamos alguns destaques deste regulamento que regia todo o processo de ensino do Território. Começamos pelo primeiro Artigo que trata do objetivo do regulamento.

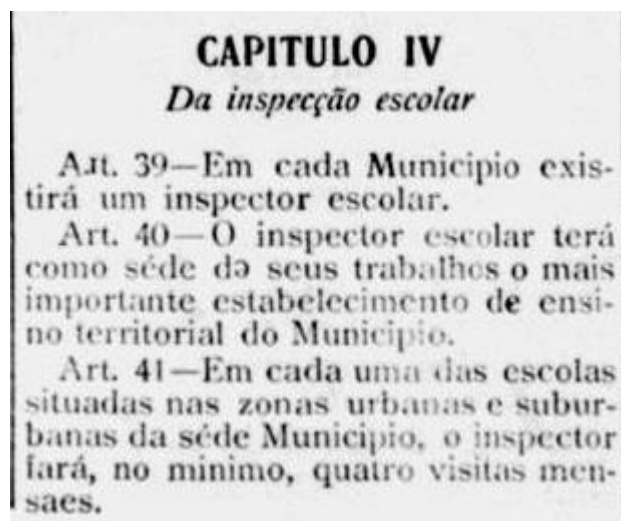
Artigo 1 – O ensino do Território do Acre terá como objetivo a transformação da criança em um ente útil ao país e, em particular, a região, conhecendo a própria personalidade e o meio ambiente, ficando apta, desta forma, a colaborar conscientemente para grandeza de ambos e para o bem da humanidade.
(O ACRE, 1930, ed. 43, p.2).

Inicialmente já no objetivo do regulamento percebemos nitidamente qual é o grande interesse do governo por meio da instrução pública, transformar o indivíduo em alguém útil para a nação, para atender os interesses dos mercados nacionais e internacionais. Com o desenvolvimento do setor industrial no país, havia a necessidade de mão de obra capaz de operar os maquinários. E na ocasião de investidores externos, o Brasil devia estar pronto para oferecer essa mão de obra. O regulamento também prevê que o ensino custeado pelo Território será primário, normal, técnico profissional e o ensino secundário dividido entre as escolas ambulantes, rurais, urbanas, noturnas e grupos escolares. São definidas ainda as normas de funcionamento de cada modelo de instituição de ensino.

O segundo capítulo do Regulamento trata mais especificamente da idade escolar, matrícula e horário. Quanto a matrícula o aluno só deveria ser matriculado quando fornecidas todas as informações pertinentes ao mesmo, incluindo atestado médico se não possui nenhum tipo moléstia para que possa ser um aluno regular. O regulamento ainda trata de que as matrículas serão feitas por professoras, no entanto, sofrerão fiscalização por parte de quem esteja à frente da escola. Outro dado que o regulamento deixa bem claro é que o ensino primário é destinado apenas para crianças de 7 a 13 anos, fora dessa faixa etária não se enquadra no ensino primário, então este deverá fazer um teste, um exame para a verificação de encaixe em outras séries.

O capítulo IV o Regulamento trata claramente do papel do inspetor escolar, uma nova função que havia sido criada no Território há pouco tempo.

Figura 18 - Capítulo VI do Regulamento



(O ACRE, 1930, ed. 43, p.2).

O que se percebe é que o inspetor escolar conforme o regulamento era realmente o enviado do governo para inspecionar o ensino como um todo bem como verificar se as normas previstas no regulamento estariam sendo devidamente cumpridas. É a regulação do ensino, sendo colocada em prática. Todas as visitas resultavam em relatórios que posteriormente eram apresentados à diretoria de instrução pública. Na edição de 29 de setembro de 1929 do jornal O ACRE, quase um ano antes da publicação do regulamento, a Secretaria Geral do Território já cobrava os relatórios dos inspetores escolares das juntas de ensino de Tarauacá, Purús e Juruá.

Quando se refere a finalidade em seu Artigo 61 o regulamento é bem mais direto quanto ao que espera do indivíduo que está recebendo investimento público em sua instrução. Em outras palavras a expectativa do governo é formar um indivíduo mais apto para os empreendimentos da vida, que possa desenvolver sua inteligência, aperfeiçoar suas qualidades morais e cívicas e que reconheça a necessidade de constituir família.

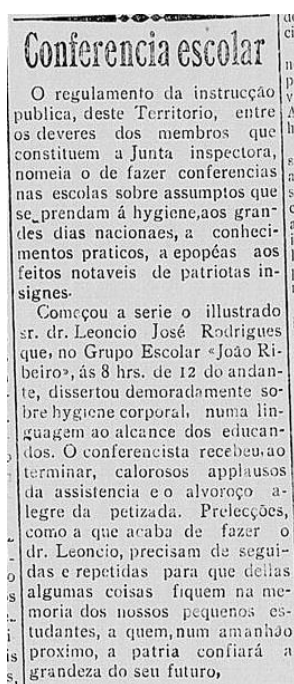
3.2 A INSTRUÇÃO PÚBLICA NOS JORNAIS LOCAIS ANTES E DURANTE O GOVERNO DE HUGO CARNEIRO

A partir de agora se torna mais fácil compreender como se deu o processo de organização da instrução pública no Acre Território. As informações relativas à instrução pública presentes em ambos os periódicos não se referem exclusivamente as terras acreanas.

São notícias que permitem conhecer como se está organizando a educação escolar em estados como Ceará, Maranhão, Rio de Janeiro, dentre outros estados da federação.

De modo geral é possível supor que a veiculação de tais informações cumpre a função de anunciar aos leitores como tais questões estão sendo tratadas em outros lugares, incluindo a caracterização de algumas práticas que de acordo com publicações estariam dando certo e que poderiam perfeitamente também serem adotadas no Território do Acre.

Figura 19 - Conferência



Fonte: A REFORMA (1921, ed. 154, p.4)

De acordo com o regulamento, agora, isto é a partir de 1921 as escolas estariam obrigadas a realizar a conferência escolar. Essa também seria uma missão dada à junta inspetora. Os assuntos definidos para as conferências seriam os mais variados possíveis e deveriam incluir na plateia, tanto alunos como professores.

A partir de 1920, a instrução pública é o assunto com maior incidência em publicações. A vida cotidiana nas escolas, as práticas pedagógicas, o material didático a frequência de alunos, as regras e normas quanto à admissão dos alunos, todos estes assuntos vão pautando a vida da comunidade.

Apresentamos uma tabela que sintetiza a quantidade de publicações relacionadas à instrução pública durante o ano e se a referida publicação retrata apenas um fato sem

importância ou se tem desdobramentos, ou seja, estas são classificadas como as publicações de relevância com maior significância.

Tabela 1 - publicações resultantes do filtro instrução pública durante o ano de 1927.

| Jornais | Quantidade | Relevante | Cotidiana |
|----------------|-------------------|------------------|------------------|
| A REFORMA | 12 | 4 | 8 |

Fonte: FERREIRA (2018) – Dados disponíveis no jornal A REFORMA de 1927.

Levando em consideração que estes periódicos eram semanários e como até então não vislumbramos que o governo investisse no jornal para que fossem exibidas um número satisfatório de matérias, o que nos leva a crer que seriam publicações espontâneas, portanto, um número bem considerável de publicações, o que se observa também no ano seguinte.

Tabela 2 - publicações resultantes do filtro instrução pública durante o ano de 1928.

| Jornais | Quantidade | Relevante | Cotidiana |
|----------------|-------------------|------------------|------------------|
| A REFORMA | 15 | 5 | 10 |

Fonte: FERREIRA (2018) - Dados disponíveis no jornal A REFORMA de 1928.

Tabela 3 - publicações resultantes do filtro instrução pública durante o ano de 1927.

| Jornais | Quantidade | Relevante | Cotidiana |
|----------------|-------------------|------------------|------------------|
| FOLHA DO ACRE | 18 | 7 | 11 |

Fonte: FERREIRA (2018) - Dados disponíveis no jornal FOLHA DO ACRE de 1927.

Como se percebe FOLHA DO ACRE tinha uma maior tendência em publicar assuntos relacionados à instrução pública, o que é admissível observar ser esta tendência em virtude, primeiro por causa de sua localização em Rio Branco, mais próximo da administração do Território e em segundo por causa da boa relação com a administração pública e a instrução pública ser um assunto de interesse não apenas da comunidade mas também do próprio governo. Não é possível, no entanto, fazer um comparativo com esse periódico no período pós Hugo Carneiro, pois justamente, após 1927 há um intervalo de quase 20 anos sem publicações disponíveis no banco de dados da Biblioteca Nacional.

Vale ainda observar a existência de alguns espaçamentos sem publicações com relevância, por exemplo, praticamente todos os meses constam publicações de balancetes do

governo do Território, e lá está a coluna especificando as despesas, sendo que uma destas despesas, é justamente com a instrução pública.

Figura 20 - Modelo de balancete

| | | |
|----------------------------------------|------------|-------------|
| | Total | 39:030\$231 |
| ESPECIFICAÇÃO DA DESPEZA | | |
| Vencimentos e gratificações | 3:788\$592 | |
| Expediente | 206\$600 | |
| Limpeza publica..... | 546\$000 | |
| Iluminação publica..... | 689\$900 | |
| Amortização da dívida passiva..... | 500\$000 | |
| Eventuaes (serviço da ponte) | 4:119\$425 | |
| Instrução publica..... | 720\$000 | |
| | ----- | |
| Saldo que passa para outubro | | 28:456\$714 |
| | | ----- |
| | Total. | 39:030\$231 |
| | | ----- |
| | | ----- |

Thesouraria da Intendencia Municipal do Tarauacá, 30 de setembro de 1926.

Fonte: A REFORMA (1927, ed.434, p.4)

3.3 O GOVERNO DE HUGO CARNEIRO E O POSICIONAMENTO DA IMPRENSA LOCAL

Em 1927 Hugo Carneiro assume o governo do Território do Acre. A sua indicação já era noticiada pela imprensa local, como se observa na nota publicada pelo semanário A REFORMA, editado no Departamento do Tarauacá.

Figura 21 - Publicação sobre a nomeação de Hugo Carneiro

A REFORMA
Director, proprietario e gerente—José Florencio da Cunha

ANNO X Territorio do Acre—Municipio do Tarauacá—Cidade Seabra, Domingo, 3 de abril de 1927 NUM. 443

PARA uma mãe, a mais doce recompensa de sua virtude é poder servir de modelo á sua filha.
MME. DE GENLIS

A borracha não seduziu ao velho Serafim Garcia de Medeiros
Existe na ultima habitação deste rio Tarauacá, um verdadeiro agricultor e criador de animais domesticos, é o velho paraybano, Serafim Garcia de Medeiros, que com seus dois genros Licinio Alves de Oliveira e José Julio Ricardo, vive do producto de sua grande lavoura e criação de gado do vacum e outros animais.
S. Paulo é a denominação do lugar onde o velho Serafim reside, com sua familia, ha 15 annos, sem ter ainda vendido, ali, um kilogramma de gomma elastica, porque naquelle lugar de terras tão fertes não se encontra uma só arvore de ouro negro que tem felicitado ha diversos e desgraçado ha muita gente boa e civilizada, neste maravilhoso vale da Amazonia, onde as illuzões são douradas e conduzem os individuos além do ponto de partida donde nasceram.
S. Paulo está situado a longa distancia da Fóz do Jordão e

Informações Telegraphicas
SERVIÇO ESPECIAL E DIRECTO D' «A REFORMA»

Borracha e outros productos
BELEM, 26
Borracha fina—4\$700; entre-fina — 3\$200; caucho — 3\$200; sernamby de seringa—2\$700; couro—9\$200.

O presidente Ephigenio Salles viaja
MANAUS, 25
Segue amanhã para capital federal em goso de ferias, o dr. Ephigenio Salles, presidente do Estado, assumindo o governo o dr. Monteiro de Souza.

O governo do Acre
MANAUS, 25
Está muito cotado o nome do dr. Hugo Carneiro, para governador do Acre.

Um gaiola
S. FELIPPE, 29
Para essa cidade, seguiu hontem, o vapor «Canutama».

Inspeção
S. FELIPPE, 29
Consta vir uma commissão dos correios, inspecionar as agencias da Fóz do Envira Seabra e Feijó, chefiada pelo dr. Mario Castro.

Falleceu o fundador da villa de S. Felipe
S. FELIPPE, 29
Occorreu hoje, o obito do cel. Felipe Manoel da Cunha, fundador da villa de S. Felipe, tendo o commercio cerrado as portas e as repartições hasteadas o pavilhão nacional a meio pau em signal de pesar.

Chronica elegante
A ALGUEM...
O Amor é eterno, ou não é Amor. Quando se amou uma vez, ama-se sempre... A alma, que sentiu a caricia forficavel, leva o seu sello eterno como o peito de uma gazela marcado pela garra de um leão. A alma é inflamavel, e sua combustibilidade dura tanto quanto a vida, se foi um raio de Amor que a incendiou. Os cirios desse templo não se apagam enquanto dura o seu deus no altar. A vida é um holocausto. Sem a dor, a vida seria vil. A dor, como o fogo, purifica. A vida, que não é um sacrificio, não é uma vida, é uma vegetação de lavras somnolentas. Vidas sem sacrificio são vidas esterres, como o gesto de uma estatura... Aponham no vacuo o caminho do Nada... A dor é um outonno, que enflora de rosas tristes a existencia; rosas immortaes! que vivem debaixo da geada do inverno, perfumam debaixo da neve da vida.
O amor que vive da dor não morre nunca. A dor é o sopro que aviva a chamma. Consumir-se é viver...
VARGAS VILA

Anniversariantes
Senhoras:
Passou hontem o anniversario da exm. sra. d. Modinha Frota Donizetti, digna esposa do sr. José Donizetti, residentes na cidade de Manaus.
4—D. Maria Lourdes Rocque Angelin, sra. do nosso amigo Francisco Alino Alencar, commerciante e proprietario no

Cel. Felipe M. da Cunha
Finou-se no dia 29, na villa de S. Felipe, o coronel Felipe Manoel da Cunha, fundador daquelle logar, onde residia ha mais de 40 annos.
O coronel Cunha, exerceu ali importantes funções publicas, tendo sido por alguns mezes superintendente daquelle municipio, cargo que desempenhou honradamente.
O extinto era casado, natural do Amazonas, maior de setenta annos e foi o primeiro cel. que o governo nomeou na comarca de S. Felipe.
Sentimentamos á familia do coronel Felipe Cunha.

OLIVAN
SABONETES ANTISEPTICOS AGRADAVELMENTE PERFUMADOS OS NUMEROS

FONTE: A REFORMA (1927, ed. 443, p.1)

Já o jornal a FOLHA DO ACRE traz a informação em sua capa assim que confirmada a nomeação do governador Hugo Carneiro.

Figura 22 - FOLHA DO ACRE anunciando a nomeação de Hugo Carneiro

DIRECTOR GERENTE:
ERVULO DO AMARAL

REDAÇÃO E OFFICINAS
Rua Cunha Mattos

FOLHA DO ACRE

Assinaturas: -Anno 50\$000 -Semestre 25\$000 -Trimestre 15\$000

Jornal politico e noticioso
SEGUNDA PHASE
Publica-se semanalmente
End. telegraphico: FOLHACRE

Territorio do Acre - Brasil

RIO BRANCO, 21 DE ABRIL DE 1927

Anno XVI - Num. 568

O novo Governador

FOLHACRE - Urgente - Manaus, 13 de abril (recebido a 14)
- O dr. Hugo Carneiro foi nomeado Governador desse Territorio.

PAULINO PEDREIRA.

FOLHACRE - Urgente - Manaus, 14 de abril (recebido a 18)
- Doutor Hugo Carneiro nomeado governador Acre.

ANTONIO MORAES

Dr. Rio de Belo Horizonte, da Bahia, do Pará e de Manaus, os seus ovelhos Laudelino Benigno, d.d. governador em exercicio e os seus major Guilhermino Bastos, major Diogenes Oliveira, dr. Alberto Martin, dr. Marcello Basto e coronel João Coelho, respectivamente receberam radiotelegramas notificando a nomeação do sr. dr. Hugo Carneiro, para governador do Territorio.

O dr. Hugo Carneiro é natural do Estado do Pará e bacharel em direito.

Inicia a sua carreira publica no Tamaquá, como advogado. Em Seabra exerceu o cargo de 1.º suplente de juiz municipal, tendo nessa qualidade assumido o exercicio de juiz de direito.

No Ceará, quando governador o sardoso estadista Justiniano de Serpa, o sr. dr. Hugo Carneiro, seu discipulo amado, exerceu o cargo de official de gabinete, cargo que deteu para representar aquelle Estado na camera dos deputados federaes, onde a sua cultura e a sua correção de gentilhomen lhe conquistaram essa aurota de sympathia e acentamento que s. ex. goza no seio da politica e da sociedade nacional.

Como superintendente de Manaus, no viginho Amazonas, no tempo da intervenção federal, a sua gestão foi um exemplo brilhante de trabalho e honestidade.

Desembargador

Alberto Diniz

O veneravel sr. desembargador Alberto Diniz, o preclaro cidadão que honrou o Acre como seu governador, distinguio o nosso director com o castido abaixo transcripto, datado de hoje a 16 de março p. passado:

Amigo Servulo do Amaral:

"Não podendo, por motivos superiores á minha vontade, regressar a casa terra, que tanto quero e onde fui sempre tratado com extremos carinhos, venho agradecer-lhe, com as minhas despedidas, os meus melhores agradecimentos pela sympathia com que sempre me distinguio bem como pela solidariedade que, por sua bem orientado jornal, emprestou aos actos de meu governo. Peço-lhe a favor de ser justo ao generalisar o povo a respeito do interprete de meus sentimentos de grata estima e de amigada sympathia. Acreditto de coração, não pouparei esforços em bem dessa terra querida. Aqui falo ao seu inteiro alvoro, muito feliz se puder ser de alguma utilidade.

E creia-me sempre amigo sincero e grato

Alberto Diniz.

O illustre governador do municipio, sr. dr. Alvaro Leitão, tambem recebeu de s. ex. sr. desembargador Alberto Diniz a seguinte carta:

Rio, 16 de Março de 1927.

Meu caro amigo:

Não podendo regressar ao Acre, por motivos que terei ter já chegado ao seu conhecimento, venho por esta manifestar-lhe a minha viva gratidão pela eficiente e leal collaboração que presuzo ao meu governo, dirigido com superior criterio e o importante desenvolvimento administrativo que lhe entreguei.

Sapere que o novo governador o manterá no alto cargo, que vacou occupando

Major Guilhermino Bastos

Transcorreu a 17 deste mez o anniversario natalicio do nosso prezimoso amigo sr. major Guilhermino Teixeira Bastos, activo e bemquisto commerciante nesta praça, Socio gerente da importante firma N. Maia & Cia.

S. s. foi muito cumprimentado. A FOLHA renova, aqui, os parabens que lhe apresenta.

O chefe de policia

A 8 do corrente o illustre acaresco sr. dr. José de Mello prestou o compromisso de cargo de chefe de policia effectivo do Territorio, cargo que com brilho e apiações geras vem exercendo desde o de dezembro do anno passado, por nomeação do veneravel sr. desembargador Alberto Diniz.

Aqui repetimos os parabens que oportunamente tivemos a satisfação de apresentar ao correcto cavalheiro e distinto amigo que é o sr. dr. José de Mello.

JUIZO MUNICIPAL

Continúa em exercicio pleno do cargo do juiz municipal do 1.º termo desta comarca o sr. Servulo do Amaral, director desta folha.

Entre os nomes dos que o cumprimentaram pela sua nomeação para o cargo de 2.º supplente escaparam-nos os dos nossos amigos sr. major Guilhermino Bastos, socio da casa N. Maia & Cia., desta praça; Carlos Lobo e Arthur Monteiro, funcionarios do Tribunal de Appellação.

Servulo do Amaral recebeu tambem cumprimentos do sr. coronel José Augusto Maia, commerciant, com o Ma-

Dr. Epaminondas Jacome

Hontem transcorreu a data natalicia do illustre sr. dr. Epaminondas Jacome, o primeiro governador geral do Acre.

Acresco dos tempos da revolução reintegradora, em a qual actuou abnegadamente como medico e como soldado, o sr. dr. Epaminondas Jacome, é creador de varios dos serviços prestados a esta região do Territorio, principalmente:

A sua influencia e dedicacão devem a escola de Rio Branco para sede do governo. Só este serviço é sufficiente para o tonar querido e estimado dos que aqui morream e sabem o quanto temo sido preteridos e baraldos nos nossos dias e nos nossos acarescos.

Por isso mesmo, a data natalicia do digno patriota não passou despercebida.

O sr. major Manoel Duarte de Menezes, um dos auxiliares do seu governo, e que actualmente, com a dignidade, correctão e disciplina que todos lhe reconhecem commanda a Força Policial, prestou ao sr. dr. Epaminondas Jacome significativa e justa homenagem, inaugurando no salão que serve de gabinete do commando o seu retrato a crayon, perfeito trabalho da exma. sr. d. Georgina Oliveira, que mereceu elogios da assistencia.

O acto solemne da inauguração do retrato realizou-se a 10 horas da manhã ante a grande assistencia de amigos e administradores do commando, discorrendo sobre o assumpto, com alma e emocio, o sr. dr. F. Flavio Baptista, que analysou os actos do 1.º governador geral do Acre, pagalhoso, affinal, democratico e honesto como os de governo do veneravel sr. desembargador Alberto Diniz.

Após o discurso do dr. Flavio Baptista, covado por estrepitosa salva de palmas, as cortinas que encobriam o retrato foram descerreadas pela sr. coronel Laudelino Benigno, governador do Territorio, em exercicio, e dr. Alberto Martin, director de hygiene e saúde publica.

A 1.ª companhia da Força Policial, sob o commando do 1.º tenente Salva Brazo Baptista, prestou ao sr. coronel governador, ao chegar e ao retirar-se do quartel as devidas contendas.

Pela banda de musica foi executado em contingencia 4 bandeira o hymno nacional. Foi tambem executado o hymno acaresco em homenagem ao sr. dr. Epaminondas Jacome.

Assistiram á solemnidade da inauguração do retrato as seguintes pessoas:

Coronel Laudelino Benigno, governador do Territorio; Joathan Soares, reconvencido o sr. desembargador Djairio Andrade, presidente do Tribunal de Appellação; desembargador Souza Ramos, dr. Flavio Baptista, secretario geral; dr. Pinheiro Chagas, juiz de direito; dr. Alvaro Leitão, intendente municipal; dr. José de Mello, chefe de policia; major Duarte de Menezes, commandante da Força Policial; coronel Marcos Oliveira, administrador da mesa de rendas; Henrique Diniz, official de policia do governador; coronel Francisco Manoel Almeida, general; dr. Alberto Martin, director de hygiene e saúde publica; sr. Mario de Oliveira, procurador da Republica; major Diogenes Oliveira, juiz federal, em exercicio; dr. Castro Monte, procurador geral do Territorio; commandante E. Sisson, capitão do porto; dr. Amanajás Araújo, consalitor juridico do Territorio; dr. H. Aires, delegado de hygiene; dr. Octavio Pinto, director do grupo escolar; major laidero da Cunha Pereira, escrivão da mesa de rendas; tabelião Antonio da Silva Dabolin, mesa Civilista; Antonio Damasceno Moraes, Intendente Bureau Postal.

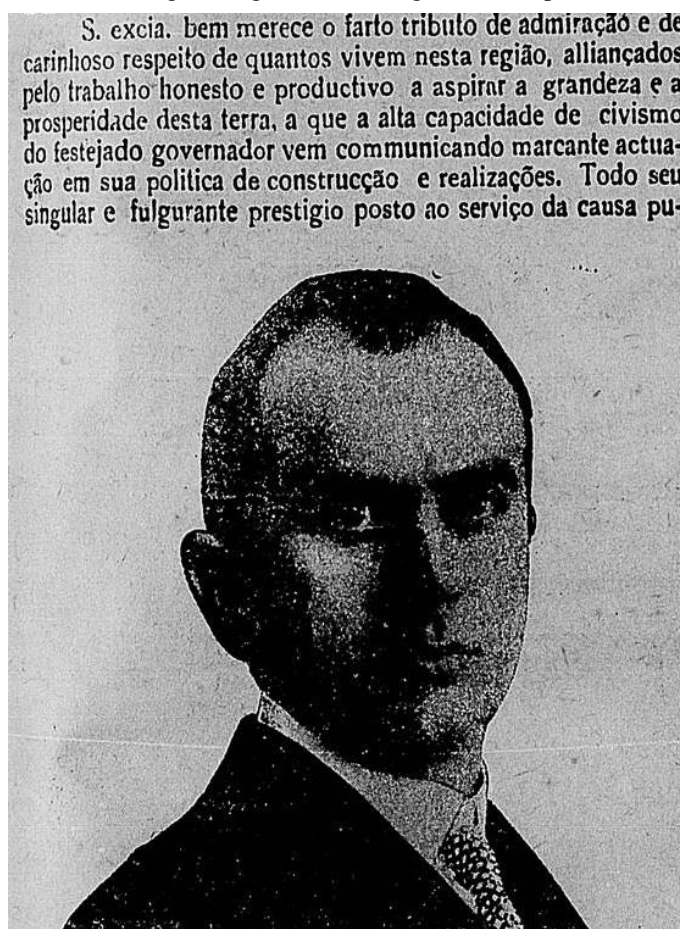
Fonte: A FOLHA DO ACRE (1927, ed. 568, p.1)

Em 1929, o jornal A REFORMA publica um editorial assinado pelo coronel, comerciante do Alto Murú, o Sr. José Marques Albuquerque que também é considerado homem inteligente em bem relacionado na comunidade local. Um artigo escrito com o intuito de exaltar a administração de Hugo Carneiro. (A REFORMA)

Fosse sempre o Acre administrado por homens como Hugo Carneiro que nós, os acreanos estaríamos satisfeitos e o doutor Hugo Carneiro endeusado por todos os acreanos de bom senso, mesmo contra a vontade dos indesejáveis que nos vem explorar. (A REFORMA, 1929, ed. 540, p.1)

Ainda neste dia é registrado pelo jornal o aniversário do Governador Hugo Carneiro, momento em que o jornal oportuniza uma homenagem ao administrador público tecendo diversos elogios como, por exemplo, a de que seu trabalho é "honesto e produtivo e tem aspirado grandezas a esta terra".

Figura 23 - Homenagem ao governador Hugo Carneiro pelo seu aniversário.



A REFORMA, p. 01, 28 de julho de 1929.

Nesta publicação o governador Hugo Carneiro é caracterizado com um homem de edificante patriotismo e que o mesmo vinha por meio de sua administração promovendo melhoramentos “apreciáveis” ao Acre. Desta forma o jornal mesmo se dizendo totalmente independente, se mostra um simpatizante dos trabalhos e do jeito de administrar de Hugo Carneiro, aproveitando a data de seu aniversário para demonstrar à opinião pública motivos para aprovação de suas ações administrativas.

Em determinado trecho o editorial afirma que a data não poderia passar despercebida por ser o aniversário desta figura de inconfundível relevo na órbita da administração territorial ao se referir ao governador Hugo Carneiro. Nesta publicação não há como fazer ainda comparativos pois ainda não havia o jornal O ACRE e o jornal FOLHA DO ACRE, não possui jornais disponíveis neste período.

O jornal A REFORMA publica um artigo assinado pelo Cel. Raimundo Pereira Brasil, que faz um caloroso elogio à administração de Hugo Carneiro e como o mesmo tem conduzido algumas mudanças. O artigo elogia desde à escolha feita pelo então presidente da República Washington Luís até a decisão do jovem político de aceitar administrar o Acre.

[...] o presidente Washington Luís, com essa argúcia divinatória que norteia os desígnios e a escolha dos seus auxiliares, convidou o Dr Hugo Carneiro, ex-deputado pelo Ceará, para com a sua mocidade, o seu desassombro, o seu dinamismo e o seu patriotismo, tomar sobre os ombros as temerosas responsabilidades de dirigir, reorganizar, restaurar a remota e opulenta região do território nacional. (A REFORMA, 1930, ed. 597, p.1)

O artigo ainda julga o governador Hugo Carneiro como um homem honesto e estadista empreendedor, mas que por estes atos nobres acaba por também atrair à atenção de invejosos. Enquanto isso, os investimentos do governo de Hugo Carneiro na educação de maneira geral no Território do Acre, vão ganhando o reconhecimento por parte dos professores.

As professoras do grupo escolar 7 de setembro n'uma integral comunhão de pensamentos, n'um gesto largo e magnífico de solidariedade, querem significar com a inauguração do retrato de v. excia. neste recinto, o alto gráo de agradecimento pelos grandes benefícios que ha 3 annos vem prestando a essa cruzada augusta e sacrossanta: - a educação popular.

De certa feita dissemos que a educação é sem contradição um dos problemas máximos da nacionalidade. Educar é o maior dever dos poderes públicos.

Vossa excia. sr. governador, tem sido o propulsor emérito da instrução pública territorial. (O ACRE, 1930, ed.37, p. 6).

Neste trecho do discurso proferido pela então diretora do Grupo Escolar 7 de Setembro, a Sra. Clemência Taboada, ocasião da inauguração do retrato do governador Hugo Carneiro, quando em sua presença a mesma lhe tece extraordinários elogios. A diretora faz um discurso fervoroso e enaltece todas as ações da administração do governador Hugo Carneiro voltadas à educação. Essa é apenas uma das diversas demonstrações de apoio e simpatia por parte dos professores do Território ao governo de Hugo Carneiro e claro que todos esses elogios são publicados no periódico O ACRE na íntegra, já que é o órgão oficial de imprensa.

Já o jornal A REFORMA se atém a mencionar a instrução pública nos balancetes oficiais do município com uma ou outra exceção. Na publicação de 27 de abril de 1930, edição de nº 599 tem uma seção destinada a instrução pública onde há uma relação de todas as escolas em funcionamento em Vila Seabra, como sendo uma prestação de contas do município.

As ações realizadas no governo de Hugo Carneiro em prol da educação vão ganhando reconhecimento de outras classes até que o presidente da República Washington Luis

reafirma que Hugo Carneiro continua no governo do Acre e ainda faz vários elogios de como o mesmo tem tratado a instrução pública em especial, mas também menciona os prédios públicos em alvenaria que estão sendo erguidos na capital a exemplo do próprio palácio sede governo com construção em alvenaria já em andamento.

3.4 AS PUBLICAÇÕES QUE MOSTRAM COMO A INSTRUÇÃO PÚBLICA VAI SENDO ORGANIZADA NO TERRITÓRIO

Em uma publicação no jornal A REFORMA o governador tanto anuncia que extinguiu o cargo de diretor do grupo escolar “João Ribeiro”, bem como, nomeou o antigo diretor do grupo escolar o Sr. Major Luis Macário Pereira do Lago como “inspector de ensino”, um cargo que acabara de ser criado. O fato é que o governo coloca esta nomeação por meio do anúncio, como uma promoção feita ao Sr. Luiz e ganhada por merecimento. É possível observar em edições futuras é que a função de inspetor significava naquele período um fiscal da regulação na instrução pública a serviço do Território. (A REFORMA, 1928, ed. 495, p.1).

No final de julho, de 1929 o periódico A REFORMA apresenta uma publicação de suma importância, para o objeto desta pesquisa, um relatório apresentado pelo intendente do município o Sr. Hippolyto Albuquerque e Silva que faz um apanhado de toda a real situação de como estão as escolas e a instrução pública no município de Tarauacá, informando que foram custeadas 12 escolas e posteriormente se referindo a uma resolução feita a pedido do governador Hugo Carneiro que culminou na organização de 21 escolas, ou seja, nesta data, é possível ter certeza que o total de escolas daquele município era de 33 escolas.

Figura 24 - Relatório de Tarauacá

The image shows a page from the newspaper "A REFORMA". At the top, the masthead reads "A REFORMA" in large, bold letters, with "Diretor, proprietario e gerencia — José Florencio da Cunha" below it. To the left of the masthead is a small box with the text "A REFORMA" and a list of names. To the right is another box with the text "O ADVOGADO" and "JOSE FLORENCIO DA CUNHA". Below the masthead, the date "Territorio do Acre — Municipio do Tarauacá — Cidade Seabra, Domingo, 28 de julho de 1929" is printed. The page is divided into sections. On the left, there is a portrait of "Dr. Hugo Carneiro" with the text "Seu natalicio" below it. In the center, a red-bordered box contains the title "RELATORIO" and the text "APRESENTADO AO CONSELHO MUNICIPAL DO TARAUACA, PELO INTENDENTE CARM HIPOLYTO DE ALBUQUERQUE E SILVA, EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DOIS DE JULHO DE 1929". To the right of this box, there is a column of text starting with "A planta é da autoria do engenheiro Benedicto Belem. Para auxilio ao levantamento do mencionado prédio, solicitei ao Excmo. Sr. Dr. Governador a abertura de credito, por conta da Consignação Auxilio aos Municipios, no valor de 9.000.000 sendo 4.000.000 pelo exercicio de 1927 e 5.000.000 por 1928. sujeitos os 4.000.000 a despesa com percentagem do Banco do Acre".

Fonte: A REFORMA (1929, ed. 562, p.1)

O intendente também menciona em seu relatório os investimentos para a pratica musical, o que culminou com a organização da banda municipal. Desta forma o intendente faz uma prestação de contas por meio da publicação.

Em 29 de Agosto de 1929 o jornal O ACRE tem a sua primeira edição publicada, na cidade de Rio Branco, e já na primeira edição é possível observar que a instrução pública ocupa um grande espaço no jornal. Nessa edição é publicada a Resolução n. 21 que apresenta a classificação das escolas do Território, as nomeia e determina as funções de professores e diretores escolares, aliada a relação das escolas, obedecendo a tipologia anunciada no primeiro artigo da Resolução.

Figura 25 - Resolução 21



(O ACRE, p. 01, 18 de agosto de 1929).

Na edição de 29 de agosto é publicado no O ACRE, o resultado da escola de prendas e o trabalho feito pelas alunas da referida escola em favor de duas entidades mantidas pelo governo territorial, a cadeia pública e a Santa Casa de Misericórdia, demonstrando acima de tudo a relação que essa escola mantinha com outros setores da administração local.

INSTRUCÇÃO PUBLICA

Procurando dar uma orientação mais pratica ao curso de prendas que o Governo mantém nesta cidade foi determinado que se intensificasse o trabalho da secção de costuras do mesmo curso, que se encontra a cargo da professora Benvinda Barroso Cordeiro Ribeiro.

Para atender este objetivo e mesmo para fazer despertar entre as alunas interesse e estímulo, foram aceitas costuras da Santa Casa desta cidade e da Cadeia Pública. Vinte peças daquela instituição já foram entregues e, dentro em breves dias, o mesmo

sucedirá com as da Cadeia Pública. Estas ultimas, além de costuradas, fôram talhadas pelas alunas do citado curso orientadas pela referida professora.

Por estes trabalhos, a actual CAIXA ESCOLAR cobra pequenas importâncias ficando a metade destas a constituir patrimônio da CAIXA, sendo a outra metade distribuída entre alunas que trabalharam.

Dentro de alguns dias o curso de prendas começará a trabalhar para a Força Policial deste Território. (O ACRE, 1929, ed. 1 p. 01).

Discursos são feitos durante as festividades de 6 de agosto realizadas no rupo Escolar 7 de Setembro. Discursos poéticos, no entanto, cheios de patriotismo e que remontam um pedaço da história do Acre, já contada naquele período, com muitos detalhes talvez por estarem mais próximos temporalmente dos fatos ocorridos. Os discursos foram proferidos pelas professoras Isolina Seixas Landim e Dalila da Silva Cravo e pelo professor Pedro Mattos, então diretor de instrução pública, quando na ocasião estava sendo formada a primeira turma de escoteiros composta por 11 meninos. Pedro Mattos falou que todos os acreanos eram filhos de escoteiros.

Jovem ainda, o Escotismo foi reconhecido e é amplamente aceito como uma escola de educação completa, baseada nos mais adeantados princípios pedagógicos e psicologicos e obedecendo os methodos mais exigentes. Na theoria, o Escotismo é bom. Na pratica, ele tem revelado optimos resultados completando a educação da escola primaria.

[...] Os filhos do Acre são filhos de escoteiros.

Eles se devem lembrar que, passando os maiores sacrificios, vivendo nas mattas, lutando com os elementos, os seus paes, formaram um caracter forte e conseguiram implantar o domínio brasileiro nesta região brasileira, donde a natureza e os homens queriam expulsá-los.

Filhos de escoteiros, os meninos acreanos não poderiam deixar de ser escoteiros.

Abandonando um pouco as comodidades do lar, eles devem seguir como seus paes, rumo a floresta, aos altos rios, ao campo para, explorando-os, tornarem-se cidadãos pontos para prosseguirem na obra de engrandecimento do Acre, que foi iniciada com o governo operoso e adeautado do Dr. Hugo Carneiro.

(O ACRE, 1929, ed. 3, p. 3 e 4).

Na coluna dedicada a instrução pública são divulgadas diversas informações que são auxiliares no conhecimento daquilo que se está a realizar, tanto de parte da administração local, quanto no que diz respeito a comunicação de decisões que deveriam ser acompanhadas pelos pais e responsáveis pelos alunos, como é o caso da publicação dos horários de funcionamento das escolas, em todo o território, conforme determinação do governador territorial. Essa ação finda por permitir aos leitores perceber a unidade das ações, nos diversos municípios do território, em relação as orientações governamentais.

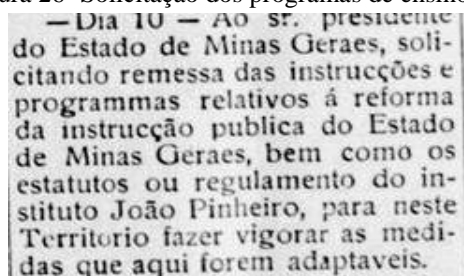
Somam-se a informações restritas a ordenação legal do funcionamento da instrução pública no território, aquelas que dão conta da estatística escolar, com a publicação do mapa de matrículas e evasão de alunos, das escolas de todo o território acreano.

Também foi registrada na ocasião, a visita de um médico da Bolívia. O mesmo acompanha o diretor de instrução pública para apreciar os exercícios de ginástica que são executados pelos alunos das escolas no estádio de futebol de Rio Branco. Durante a visita uma das alunas lê uma carta dando às boas vindas ao médico e a todos os alunos de Cobija por ele ali representado. Avaliando o episódio nos leva a crer que o governo de Hugo Carneiro também mantinha saudáveis as relações públicas com a Bolívia o país vizinho.

A publicação de 15 de setembro o Sr. Pedro Mattos é saudado pela criação do círculo de pais e alunos das escolas do Território também na primeira página do jornal O ACRE. Na página de nº 4 há uma série de atividades que foram desenvolvidas em virtude das comemorações de 7 de setembro. No segundo dia de festividades, uma solenidade marca o compromisso da segunda patrulha de escoteiros escolares, a ocasião contou com o discurso do instrutor da turma Tenente Carlos Cravo.

O discurso é fervoroso e fala de sentimentos maternalistas de quem estaria com seu coração tranquilo por saber exatamente onde seu filho estava e o melhor que o mesmo estava recebendo instruções de cidadania e civilidade. Não seria presunção dizer que em dias atuais é o que mais falta aos jovens. Na edição seguinte uma portaria publicada pelo próprio governador Hugo Carneiro enaltecendo tanto a administração da instrução pública exercida pelo professor Pedro Mattos, bem como elogios aos que trabalharam nos festejos alusivos ao dia sete de setembro. Na última publicação do mês de setembro o jornal publica em sua primeira página um requerimento feito ao Estado de Minas Gerais quanto ao regulamento adotado naquele estado, bem como, estatutos e outras práticas que aqui pudessem ser adotadas.

Figura 26- Solicitação dos programas de ensino



— Dia 10 — Ao sr. presidente do Estado de Minas Geraes, solicitando remessa das instruções e programmas relativos á reforma da instrucção publica do Estado de Minas Geraes, bem como os estatutos ou regulamento do instituto João Pinheiro, para neste Territorio fazer vigorar as medidas que aqui forem adaptaveis.

Fonte: O ACRE (1929, ed. 7, p.1)

Essa ação é indicativa do processo de constituição do Regulamento da Instrução Pública que seria feito publicar no ano seguinte. Somam-se a essa ação os requerimentos feitos aos intendentess municipais com vistas a elaboração do referido regulamento.

Na primeira edição de outubro de 1929 a primeira publicação relacionada à instrução pública se refere apenas a dados do cotidiano como: confirmação de recebimento de ofícios, pedidos quanto ao envio de mapas estatísticos dos alunos, além do registro de ponto de professores. Já a segunda publicação um aviso da intendência do Purús informando sobre faltas na instrução pública, neste aviso são nominados os profissionais e a quantidade de faltas, talvez com o objetivo realmente de constranger os faltosos, já que todas as escolas tinham acesso ao material publicado.

Entre comunicados e informes relacionados à instrução pública, um aviso chama à atenção, trata-se talvez da informação mais precisa no sentido de comprovar a postura inclinada do então governador Hugo Carneiro em apostar na capacitação dos professores tendo em vista, no futuro, uma instrução pública com qualidade no Território Acreano.

Dia 21 – Ao ex. sr. governador, comunicando o início de palestras pedagógicas sob patrocínio do Gremio de Professores do Acre e devolvendo o processo sobre organização de um curso de aperfeiçoamento.
- Ao mesmo, pedindo permissão para realização do recenseamento desta capital.
(O ACRE, 1929, ed. 11, p. 03).

Ao mesmo modo que as palestras estão pelo visto sendo custeadas pelos próprios professores, mas no caso em específico, o inspetor do Juruá também menciona a devolução de um processo que tratava sobre o aperfeiçoamento do professorado. Nesta atitude é perceptível a postura de preocupação do governador, Sr. Hugo Carneiro para com a categoria de professores bem como, a preocupação e interesse dos professores em aperfeiçoarem. Era uma nova mentalidade, a de que com capacitação seria possível oferecer um ensino com mais qualidade. É nítida atuação do administrador, apostando em uma mão de obra cada vez mais qualificada para formação dos alunos e conseqüentemente promover o desenvolvimento do Território.

No mesmo dia, ou seja, no dia 27 de outubro de 1929 o Jornal A REFORMA evidencia a instrução pública como sendo informação de primeira ordem e neste dia publica informações sobre instrução, no entanto, relacionadas ao Estado do Ceará.

Já no final do mês de novembro uma publicação fazendo menção honrosa de como o Governador Hugo Carneiro também deu total atenção à assistência dentária no Território. No caso O ACRE teve o reconhecimento ganhando inclusive prêmios. Aliás o nome do prêmio

passou a se chamar, Prêmio Hugo Carneiro. A publicação é assinada por Sr. Luiz Hermann Filho delegado do Acre junto ao 3º Congresso Odontológico Latino Americano.

[...] offereci medalha ouro para melhor trabalho tratamento canaes radulares tive honra denomina-lo prêmio dr. Hugo Carneiro homenagem vossencia pela patriótica instituição assistência dentaria escolar Território Acre vossencia entusiasticamente aclamado toda assistência exposição muito concorrida realizamos dia creança distribuindo brinquedos petizada associação central dentistas organizou festa pura brasilidade [...]
(O ACRE, 1929, ed. 15, p. 5).

Esse é um reconhecimento quanto ao trabalho desenvolvido pelo governador Hugo Carneiro no que se refere ao atendimento odontológico voltado aos alunos. Não só ganhando a premiação como ganhando uma homenagem já que o prêmio passa a levar o seu nome. Nas três edições seguintes do jornal, a instrução é citada apenas para meros registros cotidianos no desenvolvimento da educação, como avisos do extrato de lançamentos realizados no livro de ponto dos professores e informes quanto à realização reuniões com os chefes de serviços incluindo o diretor da instrução pública o Sr. Professor Pedro Mattos.

Já na edição de número 17 do jornal de 08 de dezembro, O ACRE publica um aviso da seguinte forma: O diretor da instrução pública avisa às quatro juntas de ensino, Xapury, Purús, Tarauacá e Juruá, quanto ao calendário de realização dos exames. Com este aviso, percebemos que mesmo com escolas tão distantes uma das outras, do ponto de vista geográfico, no entanto, graças ao meio de comunicação, no caso o impresso que circulava nas escolas, uma comunicação direta com o público alvo, as unidades são convocadas para realizarem as “provas”, os exames de conhecimento e aprendizado todas em uma única data, a premissa da organização de um sistema.

Exmo. sr. dr. governador do Território levo ao conhecimento de v. excia. ter determinado que tenham início, no próximo dia 5, os exames em todas as escolas do Território. Neste sentido foram expedidos pelo exmo. sr. dr. secretario geral deste governo radiogrammas para os srs. presidentes das juntas de ensino de Xapury, Purús, Tarauacá e Juruá [...] Pedro Mattos – Director. (O ACRE, 1929, ed.17, p.2).

Ainda na referida publicação conhecemos como estavam organizadas as turmas: “turmas de alfabetização”, “1º anno atrazado”, “1º anno adeantado”, “2º anno atrasado”, “2º anno adeantado” e “3º anno”. As escolas de prendass também entram no cronograma de exames conforme as demais escolas.

Na publicação seguinte datada de 15 de dezembro traz um informe do diretor de instrução pública, direcionado ao governador informando ao mesmo de que foi levado ao conhecimento da junta de ensino do município do Purús, que irregularidades estariam acontecendo no ensino primário, no entanto, quais são as irregularidades não são informadas na publicação nem mesmo na seguinte.

Com o surgimento do jornal O ACRE, sendo assumidamente o jornal oficial, este passa então a deter o *furo das matérias*¹⁴ relacionadas ao poder público. Desta forma, um tanto mais discreto o Jornal A REFORMA conclui o ano de 1929 sem mais ocorrências quanto à instrução pública.

Nas edições seguintes de O ACRE publica apenas o cotidiano relacionado à instrução pública, até que na publicação de 29 de dezembro de 1929 um item do balancete de despesas com a instrução pública chama à atenção. No quadro de despesas na letra “g” está mencionada a despesa com assinatura de jornais e revistas para às escolas, ou seja, todo o conteúdo produzido pela imprensa, principalmente pelo jornal oficial, e neste caso, mais específico, era de interesse do próprio governo que estas publicações chegassem ao conhecimento do público das escolas, principalmente o professorado. Esse fato fortalece a hipótese de que o governo tinha um grande interesse em difundir as ações administrativas voltadas para instrução pública.

Outra publicação que chama à atenção é feita no referido jornal em 15 de dezembro de 1929, conforme recorte, divulga o preço da assinatura do periódico que embora oficial tem sua assinatura cobrada, prevendo apenas um desconto de 20% para servidores federais, territoriais e municipais.

¹⁴ Ocorre quando uma publicação ou programa noticia um furo importante obtido por meio de fontes exclusivas. Neste caso, as outras redações decidem se também noticiaram ou não o mesmo fato. Quando é decidido publicar algo a respeito, o repórter deve dominar o veículo que deu o furo. Cf. Disponível em < www.comuniquero.com/dicionario?utf8=✓&termo=furo+>.

Figura 27 - Publicação no jornal O ACRE sobre o valor da assinatura.

O ACRE—Domingo, 15 de dezembro de 1929

6

SUCESSÃO PRESIDENCIAL

(Continuação da 1ª página)

RIO, 6 (A. A.)—Notícias de Carinhonha informam que passou por ali com destino à capital da Bahia o dr. Djalma Pinheiro Chagas, secretário da agricultura de Minas Geraes o qual telegraphou ao governador Vital Soares comunicando a sua viagem. Supõe-se que o dr. Pinheiro Chagas é enviado do presidente Antonio Carlos para conferenciar com o governador Vital Soares sobre os graves factos da fronteira Bahia—Minas Geraes provocados pelo major Getúlio.

RIO, 7 (A. A.)—Em sua edição de hoje, *A Noite* mostra-se surpresa com a notícia de que o dr. Djalma Pinheiro Chagas, secretário da agricultura de Minas

A SOCIEDADE

Bódnas

Por motivo da passagem do quinto aniversário de casamento do dr. Hugo Carneiro e sua distinctíssima esposa, senhora Adyllia de Freitas Carneiro, receberam cumprimentos pessoalmente e por telegrammas cartas e cartões, das seguintes pessoas da amizade do distincto casal:

Cel. João Cancio e família, dr. Heimarino Fernandes e família, cel. Marcos de Oliveira e família, dr. Francisco Conde, dr. Alberto Martin, dr. Martins de Freitas e família, dr. Damasceno Junior e família, dr. Flavio Baptista e família, dr. Theodoro Assumpção, dr. Olavo Continentino, cel. Imocencio Lopes e família, João Mendes Filho e família, major Djalmas Ribeiro e senhora, cel. Marcos Mello e senhora, Guilhermino Bastos e senhora,

“O ACRE”

| | |
|-------------------------|---------|
| Numero avulso | \$500 |
| Atrazado | 1\$000 |
| ASSIGNATURAS | |
| Por semestre | 15\$000 |
| Por anno | 25\$000 |

Aos srs. funcionarios federaes, territoriaes e municipaes será concedido, nas assignaturas, o abatimento de 20%.

Os preços para as assignaturas começarão a vigorar no dia 1 de janeiro de 1930.

Sociedade Beneficente dos Funcionarios

Fonte: O ACRE (1929, ed. 18, p.6).

A publicação recortada acima trata também de outros assuntos relevantes, como é o caso da sucessão presidencial, há ainda uma espécie de elogio ao entusiasmo cívico dos que pretendem votar nas eleições seguintes.

O Jornal também anuncia um edital para vagas na Escola de aprendizado Agrícola do Acre, o informe avisa que estão abertas as matrículas desde que o candidato atenda todas as exigências.

Devendo os pais tutores ou responsáveis pelos candidatos trazerem seus requerimentos acompanhados dos seguintes documentos: certidão de idade ou atestado passado por duas pessoas idôneas; atestado médico que prove não sofrer de moléstias contagiosas ou infecto-contagiosas, serem vacinados e terem constituição physica que os tornem aptos para os serviços de campo, e atestado de conduta, passado por auctoridade policial. (O ACRE, 1930, ed. 26, p. 05).

A seção voltada a instrução pública parece que a partir da edição de 06 de abril do jornal O ACRE, ganha sim grande notoriedade. Uma espécie de diário da movimentação quanto à educação. Nomeação de professores, confirmação de dados de professores, diretores que são nomeados e até então é a primeira vez que registramos a publicação do termo “Programa de Ensino”. Nesta mesa edição observamos a recomendação do diretor de instrução pública Sr. Pedro Mattos para a recepção que deverá ser feita nas cidades de Xapuri e de Brasileira, quando ainda se chamava Brasília, na ocasião da visita do General Rondon. Esta foi a terceira e última inspeção de fronteiras feitas pelo general.

Assim seguem as publicações da seção, com as atividades rotineiras sendo que alguns fatos vão chamando à atenção. No dia 27 de abril de 1930, o inspetor escolar de Rio Branco cobra os professores quanto ao envio dos mapas estatísticos de cada escola até o dia 06 de cada mês para que isto não atrase o envio de material para a escola. Desta forma podemos compreender que aí já estão postas as formas de controle pela administração local, quando se impõe uma condição em detrimento de outra, ou seja, sem mapa estatístico, significa escola sem material.

Na edição de 27 de abril de 1930 do jornal A REFORMA, na página quatro, foi publicado na seção de instrução pública um pedido do Presidente da Junta de Ensino do Purus para o envio de material para o ensino de “escotismo¹⁵”. Foi possível observar que durante toda a pesquisa esta, foi a única menção observada quanto ao ensino de escotismo, e mais havia por sinal pelo menos no município do Purus um grande empenho para que inclusive este ensino recebesse material de apoio da instrução pública. “Do presidente da junta de ensino do Purús, pedindo remeter material para o ensino de escotismo”. Os comunicados vinham de forma explícita e direta no jornal. Como se tratava do único meio de comunicação no período então a mensagem tinha de ser de forma bem direta.

Enquanto isso com uma grande demonstração de civismo, no Grupo Escolar João Ribeiro, se comemora o dia da abolição da escravatura no país, no dia 13 de maio e o jornal A REFORMA traz todo um relato sobre as comemorações em Vila Seabra. Em 18 de maio de 1930 o jornal O ACRE traz em sua coluna de instrução pública os anúncios tidos como normais até então, como avisos de nomeações, recebimentos de relatórios, mapas estatísticos e outros informes, mas nesta edição em especial o que chamou à atenção foi um aviso ao governador, no qual o diretor de instrução pública informa ao governador sobre o envio de um novo programa de ensino para substituir o atual que seria adaptado.

Mas tudo parecia transcorrer de forma muito tranquila porque ao mesmo tempo em que os professores eram submetidos às novas normas eles também se sentiam valorizados pela importância que o governo do Território estava dando à instrução pública naquele momento. A prova de que o governo estava digamos sendo bem visto nesse momento pelos professores, é o discurso da Professora Francisca da Costa Guedes, durante o evento realizado em comemoração ao 3º ano de aniversário da administração de Hugo Carneiro.

O magistério acreano, representado pelo professorado deste município, querendo prestar uma homenagem ao governador Hugo Carneiro pelo transcurso do terceiro aniversário de sua administração, organizou para a noite de 14 do corrente um “chocolate tange”¹⁶, durante o qual será offertado á s. excia um mimo, como recordação dos serviços prestados à instrução publica acreana. (GUEDES, O ACRE, 1930, ed.44, p.8).

¹⁵ Movimento fundado por Baden-Powell (1857-1941), destinado a desenvolver a cultura física, intelectual, cívica e moral de crianças e jovens, por meio de exercícios físicos, táticas de sobrevivência em terreno inóspito praticadas normalmente durante acampamentos. Movimento juvenil mundial, educacional, voluntariado, apartidário e sem fins lucrativos.

¹⁶ A expressão aparece nesta única vez nos impressos do Território, no entanto, tratava-se de uma reunião sofisticada deduzindo haver som de cordas, já que tange, significa dedilhar cordas. No período era comum o uso de expressões estrangeiras.

É uma demonstração de que os professores restam saber se em sua maioria ou não, aprovavam a administração de Hugo Carneiro, e que de certa maneira se sentiam até agradecidos ao administrador pelos cuidados e investimentos para com a educação do Território, a ponto de lhe entregarem um presente “mimo” como forma de reconhecimento. Outro fato que se observa é que a simples data de aniversário da administração foi motivo de comemorações não apenas na capital Rio Branco, mas em todo o Território acreano, e essas comemorações foram encabeçadas e organizadas pelos professores.

Na mesma edição do jornal O ACRE, de 01 de junho de 1930 em que é feito o informe de que haverá a comemoração do aniversário da administração de Hugo Carneiro, encontramos também a primeira publicação do programa de ensino a ser adotado nas escolas primárias.

No cumprimento do programma, os mestres terão sempre em vista que o ensino deve ser tanto quanto possível pratico, intuitivo e objetivo, adaptando, invariavelmente, o methodo inductivo. [...] Procurando orientar os mestres no ensino das sciencias physicas e naturaes para torna-lo práctico e com fins utilitários, dividi-o de forma a que os mais modernos conhecimentos scientificos utilizáveis na vida ordinária sejam conhecidos das creanças, dando-se-lhes as suas aplicações e ao mesmo tempo, ao par deste conhecimentos, fazendo com que ellas se familiarizem com o solo, a fauna, a flora, a pecuária, as indústrias, a agricultura, etc, relativas ao Acre e ao Brasil. (O ACRE, 1930, ed. 42, p.2).

É possível observar que o citado programa de ensino fazia parte do grande plano nacional, do método indutivo e principalmente do indivíduo está preparado para o mercado de trabalho, é a ordem ‘prática’ das coisas. São os grandes mercados incluindo o internacional impondo suas necessidades também ao Brasil. Mão de obra barata e qualificada essa é a ordem do dia a dia para os professores. Chega a ser tão explicitada a vontade de se preparar essas crianças mesmo ainda muito jovens ao mercado profissional, que no próprio programa se observa a questão de que os professores não precisam se aprofundar, deve ser passado o conhecimento de forma superficial.

Na edição seguinte, O ACRE faz um grande artigo com um resumo não, mas um expansivo relatório de ações do governo Hugo Carneiro e enaltecendo a pessoa do governador bem como, sua capacidade de administrar, mas principalmente pelas mudanças promovidas no ensino do Território o que inclui elogios ao novo programa de ensino.

Das principaes modificações introduzidas na instrução publica merecem especial registro, o novo regulamento, organizado sob novas bases e procurando adaptar para o Território os modernos methodos pedagogicos e, o novo programma de ensino que,

atendendo às necessidades regionais, substituiu o antigo e anti-pedagógico que se achava em uso. (O ACRE, 1930, ed. 44, p.02).

O ACRE neste aspecto desenvolvia muito bem o seu papel de pregar uma visão positivista¹⁷ para o leitor a de que tudo estava bem, o novo programa de ensino era para melhorar o aprendizado e o trabalho dos professores, aliás a figura do governador é massificada como a do melhor administrador do mundo.

É incontestável que o dr. Hugo Carneiro, na sua infatigável atividade de três anos, melhorou e transformou completamente as condições do ensino, seguindo uma orientação técnica e administrativa, coroada de melhor êxito e, incontestavelmente proveitosa ao desenvolvimento máximo deste ramo transcendental de toda administração bem orientada.

Encarando com grande acerto todos os problemas que se relacionam com o assumpto, elle volveu para o mesmo a sua atenção com todo interesse. Desde o início seu profícuo e honrado governo, notando que apenas os primeiros urbanos, das cinco cidades, sedes dos cinco municípios do Território, possuíam grupos escolares e escolas isoladas em excesso, muitas com insignificante frequência e todas sem as condições de conforto e hygiene para o seu bom funcionamento, fez transferir algumas delas para o interior, onde quer que existisse núcleo de população infantil, além de crear outras, mediante prévio estudo acerca da localização e eficiência das mesmas. (O ACRE, 1930, ed.44, p.2).

Ainda nesta edição do jornal, foi publicada uma transcrição de uma entrevista cedida pelo governador Hugo Carneiro ao jornal do Maranhão Folha do Norte, falando de Frota Pessoa secretário geral de instrução pública do Distrito Federal a quem Hugo dizia ter se inspirado nos modos operantes quanto a instrução pública.

De acordo com (VIEIRA, 2010), José Getúlio da Frota Pessoa era cearense, advogado, jornalista e escritor. Foi redator dos jornais O Comércio do Rio de Janeiro, da Revista Brasil de São Paulo, do jornal A Gazeta de Notícias, O País, Folha da Tarde, Diário de Notícias e também Jornal do Brasil. Ele foi diretor da instrução pública do Distrito Federal, quando publicou o trabalho A Educação e a Rotina Teses Heterodoxas em 1924, ocupava o cargo de secretário geral da instrução pública, depois em 1928 quando publicou o trabalho Divulgação do Ensino Primário ele era subdiretor da instrução pública. Em 1932 Frota Pessoa deixa o serviço público e passa a assinar a coluna “Educação e Ensino” no Jornal do Brasil.

No terreno da Instrução Publica busquei ouvir a palavra autorizada de Frota Pessoa, grande autoridade na matéria, actual secretario geral da Instrução Pública do Distrito

¹⁷ O positivismo é, portanto, uma filosofia determinista que processa, de um lado, o experimentalismo sistemático e, de outro, considera anticientífico todo o estudo das causas finais. Assim, admite que o espírito humano é capaz de atingir verdades positivas ou da ordem experimental, mas não resolve as questões metafísicas, não verificadas pela observação e pela experiência. (RIBEIRO, 2017).

Federal e cuja orientação tinha muito pontos de identidade com meu modo de pensar sobre tão delicado assumpto.

Ensaiei, no Acre a pratica do ensino primário aliado ao profissional. Ao lado da cartilha, a machadinha ou a faca; parelhas com a taboada, a enxada e o anzol; na mão direita o lápis, na esquerda a ferramenta, de modo que a creança aprenda com o “a b c” a manejar com inteligência pratica os utensílios do trabalho dos lugares onde mora, e a custa dos quaes vivem seus paes e é sustentada a sua casa. (O ACRE, 1930, ed.44, p.6).

A entrevista também fazia menção aos antecessores de Hugo Carneiro que tanto teriam se descuidado da instrução pública. Na mesma edição foi publicado um texto explicando como ocorreu a festa na Tentamem realizada pelos professores para o homenagear o governador Hugo Carneiro. Na ocasião a professora Francisca da Costa Guedes discursou falando que o mesmo estava disseminando a instrução publica em todo o Território. Ressaltando que era o próprio governador quem nomeava os diretores de escolas, por tanto, não era de se estranhar que quem almejava referido cargo tentasse de todas as formas cativar a pessoa do governador, na ocasião, Hugo Carneiro.

Na mesma data, ou seja, 15 de junho de 1930, o jornal A REFORMA publica uma página inteira que começa pela manchete: “*Terceiro aniversário da administração do dr. Hugo Carneiro! Como Seabra festejará a grande data!*”.

Figura 28 - Manchete do Jornal A REFORMA

"A REFORMA"

Seu endereço: Rua...
 Redacção e oficinas - F...
 Placido de Castro
 TARAUACA - ACHE - SE

A REFORMA

Director, proprietario e gerente—José Florencio da Cunha

EXPEDIENTE:
 (Diário das 7 ás 17 hore)
 Endereço Telegraphico
REFORMA
 Redacção e oficinas - F...
 Placido de Castro
 TARAUACA - ACHE - SE

TERRITÓRIO DO ACRE—MUNICÍPIO DO TARAUACÁ—CIDADE SEABRA, DOMINGO, 15 DE JUNHO DE 1930

ANNO XIII NUM. 605

Terceiro anniversario da administração do dr. Hugo Carneiro

Serão prestadas, hoje, em todo o Territorio carinhosas homenagens ao benemerito governador

Como Seabra festejará a grande data.

As 9 horas

Festa escolar no Grupo "João Ribeiro"

O seguinte programma organizado pelas exmas. professoras para a festa com os alumnos do Grupo Escolar "João Ribeiro", homenageado, na manhã de hoje, a pessoa do illustre Governador do Acre e benefactor da instrução publica:

PRIMEIRA PARTE

- 1º—Hymno «Hugo Carneiro»—cantado por um grupo de alumnos e acompanhado pela banda de musica Municipal.
- 2º—Ser «Serica» (cançõeta)—pela alumna Heloysa Mourão.
- 3º—Merenda das garotas (comedia)—pelas alumnas Maria Amelia, França Mourão, Maria Nazareth Albuquerque.
- 4º—O voluntario (cançõeta)—pelo alumno Raymundo Acreano.
- 5º—Que fazer? (monologo)—pela alumna Maria Nazareth Albuquerque.
- 6º—Trelosa (cançõeta) pela alumna Maria Amelia Mourão.
- 7º—O feijão (dualto)—pelo alumnos Raymundo Acreano e Maria Nazareth.

SEGUNDA PARTE

- 1º—Bambo-bambú (embolada)—Maria Amelia Mourão, Gilda Farias, Julietta Fiuza e Odilia Silva.
- 2º—O boliquinho (monologo)—Raymundo Acreano.
- 3º—Reimundo e Pelonia (dualto comico)—Odilia Silva e Maria A. Mourão. Letra e musica de Mozart Donizetti.
- 4º—As visitinhas (comedia)—Heloysa Mourão, Haydeé Lago, Julia Araujo e Albery Roccoe.
- 5º—Formiga (monologo)—Haydeé Lago.
- 6º—Al Bartim (dualto)—Heloysa Mourão e Odilia Silva.
- 7º—Quesha (cançõeta)—Maria A. Mourão.
- 8º—Apotheose—Ao dr. Hugo Carneiro—Musica e letra do maestro Mozart Donizetti.

Segundo estamos informados, não ha convites especiais para esta festa escolar, podendo ser assistida pelos paes de todos os alumnos.

ESTEJA-SE, hoje em todo Territorio acreano, com justas e entusiasticas alegrias, a passagem do terceiro anniversario do Governo historico e sabido do dr. Hugo Ribeiro Carneiro.

Realmente, veiu o joven delegado do Governo Federal, implantar numa região de fama desagradavel e desprotegida, parte integrante da nossa Pátria, e verdade, mas sem merecer as vistas carinhosas do patriotismo e attenção dos que governavam, com raras excepções, um regimen novo e applaudido pelas medidas desejadas, moldadas, sensatamente, nuzo pensamento que possede alcançar o prestigio do Governo Federal e, ao mesmo tempo tornar o Acre, conhecido da nação inteira, pois os seus dirigentes passados o fizeram occultar numa quase penumbra, praticando actos descriptorios, attendendo somente as falhas observadas nas finanças dos protegidos pelos mandantes da hora.

Repetimos, justas e verdadeiras, são as alegrias e expansões intimas que hoje se decidiram entre os habitantes sociais do Acre, que gosam no governo do illustre e festejado politico, uma administração de ordem de modo a trazer para o Territorio a reabilitação deste e de seus homens, temerariamente ajudados e julgados tenidos lá fora.

O Exmº Sr. Dr. Hugo Ribeiro Carneiro, galhardamente, impoñou ao Acre na sua vitalidade progressiva, com actos patrioticos e apurados numa direcção salutar e de trabalho, sobretudo honesta, de forma que preparou com frenéticas palmas o Territorio para entrar, victorioso, em nova phase de sua vida politico-administrativa. Out'ora fóra o Acre, esauquecido pelos seus governantes que so divulgavam difficuldades, molestias e desertos, no entretanto, não eram esqecidos os interesses proprios que os congniram para lá longe.


Os habitantes do Acre em sua totalidade, e A REFORMA enviam sinceros parabens ao honrado Governador Dr. Hugo Carneiro que, tão brilhantemente occupa a suprema direcção a qual é desejada ate que possa o Territorio fazer crear, simbolicamente, mais duas estrelas no nosso glorioso pavilhão.

As 15 horas

Tarde Sportiva no campo do "T. F. C."

ASSOCIANDO-SE ao geral regozijo com que o povo de Seabra festeja, hoje, o 3º. anniversario da brilhante administração actual do Territorio, os socios do "Taruacá Foot-ball Club" organisam uma tarde sportiva que obedecerá á seguinte ordem:

- 1º. PAREO—Dedicado ao Exmº Sr. Capitão Hippolyto Silva, D. D. Intendente Municipal.
- Corrida de Obstáculos*—Pesado—Luso—Sandal—Rigoleto.
- 2º. PAREO—Dr. Edgard Castro, D. D. Juiz de Direito.
- Corrida com oves*—Mario—Pompeu—Aldo—Papagaio—Figueiredo—Quintino—Cardoso—Eudo.
- 3º. PAREO—Cel. Joaquim Pinheiro Cavalcanti, M. D. Juiz Municipal.



Corrida com capo dagna—Arnaldo—Zé Pequeno—Duód—Bioco—Floriano.

- 4º. PAREO—Dr. José Polyguara, M. D. Promotor Publico.
- Luta de Travessieiros*—Tiradentes e Baluta.
- 5º. PAREO—Dr. Sanião Gomes de Sousa.
- Partida de Foot-ball* entre os Team Infantis do Alvi-Negro e Verde-Rubro do "Taruacá Foot ball Club".
- 6º. PAREO—Dr. Leoncio Rodrigues, Delegado de Hygiene.
- Corrida de 3 penas*—Luso e Tiradentes X Jerijó e Acreano X Dico e Aldo X Faustino e Dudú.
- 7º. PAREO—Sr. Antonio Theophilo Lessa, Delegado de Policia.
- Corrida de saccos*—Pesado—Baluta—Raspadeira—Pistola—Gerente—Papagaio—Dico.
- 8º. PAREO—Dedicado ao commercio.
- Luta de Tracção*—Pesado—Pompeu—Luso—Benicio—Dico—Doca—Chico—Jerijó—Mario—Ubaldo.
- 9º. PAREO—Dr. Manoel Thomé Frola.
- Corrida rasa de Velocidade*—Pesado—Rigoleto—Doca—Acreano.
- 10º. PAREO—Cel. José Florencio da Cunha.
- Corrida de Agulha*—Tiradentes—Luso—Rigoleto—Djalma.

O Sr. Francisco do Valle Mello, Director Sportivo do T. F. C. servirá de Juiz de Partida em todos os Partes. Servindo do Juiz de Chegada, o Sr. Dr. José Polyguara da Frola e Silva.

As 20 horas

Concerto—baila offerendo pela Municipalidade

TERA lugar hoje, á noite, nos salões do Grupo Escolar "João Ribeiro", um concerto-baila offerido pela Municipalidade á sociedade seabraense.

Para assistirmos a essa festa, recebemos o seguinte e attentencioso convite que nos foi gentilmente enviado pelo exmº sr. capitão Hippolyto Silva, d. d. intendente deste Municipio:

O *Governo Municipal de Tarauacá* deseja prestar uma *condigna homenagem* ao Exmo. Sr. Dr. Hugo Carneiro, eminente Governador do Territorio, por occasião do 3º. anniversario de sua brilhante administração, tem o prazer de convidar V. Excia. e Exma. familia para o *concerto-baila que offererá á sociedade seabraense, nos salões do Grupo Escolar «João Ribeiro», ás vinte horas do dia 16 do corrente.*

Contando com sua gentil acquiescencia, anticipo os meus agradecimentos.

Hippolyto Albuquerque e Silva—Intendente Municipal

PRIMEIRA PARTE

- I—SAUDAGÃO—Dr. José Polyguara.
- II—ZÉ NILESON—Maestro Donizetti—Festrol executado em «Jazz-band».
- III—ANDALOUSE—Emile Fessard—Pavão: Dr. Leoncio Rodrigues, piano: Maria Amelia Magalhães.
- IV—PRECE AO SERTÃO—Maestro Donizetti—Canto: senhorinha Guazacyra Oliveira e Góes.
- V—SOUS LA FEUILLE—(ROMANCE) SANS PAROLE! Francis Thoms—Se suppon: Mozart Donizetti; piano: senhorinha Adelia Góes.
- VI—TALAN—E Dalia—Longo canto: senhorinha Maria Amelia Mourão.
- VII—SERENATA—Maestro Donizetti—Baudolinos: mrs. Maria Amelia Magalhães, Anulo Polyguara e Sylvia Deslandes; violão: senhorinha Odilia Góes; piano: Helena Cunha e Jacira Lessa; violões: senhores Francisco Valle Mello, Ubaldo Mendes e Waldemar Faria; flauta: Dr. Leoncio Rodrigues; clarim e baixo.
- VIII—HYMNO DO. HUGO CARNEIRO—Executado pela banda e orchestra.

SEGUNDA PARTE


DANÇAS

Orchestra sob a regencia do maestro Mozart Donizetti.

Chronica elegante

Anniversariantes

Sob o nome de DR. LEONCIO JOSÉ RODRIGUES



Dr. Leoncio José Rodrigues nasceu em Tarauacá, no dia 18 de outubro de 1882, e data da sua entrada no Terceiro Curso de Medicina do Collegio de Medicina da Universidade de São Paulo, em 1904, onde se graduou em 1908. Foi eleito Director do Hospital de Hygiene e saneamento do Estado do Acre em 1925.

Em 1926, foi nomeado Director do Hospital de Hygiene e saneamento do Estado do Acre, cargo que desempenhou até 1928.

Em 1929, foi nomeado Director do Hospital de Hygiene e saneamento do Estado do Acre, cargo que desempenhou até 1930.

(Continua na 4ª pagina)

CEL. RAYMUNDO RAMOS

No mesmo dia, defez o aniversario do filho reventando amigo cel. Raymundo Ramo de Sousa Ramo, humilde funcionario municipal, no Estado do Acre, a quem mandamos as nossas parabenizações.

(Continua na 4ª pagina)

DIA 16

Partida de FOOT-BALL entre os combinados MUNICIPIO RIO BRANCO X TARAUACA, prova esta dedicada ao Exmº Sr. Hugo Carneiro.

TEAM DO RIO BRANCO—Tury—Sandal—Dico—Baluta—Faustino—Luso—Eudo—Tiradentes—Aldo—Pedro—Reserva—Euclides.

TEAM DO TARAUACA—Choquete—Rigoleto—Petrérea—Gerente—Doca—Raspadeira—Odilon—Dudú—Mario—Jerijó—Faico.

Fonte: A REFORMA (1930, ed. 605, p.1).

As professoras do Grupo Escolar João Ribeiro anunciam toda e vasta programação do dia em homenagem ao governador tratado como benfeitor da instrução pública, o que prova o grau de convencimento principalmente do público alvo da instrução pública, ou seja, os

professores e diretores. Lembrando que neste período os diretores eram nomeados pela diretoria de instrução pública, o talvez permitisse tal afinidade demonstrada pelos servidores públicos do ensino com a administração do Território.

Mas ao que parece nem todos estariam convencidos de que o governador merecia tanto reconhecimento, já que enquanto os demais jornais da época tecem inúmeros artigos para enaltecer as ações diversas e principalmente na instrução pública por parte de Hugo Carneiro, o jornal O Município que se dizia independente, nas edições próximas ao aniversário administrativo do governador, este não escreveu uma só linha, sequer citando o evento.

Na edição seguinte do jornal O ACRE, parte do discurso do governador Hugo Carneiro ocasião em que ele tece elogios ao Sr. Frota Pessoa que indicou o Sr. Pedro Mattos para realizar a reforma na instrução pública no Território. Na ocasião o governador Hugo Carneiro inaugura uma escola de primeira classe no Bairro Quinze com o nome de Dr. José Getúlio Frota Pessoa como forma de homenagem. Segundo (DE CASTRO, 2011), Pedro Mattos era um experiente educador a quem Hugo Carneiro passou a missão de “remodelar a instrução pública acreana”.

Em seguida vem a publicação no O ACRE quanto a criação da escola ambulante Melo e Souza. Na edição seguinte uma retificação do regulamento da instrução pública, apenas número de artigo nada de conteúdo. Outro fato que também chama à atenção é a publicação de 2 de julho de 1930 do jornal O ACRE, informando que diretor de instrução pública também passa a acumular o cargo de gerente de imprensa oficial. Essa é uma decisão que nos leva a imaginar primeiro que talvez seja essa a explicação para a instrução pública ter tamanho espaço no jornal, bem como, mostra que a relação de confiança entre a diretoria de instrução pública e o governo era bem elevado.

Em 13 de julho de 1930, o jornal O ACRE publica o informe do governador Hugo Carneiro dizendo que deixará o cargo.

Exmo. Sr. Coronel João Cancio Fernandes, d. d. 1º vice-governador do Território. – Seguindo hoje para a Capital da Republica em objeto de serviço público e a chamado do exmo. sr. ministro da justiça e negócios interiores, venho transmitir a v. excia., na qualidade do meu substituto legal, e de 1º vice-governador, o exercício do cargo de governador deste Território. Cordiais saudações. (O ACRE, 1930, ed.48, p.1).

Após a saída de Hugo Carneiro se observa que a seção dedicada à instrução pública não trouxe mais grandes publicações nem tão pouco elogios a quem quer que fosse. Passam quase trinta dias para que O ACRE volte a publicar algo sobre instrução pública, além do balancete mensal. Desta vez um informe sobre um importante evento.

Promovida pela Federação das sociedades de educação, realizou-se com grande solenidade, e com a presença do diretor de instrução pública e representantes dos governos estaduais abertura da reunião educacional, afim de dar balanço em tudo que está sendo feito no Brasil, no tocante à educação popular, e alvitrar sugestões aos governos da União e dos Estados, no sentido de melhorar e intensificar a mesma campanha de disseminação do ensino. (O ACRE, 1930, ed.59, p.6).

Na edição seguinte, a do dia 01 de outubro de 1930, foi publicada a exoneração do diretor de instrução pública, Sr. Pedro Mattos. Para um cargo onde o mesmo recebeu tanto reconhecimento pelos avanços de sua pasta, agora se desligava do cargo e segundo ao jornal a pedido, mas a interpretação é a de que faltava o entendimento já que o Brasil chega a era Vargas.

O Jornal O Município em sua edição de 05 de outubro de 1930 publicou um editorial intitulado “A Volta do Sr. Hugo Carneiro”. Neste editorial o Jornal faz duras críticas ao governo local quando fala de uma fiscalização feita in loco pelo chefe de redação do referido Jornal, na região dos Altos Rios Murú e Tarauacá.

Muito apregoa a imprensa mercenária sobre Instrução Pública e Postos Sanitários. Para não irmos na onda do “amém” de encomenda tomamos alvitre de examinar de “visu” esses dois ramos da pública administração o que fazemos por intermédio do nosso chefe de redação que acaba de regressar de uma fatigante viagem pelo interior dos Altos Rios Murú e Tarauacá afirmando que tudo não passa de uma grosseira “blague”. (O MUNICÍPIO, 1930, ed. 801, p. 1).

Este editorial é o primeiro a citar a “instrução pública” a partir de 1930 em Tarauacá ainda Villa Seabra quando o mesmo se apresenta como o jornal mais antigo e de maior circulação do Acre. O texto faz referência de que os demais jornais fazem o tipo de publicação aliada a situação, ou seja, ao lado do governo, enquanto que, O Município se diz um averiguador da real situação de instrução pública o que não anda lá muito bem, ao contrário do que anunciavam os jornais concorrentes, conforme o próprio O Município.

Escolas não funcionam porque o professorado não é pago e os estabelecimentos não possuem livros, papel, tinta, mobiliário, nada, absolutamente!
Os alunos quando comparecem aos estabelecimentos estudam em pé ou levam caixões de sabão para nele se sentarem!
A única escola, mais ou menos em ordem que encontrámos, foi a do Universo, porque o Sr. Coronel Auton Furtado forneceu-a por sua conta. (O MUNICÍPIO, 1930, ed. 801, p. 1).

Do mesmo modo em que o jornal faz duras críticas à administração local faz também elogios ao então Coronel Auton Furtado o qual teria feito investimentos pessoais para

manter determinada escola no vilarejo que “comandava”, além de que na edição anterior a esta, mais precisamente datada de 09 de Fevereiro de 1930, o referido Coronel é citado no expediente como um dos colaboradores do periódico.

Na edição de O ACRE de 16 de outubro surge o novo diretor de instrução pública, trata-se do Sr. Flaviano Flavio Baptista que na data da publicação já havia assumido o cargo. Não houve ao que parece a publicação da edição do Jornal de nº 64, foi o período de transição ao que tudo indica nada amigável, já que foi logo após Getúlio Vargas assumir a presidência da República. Uma sucessão de substituições de cargos e o que chama a atenção é que é formada uma junta governativa que intima o governador João Cancio a deixar o cargo e ainda dizem na publicação da edição nº 165 que o mesmo não lhe pertence e no mesmo ato nomeiam o desembargador José Martins de Souza Ramos. Nesta mesma publicação é nomeado novo diretor de instrução pública o Sr. José Lopes de Aguiar.

No jornal A REFORMA a única incidência que surge em função da instrução pública no resto do ano de 1930 é a criação do Ministério de Instrução Pública e Saúde no governo de Getúlio Vargas. Este é parte do resultado de um filtro na pesquisa entre os referidos impressos quanto à instrução pública durante o ano de 1930, o que é algo significativo no processo de organização da educação no país.

O resultado chega a ser surpreendente, o quanto, a vida cotidiana da instrução pública vai ganhando cada vez mais notoriedade e cada vez mais espaço nos impressos daquela década. Como ferramenta exclusiva de comunicação, o impresso faz a comunicação de mão dupla, tanto, para o público de servidores e professores. Da mesma forma essa comunicação é feita para pais, alunos e comunidade em geral, além de informes de chefias e de recebimento de comunicações, ou seja, a comunicação que seria interna e de expediente acaba sendo uma comunicação também pública.

Ali são tratados assuntos ligados à política, a vida cotidiana, registros policiais, judiciais e os registros sobre instrução pública que são os mais variados. Já no dia 02 de janeiro de 1931, verificamos que a primeira publicação que tem sobre instrução pública no jornal O ACRE, trata-se de um pedido de uma professora para que lhe fosse concedida a autorização para que a mesma pudesse gozar férias fora do Território. Parece aos dias de hoje algo fantasioso, no entanto, tais condições faziam parte do contrato a que essas profissionais estavam submetidas, de que não poderiam se ausentar do Território sem a devida autorização, mesmo que fosse em período de férias.

- Euphrosina Silva Oliveira, professora do Grupo Escolar <Plácido de Castro>, no município de Xapury, solicitando permissão para gosar as férias fora do Território. – À Directoria de Instrução Pública como requer – Maria da Conceição da Costa, adjunta do Grupo Escolar Plácido de Castro no município de Xapury, idem, idem, o mesmo despacho. (O ACRE, 1931, ed. 74, p.3).

Na mesma edição citada acima o então prefeito de Sena Madureira A. Damasceno Júnior publica como uma espécie de justificativa de que está preparando os mapas respectivos à instrução pública e pede para que alguns pagamentos supostamente em atraso sejam colocados em dia. Como se o envio desses mapas era condicionante inclusive para o repasse de recursos.

Na publicação seguinte o prefeito de Xapury Natallino de Britto informando que criou uma escola primária rural. O interessante nesta publicação é que o prefeito utiliza o termo: “procurando difundir” a instrução publica no município.

Xapury, 6 – Satisfação comunicar vossencia, procurando difundir instrução publica município, criei acto dois corrente uma escola primaria rural, que denominei < Juarez Távora> homenagem este grande vulto nacional. Respeitosas saudações.
_ *Nathalino Britto*, Prefeito. (O ACRE, 1931, ed. 75, p.2).

Ora se o prefeito está empenhado em difundir a instrução pública naquele município, neste caso, Xapury, o mesmo sabe que tem que dar publicidade a tal feito, a exemplo do que tem feito o governo. Ainda nesta publicação é uma resposta de uma solicitação bem interessante quando o capitão dos portos solicita uma sala e a mesma é automaticamente disponibilizada. No informe todas as providências necessárias foram tomadas no sentido de ser postas à disposição do Sr. Capitão dos Portos do Território, uma das salas do Grupo Escolar 7 de Setembro de acordo com solicitação feita anteriormente. Isso ocorre de maneira praticamente que automática sem muitas justificativas.

É importante observar os graus de importância que a instrução pública tem na vida das pessoas, como as publicações vão ocorrendo é fácil interpretar o objetivo, o público alvo e de certa forma o *feedback*¹⁸ dessas publicações.

No jornal O ACRE de 25 de janeiro de 1931, por exemplo, o prefeito do Purús publica na seção de instrução pública um extenso relatório como prestação de contas ao interventor territorial. O relatório contém diversas ações que foram adotadas durante a sua administração daquele município, no entanto, especificamente sobre educação o prefeito afirma

¹⁸ Na área da comunicação, o *feedback* é um dos elementos presentes no processo de comunicação, onde um emissor envia uma mensagem para um receptor, através de um determinado canal. A mensagem poderá ser alterada por algum tipo de barreira (ruído), condicionando então a sua interpretação por parte do receptor. Depois de interpretada, o receptor termina o processo de comunicação com o *feedback* - a resposta ou reação do receptor à mensagem enviada. Cf.< <https://www.significados.com.br/feedback/>>

ter feito muito pouco para fortalecer a educação, bem como, assume existir no município uma gravidade em relação ao índice de analfabetismo.

A situação de dificuldades, não permitiu-me dar a Instrução Pública o desenvolvimento que o analfabetismo deste Município requer, apenas consegui aumentar três escolas, uma no Rio Yaco, uma no Rio Purús e uma no Rio Cayeté, além das existentes em 1928. (O ACRE, 1931, ed. 76, p.2).

Na publicação seguinte onde se destaca a instrução pública serve para informar quanto à mudança de endereço da sede da instrução pública. O novo endereço, um prédio na Av. Epaminondas Jácome é locado pela prefeitura de Rio Branco. Na mesma publicação onde sai o extrato de contrato de locação, também é publicado o aviso informando quanto ao novo endereço do órgão público.

Portaria nº 30 o Prefeito, em comissão, do município de Rio Branco, Território do Acre, usando das atribuições que por lei lhe são outorgadas, resolve, por conveniência do serviço da Instrução Pública, transferir da Rua “Gabino Besouro” para o prédio número trinta e um da Avenida “Epaminondas Jácome” (bairro da Cadeia Pública) no primeiro distrito desta cidade, a sede da escola Urbana denominada “Celso da Gama” e a respectiva Professora das vantagens do contrato de locação do mesmo prédio, firmado entre esta prefeitura e o respectivo proprietário José Ignácio da Cunha, em data de 18 de Setembro do ano próximo findo.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco, em 14 de Janeiro de 1931.

Dr. Hélio Abreu

Prefeito

Registre-se, comunique-se e cumpra-se se. Secretaria da Prefeitura do Município de Rio Branco em 15 de janeiro de 1931.

Virgílio Esteves de Lima

Secretário (O ACRE, 1931, ed. 77, p.5).

Como a própria nota informa, a mudança é para conveniência da instrução pública, desta forma, é de se supor que a estrutura administrativa da instrução pública não estaria mais sendo suportada no endereço anterior.

É possível observar que a instrução pública vai sendo tratada de maneira mais formal e realmente oficial no Jornal O ACRE, como é a premissa do próprio jornal que se apresenta como órgão oficial. É comum verificar nas publicações um tom de ameaça ou mesmo de punições para com aqueles que não estivessem de acordo com as normas impostas para a instrução pública, por exemplo, no dia 15 de fevereiro de 1931, o jornal O ACRE publica o seguinte aviso: “estão abertas as matrículas em todo o território desde que em conformidade com o regulamento vigente”, isto é, nada fora das normas, se não fosse desta forma o estabelecimento não teria autorização de funcionamento. Na mesma edição do referido jornal, o Sr. Jayme Ferreira, diretor da escola Juarez Távora faz uma solicitação de subvenção em

determinado artigo 160 do regulamento e o requerimento foi de pronto indeferido pela diretoria de instrução pública.

Outro fato que é bastante peculiar no período, é que pedidos, relatórios, solicitações, ou seja, o expediente era todo exposto. Se um pedido desses foi indeferido e publicado, essa profissional que ousou em tal ato fica exposto aos demais colegas e ainda submetido à determinadas sanções, o que serve de exemplo para outros colegas não se embrenharem pelo mesmo caminho.

As publicações relacionadas a instrução pública seguem o seu rito: são avisos de expediente incluindo os professores aptos a assumir a direção das escolas e posteriormente o anuncio já com os nomes dos novos diretores.

Nesses primeiros meses, janeiro e fevereiro de 1931, não foram observadas publicações relacionadas à instrução pública no jornal A REFORMA. Em 08 de março do corrente ano, o Prefeito da então Vila Seabra, faz um comunicado no jornal, afirmando que as matrículas no município haviam sido prorrogadas até o mês de julho. No dia 15 de março uma publicação chama à atenção. Trata-se de uma ordem do então Interventor Territorial para que todos os professores sejam submetidos a exames médicos. A preocupação se percebe não era com a condição de saúde desses profissionais e sim que alunos fossem acometidos por algumas mazelas, como a (Lepra) hanseníase, o que poderia rapidamente se alastrar no ambiente da escola.

Outro informe também em tom mais impositivo mais uma vez partindo do Interventor Sr. Francisco de Paula de Assis Vasconcelos, informando aos diretores, incluindo o de instrução pública que o serviço telegráfico somente será utilizado em casos extremos e de urgência desde que com a autorização do interventor. Isso significava não apenas uma contenção de gastos com o telégrafo, mas também uma censura por meio deste canal de comunicação. Neste mesmo dia a publicação do jornal A REFORMA traz uma resolução do prefeito de Tarauacá elevando a categoria da escola “D. Pedro I” em nome de um melhor desenvolvimento da instrução pública no município.

Resolução nº 6, de 10 de fevereiro de 1931.

Eleva para 1ª classe a escola “D. Pedro” e passa para 2ª Classe a escola “Dr. Sansão Gomes”.

O Prefeito Municipal de Tarauacá, por título legal, etc.
Usando das atribuições que lhe confere a lei e atendendo melhor desenvolvimento em prol da instrução pública municipal, resolve elevar de categoria de 1ª classe a escola

“D. Pedro I”, situada no seringal Xapury, logar Guaramiranga e passar para 2ª classe a escola “Dr. Sansão Gomes”, situada na Fóz do Jor do Jordão, também do mesmo rio Tarauacá.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal do Tarauacá, 10 de fevereiro de 1931.

José Florêncio da Cunha. (A REFORMA, 1931, ed. 641, p.2)

No Jornal A REFORMA de 15 de março de 1931 uma resolução do então prefeito de Tarauacá mudando a categoria de uma escola de 1ª para 2ª Classe. É interessante observar que a mera citação de qualquer que fosse a decisão, mas sendo tomada em nome da melhoria da instrução pública, era suficiente para justificar devidamente ato realizado pelo gestor na rede de ensino, como ocorre com a resolução citada acima. Bastava afirmar que tal ato seria em prol da melhoria do ensino, da instrução pública e bastava, para não haver questionamentos. Se identifica com estes modos operante o fato de que a instrução pública, era algo de grande relevância para a população local, justificava os planos para o futuro, os investimentos e até a permanência no lugar em virtude da qualidade da instrução pública, se algo então fosse feito em nome de uma melhoria na qualidade do ensino, tudo era louvável.

Nas publicações seguintes do jornal O ACRE, um lote de avisos de abertura de matrículas, de exames médicos feitos em professoras, avisos do ano letivo em diversas unidades e então um rádio, uma espécie de aviso em separado, sendo uma solicitação ao diretor de instrução pública do Rio de Janeiro, para que o mesmo fornecesse informação detalhada quanto aos livros didáticos adotados naquele estado e ainda se possível de forma discriminada, por série de ensino. Na mesma publicação há ainda o comunicado dando conta ao diretor de instrução pública que em Sena Madureira havia se instalado uma escola de ensino primário particular, no entanto, a referida instituição mesmo sendo privada está subordinada à direção de instrução pública, bem como, o método adotado será em concordância com o regulamento de ensino do Território.

Em meados do mês de abril de 1931 informes de rádio, neste em particular o prefeito de Tarauacá, o Sr. Florêncio Cunha, pede apoio ao Interventor em recursos financeiros para pagar salários dos professores que segundo ele, em virtude de problemas financeiros deixados pela administração anterior não foi possível honrar. É possível observar que tão quão o pedido à instrução pública do Rio de Janeiro, também foi feito um pedido quanto às informações didáticas adotadas no estado do Amazonas.

É anunciada uma programação festiva de forma mais tímida em relação ao aniversário de nascimento do Barão do Rio Branco. Os informes vão ocorrendo de maneira cada vez mais oficial e com uma cobrança pública sobre atos e ações adotados por dirigentes da educação no Território. São mudanças nítidas na maneira de divulgar certas pautas, por exemplo, se é dada a devida relevância para um determinado tema, a tendência é que este tema realmente se torne importante na mente do leitor. Aos poucos a instrução pública vai deixando de ser pautada diariamente, vai havendo aos poucos um esvaziamento deste assunto: instrução pública, como se tivesse deixando de ser relevante.

Informes gerais da diretoria de instrução pública:

Dia 10 – Do Sr. Director da Instrucção Publica, informando que o collegio denominado “Imaculada Conceição” ainda não está registrado, de acordo com o regulamento da Instrucção Publica do Territorio. (O ACRE, 1931, ed. 87, p.2).

No informe acima era uma comunicação destinada tão somente aos dirigentes do colégio Imaculada Conceição, no entanto, como o meio de comunicação é de massa e público, desta forma, todos sabem que o colégio Imaculada Conceição, ainda está em desacordo com o regulamento adotado pelo segmento de ensino. Há também comunicados no periódico pedindo explicações sobre o resultado de exames médicos a que uma professora deveria ter sido submetida, e ainda para explicar qual foi o resultado.

Dia 10 – Ao Sr. Director de Instrucção Publica do Territorio, solicitando informar com a máxima urgência, si aquela Directoria, de acordo com as ordens deste Governo, solicitou ao Director de Hygiene que submettesse a inspecção de saúde a professora Evagelina de Medeiros Lima, do grupo escolar “Plácido de Castro”, no Município de Xapury, e no caso affirmativo, qual o resultado da inspecção. (O ACRE, edição 87, p.2, 20 de abril de 1931).

Em relação a resposta quanto às informações solicitadas e se tal resultado dos solicitados exames médicos da professora havia sido publicado, mas no corrente ano mesmo mudando o filtro de busca nada foi encontrado. Ainda na mesma edição é publicada uma portaria convocando a sociedade para comemorar o aniversário de nascimento do Barão do Rio Branco, mas o tom não é festivo e sim de ordem e obrigação.

PORTARIA N.02

O BACHAREL JOSÉ LOPES DE AGUIAR, DIRECTOR DA INSTRUCÇÃO PUBLICA DO TERRITORIO DO ACRE, ECT.

Usando de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art.169 do regulamento da Instrução Publicado Território que determina commemorar a data de 20 de abril, dia do nascimento do immortal brasileiro, Barão do Rio Branco, cuja imperecível memória é credora de todas as homenagens do povo acreano, resolve convocar uma reunião de todo o professorado e do inspetor escolar deste Municipio para hoje, ás 16 horas, no grupo escolar “7 de Setembro”, organizar, definitivamente, o programa dessa solennidade, convidando ainda os Circulos de Paes e Professores para que prestem o seu efficiente concurso ao realce da projetada commemoração: determinando ainda em circular telegraphica aos inspectores escolares dos demais Municipios se recommende seja commemorada condignamente a referida data. Diretoria de Instrução Publica do Territorio do Acre, em Rio Branco, aos 15 de abril, 116º da Independencia e 43º da Republica.

Jose Lopes de Aguiar

Director

Registre-se, communique-se e publique-se.

Raimundo Vieira de Sousa,

1º Official

(O ACRE, 1931, ed.87, p.2).

Nesta publicação é notória a divergência entre a linha editorial sob intervenção e as publicações relativas as comemorações de 20 de abril do ano anterior ainda na administração do Governador Hugo Carneiro. Está é a linha que se acentua sempre em um tom de muita formalidade na edição seguinte a instrução pública é mencionada quando se fala da importância da criação dos círculos de pais dos grupos escolares 7 de setembro e 24 de janeiro, com regimento e tudo e informando a criação do primeiro conselho. Ainda na mesma coluna mesmo que de forma tacanha um singelo elogio afirmando de que foi proveitosa e muito bem organizada a festa alusiva ao aniversário de nascimento do Barão do Rio Branco quando então são feitos elogios a organização e a direção de instrução pública. Durante o mês de abril o jornal A REFORMA nada publicou em relação à instrução pública, a não ser o balancete de despesas.

Em 17 de maio uma publicação no jornal endereçada ao diretor de instrução pública de São Paulo, publicada pelo diretor de instrução do Território do Acre, pedindo àquele diretor modelos de regulamentos adotados, bem como, livros e mapas estatísticos que pudessem ser enviados à diretoria do Território do Acre. Com estas solicitações é possível observar que os administradores querem igualar a educação do Território aos centros que são considerados os melhores para a população que vivia no Acre, como o Amazonas, São Paulo e Rio de Janeiro.

Outras publicações cotidianas relacionadas a instrução pública vão sendo publicadas informando sobre os balancetes com despesas e receitas da educação além dos deferimentos e indeferimentos de alguns ofícios. Até que em 31 de maio do ano corrente uma publicação sobre instrução chama à atenção, trata se da criação da Caixa Escolar.

CAIXA ESCOLAR

Sob a presidência do Dr. Jose Lopes de Aguiar, Diretor da Instrução Publica e com a presença do Inspetor Escolar de Rio Branco, pharmaceutico, Jose Rodrigues Leite, realizou-se no dia 25 do expirante, uma reunião do professorado territorial e municipal com fim de tratarem da organização definitiva das caixas escolares.

Assim, ficou determinado constituir-se uma só entidade quês se denominará Caixa Escolar de Rio Branco com as finalidades anteriores.

A diretoria da nova instituição alli mesmo foi eleita e é a seguinte: presidente Sr. José Rodrigues Leite, secretaria professora Maria Pinheiro e thesoureira, professora Dalila Cravo. (O ACRE, 1931, ed. 93, p.1).

Essa publicação se refere ao marco do início dessa instituição, a “CAIXA ESCOLAR”. Tratava-se de uma arrecadação que servia para pequenas despesas da unidade de ensino como também para custear as despesas com as festividades. Esse recurso era uma arrecadação mensal proveniente de doações de professores, demais profissionais da escola e pais de alunos. Com o surgimento da Caixa Escolar, o recurso para a ter um uma administração centralizada. Na mesma publicação o Diretor de Instrução Pública questiona a inspetora do Purús em relação ao início das aulas no Grupo Escolar Elizariio Távora. São feitos diversos questionamentos quanto ao atraso do início das aulas.

A inspetora escolar do Purús accuso o recebimento do relatório do movimento escolar desse município, relativamente ao mez de março e no qual se encontram as razões porque no grupo escolar *Elizariio Távora* as aulas só puderam funcionar regularmente no dia 16 do referido mês não posso deixar de estranhar o que dizer de nada poder adiantar sobre a instrução Municipal cujas aulas se abriram em abril e por que nada sabeis sobre a Instrução Municipal, porque deixaste de apresentar os motivos de só em abril se iniciarem as aulas nas escolas municipais? Não sabeis que a vossa autoridade se estende até as escolas municipais? O regulamento da instrução pública do território centralizou na diretoria de instrução todo este serviço no que concerne a fiscalização, orientação pedagógica, declarado no artigo 95 que para uniformidade do ensino, o primário custeados pelos municípios, deverá obedecer as mesmas bases do mantido pelo governo do Território. (O ACRE, 1931, ed.93, p.3).

Esse episódio gera mais uma resposta na mesma publicação o que acaba nos revelando muito dos procedimentos e práticas adotadas quanto às normas de instrução pública. Fatos como a obrigatoriedade, rigor dos relatórios e cobrança por uma maior fiscalização quanto à frequência escolar. O Diretor de Instrução Pública devolve como resposta mais uma comunicação essa mais extensa e de carácter mais ofensivo, como se fosse também para servir de exemplo a outros inspetores que ousassem em descumprimento das normas regidas pelo

regulamento. Uma exposição vexatória publicada no Jornal Oficial para em outras palavras mostrar quem é que manda, na educação do Território.

Dia 23 - Ao inspetor escolar deste Município. - < O vosso officio sob n. 31, de hoje datado, em resposta ao meu, sob n. 282 merece alguns reparos que posso a fazer. A matrícula nos diversos estabelecimentos escolares não se encerrou a 30 de abril, como de certo por equívoco suppondes com a leitura das instrucções do Exmo. sr. Interventor, ministradas em data de 7 de referido mês de abril e por mim transmitidas a todos os inspetores escolares, e o que diz o senhor interventor? Que a matricula fique por tolerância até o dia 30 do corrente mês (abril) e desse dia em diante seja só sejam aceitos alunos ouvintes que, nesse caracter, não poderão submeter-se a exames finaes. [...] compreende-se bem seria, porém, um ato de patriotismo fechar as portas da escola as crianças, porque tenham chegado quando já decorridos dois meses de funcionamento das aulas. Vamos a outro ponto. O nosso regulamento não cogita da obrigatoriedade do ensino primário como o fazem outros entre os quaes o de São Paulo, o de Minas, o do Ceará. O principio da obrigatoriedade implica a coexistência de meios coercitivos para torná-la effectiva. Entretanto, sem essa obrigatoriedade regulamentar, é possível conseguir a maior matrícula das crianças e a sua assiduidade na frequencia e a escola, não só usando dos meios de que muito bem falais do vosso officio senão ainda de uma ação em conjunto das autoridades escolares e dos círculos de pais e professores; de levar ao conhecimento dos pais, pessoalmente ou por escrito as faltas cometidas pelos alunos; de pedir do aluno que tiver faltando nos dias anteriores uma justificativa escrita do pae ou responsável, em observância a letra o, do Artigo 121 do regulamento da instrução pública. [...] (O ACRE, 1931, ed. 93, p.3).

Nesta digamos resposta, aos questionamentos feitos pelo próprio diretor de instrução pública, o Sr. José Lopes de Aguiar, deixa claro algumas normas desobedecidas por àquela inspetoria e deixa ainda claro o seu descontentamento com tal postura de uma profissional de ensino. Além da exposição ser de cunho público, o teor de alguns questionamentos é de indignação não somente pelas normas em si, que em momento algum deveriam ser objeto de questionamentos, mas principalmente pela insubordinação da referida inspetora.

Em certo momento, já no fim da nota o diretor afirma só querer a melhoria do ensino aplicado no Território o que inclui assiduidade do aluno, dos professores e todos os envolvidos na instrução popular, esse é o termo utilizado pelo diretor, como se justificasse a sua postura rígida para com a inspetora do Purús que ousou em descumprir normas do regimento. Durante o mês de maio o jornal A REFORMA se ateve apenas a publicar o balancete, no que se refere ao termo instrução pública.

Na edição de número 95 do jornal O ACRE, um comunicado da diretoria de instrução quanto às providências a serem tomadas em relação as comemorações alusivas ao dia de nascimento do Barão do Rio Branco. Enquanto que na edição 96 um informe quanto à aquisição de livros caixa, diário e de contas correntes e de outras despesas. Mas na edição 96 a

publicação mais importante em relação à instrução pública é a publicação do Estatuto da Caixa Escolar.

ESTATUTOS
da
Caixa Escolar de Rio Branco

CAPÍTULO I

Da sua instituição, patrimônio e fins

Art. 1º. - Fica instituída, na cidade de Rio Branco, capital do Acre, uma CAIXA ESCOLAR, pela fusão das Caixas Escolares existentes, cujo principal objetivo é cooperar para a difusão do ensino primário, promovendo meios tendentes a melhorar as condições das escolas, prestando assistência às crianças pobres e possibilitando a sua frequência as escolas.

Art. 2º. - O patrimônio da CAIXA será constituído pelas contribuições dos sócios, donativos, legados, subvenções votadas pelos poderes públicos, produtos de festas beneficentes e quaesquer auxílios de associações ou de particulares.

CAPÍTULO II

Da Associação da Caixa

Art. 3º. - Todos os professores públicos do Município de Rio Branco são considerados defensores e protectores da Caixa Escolar, podendo pessoas estranhas ao Magistério Publico pertencer a associação, si auxiliarem a Caixa com uma contribuição.

1º. - São considerados sócios *fundadores* os que assignaram a acta de instalação da Caixa.

2º.- Serão sócios contribuintes os que concorrerem com uma mensalidade de mil reis e benfeitores os que fizerem donativos de quantia igual ou superior a cem mil reis.

Art. 4º. - A Directoria da Caixa Escolar, nos termos do artigo 136 do regulamento da instrução pública do Território, se compõe de três membros: presidente, secretário e tesoureiro.

1º. - O presidente será sempre o inspetor escolar e o secretário e tesoureiro serão sempre professores, os dois últimos eleitos em assembleia geral de seus pares, no dia primeiro de março de cada ano, deve tomar posse no mesmo dia 2 a sede da Caixa Escolar e no grupo escolar <Sete de Setembro> onde sua directoria se reunirá em sessão ordinária, no dia 10 de cada mês ou no primeiro dia útil, se aquele for feriado, na hora previamente designada.

Art. 6º. - As sessões extraordinárias da directoria serão promovidas pela presidente da Caixa ou pela Directoria de Instrução Pública ou por dois terços do professorado.

Art. 6º. - A assembleia geral dos professores se reunirá em sessão ordinária para tomar conhecimento do relatório do presidente, do Balanço Geral das Finanças, eleger a nova directoria e lhe dar posse.

Art. 8º. - As sessões extraordinárias da assembleia geral serão convocadas pela imprensa com a antecedência de 5 dias, pelo menos, de ordem do presidente ou quando solicitadas por dois terços do professorado e só poderão deliberar com este número, em primeira convocação e com qualquer número e em segunda convocação, por ter faltado número para primeira.

Art. 9º. - O Governo do Território e o Diretor da Instrução Publica serão considerados presidentes de honra da Caixa Escolar.

Art. 10º. - Ao presidente da Caixa Escolar compete:

- promover junto aos poderes públicos, ao commercio, etc.; o desenvolvimento da Caixa;
- convocar, ou fazer convocar pelo secretário, s sessões da Directoria e da Assembleia;

- representar a Caixa em juízo e perante as autoridades da União, do Território e do Município;

- rubricar todos os livros de escrituração da Caixa;

- lançar o pague-se nas constas;

- nomear comissões para qualquer fim de utilidade patrimonial da Caixa;

- apresentar, anualmente, o relatório da Caixa à Assembleia Geral ordinária.

Art. 11º. – Ao secretario compete:

- substituir o presidente em seus impedimentos ocasionaes, caso em que será convidado u professor para secretario ad-hoc;

- lavrar as actas de cada sessão e lê-las na sessão seguinte;

- fazer a correspondência da caixa e ter em sua guarda o arquivo;

- prestar ao presidente as informações necessárias para o relatório anual;

- convocar, na forma destes estatutos, as sessões.

Art. 12º. – Ao thesoureiro compete:

- arrecadar e recolher ao banco, em conta corrente, os dinheiros da caixa e ter em bôa guarda os demais valores, livros da escrituração e contas;

- escipturar com clareza no livro competente todas as entradas e sahidas de valores da Caixa;

- prestar informações que a Directoria solicitar sobre o estado financeiro;

- apresentar em cada reunião ordinária da Directoria o balanço minucioso desse movimento, enviando de tudo uma cópia á Directoria de Instrucção Publica, depois de aprovado pela Directoria.

Art. 13º. – De todas as deliberações da Directoria e da Assembleia Geral serão enviadas copias á Directoria de Instrucção Publica.

Art. 14º. – Cada escola constituirá uma secção da Caixa Escolar, cuja assistência cabe ao respectivo professor.

Art. 15º. – Para os efeitos da assistência, os professores organizarão as listas de seus alunos, remetendo-as á Directoria da Caixa.

CAPITULO III

Disposições Geraes e transitórias

Art. 16º. – As omissões que se verificarem nestes estatutos serão resolvidas pela Directoria, com recurso voluntario para a Assembleia Geral.

Art. 17º. – A Caixa Escolar só poderá se dissolver-se por deliberação da Assembleia Geral, tomada por maioria absoluta de seus membros e neste caso o patrimônio reverterá em benefício do ensino.

Art. 18º. – Os presentes Estatutos só poderão ser reformados em Assembleia Geral, presentes, pelo menos dois terços dos seus membros.

Art. 19º. – O mandato da Directoria provisória, escolhida na sessão de instalação, terminará no dia da posse da nova Directoria, eleita na forma destes Estatutos.

Rio Branco, 15 de junho de 1931.

Jose Lopes de Aguiar
Director de Instrucção
(O ACRE, 1931, ed. 96, p.6).

No referido estatuto fica tudo muito claro em relação aos cargos e obrigações que cada um tem com a nova instituição, no entanto, o que não fica muito explicito é quanto à finalidade destes recursos arrecadados, a não ser quando se refere aos alunos que vão receber uma “assistência”, no sentido de que o professor teria a missão de identificar quem poderia receber uma espécie de auxílio financeiro. A Caixa escolar também tem a missão de custear as festividades da escola.

Na edição de 15 de julho, O ACRE traz quatro menções sobre instrução pública: a primeira o Interventor do Território revoga a resolução nº 15 de junho para que voltem a funcionar as aulas do Grupo Escolar Barão do Rio Branco em Cruzeiro do Sul e das demais escolas territoriais do município do Juruá que se achavam suspensas por tempo indeterminado. Não foi localizado o comunicado de suspensão das aulas das referidas escolas; a segunda trata apenas da publicação de uma substituição de férias; a terceira publicação é um informe quanto ao encaminhamento de uma professora em férias para o Ceará, para que a mesma possa fazer aperfeiçoamentos na área; quarta publicação refere-se ao balancete de receitas e despesas.

As publicações seguem em relação à instrução pública apenas com o cotidiano até que em 02 de agosto, O ACRE publica a relação das autoridades que se fizeram presentes durante o evento de solenidade cívica em virtude do primeiro aniversário de morte de João Pessoa. Já em meados de agosto, A REFORMA publica um comunicado que afirma estarem dispensadas da obrigatoriedade de uniforme escolar, apenas os alunos das escolas isoladas, no entanto no mesmo comunicado há um firmamento quanto à obrigatoriedade do uniforme nos Grupos Escolares, esta obrigatoriedade é mencionada como rigorosa. Ou seja, não é uma mera obrigação, mais uma rigorosa obrigação, que previa inclusive penalidades em caso de descumprimento.

INSTRUCCÃO PUBLICA

A dispensa da obrigatoriedade do uniforme determinado pela Directoria de Instrucção Publica aos alunos das escolas do Território, só se refere às escolas isoladas. Para os Grupos Escolares continua a rigorosa obrigatoriedade.

Seabra 08 de agosto de 1931.

Luiz Macário Pereira do Lago
Inspector Escolar

(A REFORMA, 1931, ed. 657, p.4).

Em 18 de agosto o periódico O ACRE publica uma espécie de lembrete voltado a todos os inspetores do Território para que atentem ao que está disposto no regulamento da instrução pública em relação à falta de alunos às aulas. Neste caso, o informe dentro da coluna de instrução pública afirma que sempre que o aluno faltar conforme o regulamento, deve-se procurar saber o motivo e depois levar o caso ao conhecimento da diretoria de instrução pública,

afim de que sejam tomadas as providencias. Ainda na mesma edição foi publicado um informe sobre a primeira reunião da Caixa Escolar e uma segunda reunião já ficou agendada.

Na edição seguinte de A REFORMA, um aviso do interventor ao inspetor de Tarauacá que o mesmo poderia ficar com livros sob empréstimo desde que com a condição de restituí-los. Enquanto isso O ACRE publica a informação de que houve uma reunião em virtude de uma convocação de todo o professorado para tratar da organização da programação das festividades de 7 de setembro. Esse tipo de reunião, diferentemente do que ocorre no período do Governo Hugo Carneiro, são realizadas em um tom de imposição, no caso, de convocação.

Ambos jornais seguem com publicações sobre o dia a dia da instrução pública até que em 11 de outubro o jornal A REFORMA publica em sua primeira página o decreto do Interventor para se adotar aquele que talvez seria o primeiro período de Horário de Verão adotado no Acre, logo em seguida a nota com sugestões ao interventor que merece uma releitura dos termos. Quando aqui havia um fornecimento de energia bem precário, se estabelece a hora de economia de luz, até porque neste período, a tecnologia era mais dedicada mesmo à iluminação, à luz propriamente dita, pois praticamente não existiam eletroeletrônicos e eletrodomésticos. Atendendo ao Decreto Presidencial o Acre adota a hora economizar a luz, quando a justificativa é para gerar uma economia aos cofres públicos.

Prefeito Tarauacá – Rio Branco 5-852. Fins convenientes transmito vos ordem do sr. Ministro da Justiça seguinte bi pontos Decreto nº 20.466 de primeiro de outubro de 1931 ponto Estabelece hora economia luz no verão em todo o Território brasileiro ponto Chefe Governo Provisório Republica Estados Unidos Brasil considerando que a hora economia luz no verão pode ser adotada com grande proveito para o erário público ponto virgula Considerando que a pratica dessa medida já universal traz igualmente grandes benefícios ao público virtude economia luz artificial ponto virgula Considerando que execução dessa providencia consiste apenas em avançar de uma hora os ponteiros relógios decreta bi pontos Artigo único fica adotada em todo Território nacional a hora economia luz no período 3 outubro a 31 março ponto Parágrafo único Todos relógios no Brasil deverão ser avançados de uma hora as 11 horas legal dia 3 de outubro v.g. assim devem ser mantidos até 24 horas dia 31 de março quando voltará prevalecer hora legal ponto Rio Janeiro primeiro outubro 1931 assinado Getúlio Vargas José Américo Almeida ponto aspás Saudações Assis Vasconcelos – Interventor. (A REFORMA, 1931, ed. 665, p.2).

É uma publicação histórica de uma relevância não apenas para a comunidade estudantil, que tinha já naquele período sua rotina alterada em virtude do horário de verão, mas também algo que envolvia toda a comunidade, isso para o cumprimento do decreto presidencial para uma suposta economia de energia, mesmo o Acre tendo até então um fornecimento de energia precária nos poucos lugares onde havia a oferta do serviço. Assim, por meio, de Decreto

Presidencial era adotada a primeira Hora Economia Luz em todo o Território Nacional, e que foi mantida até 24 horas do dia 31 de março do ano seguinte.

Nesta mesma edição a instrução pública é citada apenas por compor o balancete de despesas. As edições seguintes do jornal A REFORMA seguem até o final do ano de 1931 com meras formalidades e mencionando instrução pública apenas para classificar as despesas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso registrar que houve desde o início da pesquisa uma grande afinidade com a fonte, ou seja, a Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Além de ser uma fonte muito rica em informações, são publicações originais do período que permitem diversas análises principalmente quando se cruza essas informações entre um periódico e outro. Desta maneira, foi um trabalho acima de tudo prazeroso. Foi possível compreender como de fato a imprensa, principalmente os impressos, tiveram a sua importante parcela de contribuição no processo de organização da instrução pública no Acre.

Os jornais foram os grandes painéis da história da instrução pública no Território do Acre. Tudo era informado pelo jornal. As novas turmas, nomeações de diretores de escolas, exonerações, aviso de matrículas, de balancetes, registro de aniversários, os atos oficiais, avisos sobre os espetáculos teatrais, cotação dos produtos regionais, mas principalmente o cotidiano escolar.

Em virtude da riqueza do material pesquisado tive que, por diversas vezes à ajustar o foco para o recorte da pesquisa. Mesmo com uma abundância de informações, chega-se à conclusão que o papel da imprensa foi de grande relevância para todo o processo de organização da instrução pública no Território do Acre. Foram detectados inúmeros conflitos, sejam eles entre os periódicos, entre periódico e o poder público, professorado e comunidade e o próprio poder público em conflito com professores.

Basta imaginarmos que sem os periódicos informando, noticiando, convocando, cobrando e até exigindo, a instrução pública não teriam tido a mesma configuração. Era por meio da imprensa que se tinha informações, por exemplo, quanto aos resultados de exames dos alunos. Os pais e toda a comunidade escolar recebia informações quanto ao período de matrículas e o que era necessário para que o aluno fosse devidamente matriculado.

Ainda me referindo ao cotidiano escolar, se uma professora precisava se ausentar, tirar férias fora do Território, esta fazia o pedido por meio do jornal e a resposta também era publicada no periódico. O administradores do Território desde intendentess municipais, diretores de diversas áreas como o próprio governador, se utilizavam dos jornais para difundir suas ações e se comunicar diretamente com a população.

Quem partia e quem chegava por meio das embarcações também era pauta cotidiana dos jornais do período. Fatos que se percebe nitidamente o interesse de se construir um novo plano, foi o pedido do governador do Acre, aos diretores de instrução pública de outros estados,

para que enviassem o plano de ensino que utilizavam. No mínimo para se fazer um apanhando e adaptar uma nova norma para o Território.

Foi possível concluir ainda que todos os periódicos de certa forma uns mais outros menos, mas enfim, deram muito destaque a questão instrução pública. Foi constatado colunas e seções para trabalharem a temática instrução, que sempre rendia pautas. Algumas de elogios e outras de cunho reivindicativo ou mesmo até de reclamação. Vários jornais publicaram neste período artigos que atribuíam a outros elementos da sociedade o insucesso da instrução pública. Muitas vezes até as professoras foram responsabilizadas pela falta de resultados positivos. Muitas vezes professores foram considerados arcaicos por não adotarem novos métodos de ensino.

O recorte inicial deste trabalho seria entre 1927 e 1930, mas a pesquisa acabou sendo irradiada entre os anos de surgimento dos periódicos e todos os desdobramentos. Quanto a afinidade das áreas, comunicação e instrução, ficou claro, que esta é uma relação já muito antiga, e no Acre Território mais precisamente percebemos que a imprensa foi crucial para o processo de formação de uma cultura de valorização da instrução pública.

Foi por meio da imprensa que o governantes passaram a anunciar as boas novas neste segmento. Professores e diretores nomeados, novas escolas, cobrança pelo mapa estatístico, cobrança pelo livro de ponto dos professores, informe sobre o pagamento de salário dos professores, enfim, a população se viu dependente dessas informações que eram publicadas nos jornais locais. Os jornais eram um canal de mão dupla, pois publicavam os avisos e informes e na edição seguinte, normalmente traziam as respostas.

Durante o cotejamento entre os três periódicos selecionados foi possível conflitar se determinada matéria teria o mesmo destaque em ambos os jornais. É certo afirmar que os coronéis tiveram grande influência sobre os jornais, era comum o coronel cicrano ou beltrano, ser também jornalista, ou no mínimo, correspondente do jornal. Além dessa relação muito próxima com os coronéis os jornais tinham cada um o seu comprometimento político.

O mais antigo, a FOLHA DO ACRE defendia o movimento autonomista e depois se apresenta como um órgão de imprensa pertencente ao partido político denominado Partido Construtor Acreano. O editorial do jornal a folha também tinha uma intrínseca relação com militares.

O jornal A REFORMA, este é editado em Tarauacá e defende a independência do município. O partido do jornal é o Partido Republicano do Tarauacá. Foi possível avaliar que

durante o período de recorte da pesquisa, o jornal fez o papel de mais situação com a administração municipal e foi mais contrário ao governo Territorial.

Já o jornal O ACRE vem para atender especificamente as demandas da comunicação oficial. Pertence ao governo, mesmo assim, comercializa assinaturas e o saldo destas assinaturas são publicados por meios de prestação de contas do diretor de imprensa para o secretário geral do Território. O jornal por ser órgão oficial detém o furo das informações, ou seja, publica as informações antes dos demais jornais. O trabalho de fazer circular o jornal no ambiente escolar e difundido os assuntos relacionados a instrução pública favoreceu o fortalecimento do jornal.

O impresso foi cada vez mais ganhando notoriedade na vida da comunidade, o jornal anunciava sobre, quem partia, quem chegava, sobre o preço da borracha, da castanha, sobre as festas cívicas, que por sinal, eram muito prestigiadas. As propagandas dos mais diversos produtos e serviços de profissionais liberais, como médicos, dentistas, advogados e outros.

Os conflitos foram o grande cerne da pesquisa, ora veículos de comunicação eram situação, ora se posicionavam como situação do poder municipal e oposição ao governo territorial. Foram ainda detectados levantes, muitas vezes, por aqueles que estariam submetidos às novas normas, aos novos regimentos, como é o caso do regulamento da instrução pública implantado por Hugo Carneiro, que causou diversas manifestações contrárias, principalmente por professores como forma de resistência ao que estava sendo determinado pelo governo local.

Com tantos assuntos para atrair o leitor, a instrução pública estava sempre presente nos jornais locais ocupando lugar de destaque. Para o leitor a instrução tem correlação com o desenvolvimento, a modernidade e a esperança de que os filhos possam ter no próprio território, acesso à uma instrução pública de qualidade e esse ideário era fortalecido por meio dos jornais locais.

REFERÊNCIAS

- ANDREOTTI, Azilde. **Acervo Histórico do Livro Escolar**. Disponível em <<http://acervohistoricodolivroescolar.blogspot.com.br/2013/11/biblioteca-pedagogica-brasileira.html>> Acessado em 18 de dezembro de 2017.
- BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre: de Território a Estado-um olhar social**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2005, p. 73.
- BRASIL. Câmara do Deputados. Brasília. **Decreto nº 1.181 de 25 de fevereiro de 1904**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1181-25-fevereiro-1904-583573-publicacaooriginal-106366-pl.html>> Acessado em 26 de abril de 1918.
- _____. **Coleção de Leis do Império de 1827**. Rio de Janeiro. Typografia Nacional, 1827. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18351>> Acesso em 11 de Janeiro de 2018.
- _____. **Coleção Arquivos de Impressos do Acre**. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acessado diversas vezes desde setembro de 2017.
- _____. **Manual de Comunicação - Secom. Retranca**. Brasília. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario/retranca>> Acessado em 15 de out. de 2018.
- CANDIDO, Antonio. **A revolução de 1930 e a cultura**. *Novos estudos CEBRAP*, v. 2, n. 4, 1984, p. 7.
- CHARTIER, Anne-Marie; CLESSE, Christiane; HÉBRARD, Jean. **Ler e escrever: entrando no mundo da escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1996.
- CORRESPONDENTE, **Jornalismo**. in **Artigos de apoio Infopédia**. Porto: Porto Editora, 2003-2018. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$correspondente-\(jornalismo\)](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$correspondente-(jornalismo)) Acessado em 23 de set. de 2018.
- D.COM, **Dicionário de Comunicação Social. Furo** – Significado do Termo Técnico. Disponível em: <www.comuniquero.com/dicionario?utf8=√&termo=furo+>. Acessado em 27 de set. de 2018.
- DA SILVA, Francisco Bento. **As Raízes Do Autoritarismo no Executivo Acreano – 1921/1964**. 2002, p.49.
- DANTAS, Andréa Maria Lopes. **O—Vozear na Mata e a Modernidade Anunciada: educação no Território do Acre através dos jornais (1906-1930)**. *Revista HISTEDBR Online*. n. Especial, p. 38, 2011.
- _____, Andréa Maria Lopes. **As Falas do Novo: A Imprensa e a Organização da Educação do Território do Acre (1930 -1946)**.

<[Http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/286.pdf](http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/286.pdf) > Acessado em 05 de outubro de 2017.

DE CASTRO, Cleyde Oliveira. **Gestão Maria Angélica de Castro: Apropriação das ideias Sobre a Escola Nova no Território Federal do Acre (1946/1951)**. 2011, p.82.

DE LIMA, Wendell Teles; DA SILVA, Iatiçara Oliveira. **Proposição de territórios federais no Amazonas**. REVISTA GEONORTE, 2013, v. 4, n. 12, p. 267.

DE SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo, 1890-1910**. Unesp, 1998, p. 26-27.

DIAS, Ana Maria Iorio; BRANDÃO, Maria de Lourdes Peixoto. Descortinando o Cenário: **A Segunda República... ou “A Era de Vargas”-1930 a 1945**. Revista Educação em Debate, 2017, v. 20, n. 7.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 163.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **A Batalha da Borracha: Propaganda Política e Migração Nordestina Para a Amazônia Durante o Estado Novo**. Revista Sociologia e Política, n.9, 1997. - revistas.ufpr.br/rsp/article/download/39301/24120. Fundação Joaquim Nabuco

HORTA, José Silvério Baia. **Direito à educação e obrigatoriedade escolar**. Cadernos de Pesquisa, 2013, n. 104, p. 12-13.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; DE CARVALHO, Carlos Henrique. **O legado do Manifesto de 32 à educação brasileira: os desafios persistem**. Revista Educação em Questão, 2015, v. 51, n. 37, p. 06.

MATE, Cecília Hanna. **O Manifesto dos Pioneiros de 32 como ampliação da política reformista**. Caxambu: GT02, História da Educação, ANPED, 2006, p.191.

MEDEIROS, Edilson Lucas. **Sernambi, Caucho**. Entrevista com seringueiro. 2010. Disponível em: < <http://rondoniaovivo.com/cultura/noticia/2010/05/10/entrevista-seringueiro-o-desbravador-da-amazonia-edilson-lucas-de-medeiros.html> >. Acessado em 30 de set. de 2018.

MORAIS, Maria de Jesus et al. Rio Branco-AC, **Uma Cidade de Fronteira: o processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais**. 2000, p. 41.

_____, **“ACREANIDADE”: INVENÇÃO E REINVENÇÃO DA IDENTIDADE ACREANA**. 2010, p. 244.

NUNES, Jose Arnoudo Perreira. **Histórico do ensino de arte: primeira metade da década de 1930 em Sena Madureira**. 2013, p.22.

_____, Roque. **Análise de conteúdo**. *Revista Educação, Porto Alegre*, 1999, v. 22, n. 37, p. 2.

PINTO, Diana Couto; LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marília de Araújo Lima. **O Discurso Pedagógico Da Modernidade**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 2007, v. 77, n. 185.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Modernidade. E-Dicionário de Termos Literários**. Em 20 de um. De 2010. Disponível em: <<http://edtl.fctsh.unl.pt/encyclopedia/modernidade/>> Acessado em 25 de set. de 2018.

RIBEIRO, João. **O que é positivismo**. Brasiliense, 2017, p.4

SAVIANI, Dermeval. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil”**, financiado pelo CNPq, para o “projeto, v. 20, 2005.

_____, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008, p. 07.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4º ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 72.

SOUZA, Celina. **Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. Revista de sociologia e política**, v. 24, n. 24, 2005, p. 107.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Frota Pessoa**. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. **Coleção Educadores**. 2010, p.18.

JORNAIS

FOLHA DO ACRE. ed. 557. 1927, p.1 Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/04/2018.

_____, ed.372, 1921, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____.ed.558. 1927, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/04/2018.

_____.ed.559. 1927, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/04/2018.

_____.ed.561. 1927, p.2. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/04/2018.

_____.ed.565. 1927, p.3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/04/2018.

_____.ed.568. 1927, p.2. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/04/2018.

_____.ed.572. 1927, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/04/2018.

_____.ed.573. 1927, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 22/05/2018.

_____.ed.585. 1927, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 22/05/2018.

_____.ed.589. 1927, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 22/05/2018.

_____.ed.594. 1927, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 22/05/2018.

_____.ed.598. 1927, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 22/05/2018.

_____.ed.600. 1927, p.2. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 22/05/2018.

JORNAL A REFORMA, ed.432, 1927, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____, ed.433, 1927, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____, ed.434, 1927, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____, ed.437, 1927, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____, ed.438, 1927, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____, ed.450, 1927, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____, ed.451, 1927, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____, ed.452, 1927, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____, ed.453, 1927, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____, ed.465, 1927, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____, ed.473, 1927, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____, ed.478, 1927, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____, ed.487, 1928, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____, ed.488, 1928, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____, ed.490, 1928, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____, ed.495, 1928, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____, ed.503, 1928, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____, ed.505, 1928, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____, ed.507, 1928, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____, ed.509, 1928, p.1 e 4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____, ed.511, 1928, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____, ed.520, 1928, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____, ed.525, 1928, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____, ed.528, 1928, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____, ed.532, 1928, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____, ed.533, 1928, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 06/06/2017.

_____, ed.536, 1929, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.540, 1929, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.540, 1929, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.541, 1929, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.549, 1929, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.551, 1929, p.6. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.553, 1929, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.555, 1929, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.557, 1929, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.559, 1929, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.560, 1929, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.561, 1929, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.562, 1929, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.566, 1929, p.2. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.568, 1929, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.575, 1929, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.581, 1929, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.586, 1930, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.587, 1930, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.588, 1930, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.589, 1930, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.590, 1930, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.597, 1930, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.599, 1930, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.602, 1930, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.605, 1930, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.608, 1930, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.616, 1930, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.617, 1930, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.624, 1930, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.624, 1930, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.628, 1930, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.639, 1931, p.3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.640, 1931, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.641, 1931, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.645, 1931, p.2. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.648, 1931, p.3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.657, 1931, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.658, 1931, p.3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.663, 1931, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.665, 1931, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.667, 1931, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.668, 1931, p.3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

_____, ed.670, 1931, p.3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 20/06/2017.

O ACRE, ed.1, 1929, p.5, Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.3, 1929, p.3, Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.4, 1929, p.2, 3, 4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.5, 1929, p.1, 4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.6, 1929, p.1, 2. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.7, 1929, p.1, Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.8, 1929, p.2, 4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.9, 1929, p.3, 4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.10, 1929, p.2, Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.11, 1929, p.3, Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.12, 1929, p.5, Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.13, 1929, p.1, 2. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.15, 1929, p.2. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.16, 1929, p.2. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.17, 1929, p.2, 3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.18, 1929, p.2. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.19, 1929, p.3, 6. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.20, 1929, p.3, 5. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.23, 1930, p.3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.26, 1930, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.30, 1930, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.31, 1930, p.3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.32, 1930, p.3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.34, 1930, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.35, 1930, p.3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.36, 1930, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.37, 1930, p.3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.39, 1930, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.40, 1930, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.42, 1930, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.43, 1930, p.2. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.44, 1930, p.2, 5. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.45, 1930, p.3, 6. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.46, 1930, p.2. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.47, 1930, p.2. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.48, 1930, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.49, 1930, p.3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.52, 1930, p.2, 3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.53, 1930, p.3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.54, 1930, p.5. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.55, 1930, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.57, 1930, p.2. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.74, 1931, p.3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.75, 1931, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.76, 1931, p.2. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.77, 1931, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.79, 1931, p.1,2. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.81, 1931, p.2,5,6. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.82, 1931, p.2,4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.83, 1931, p.1,6. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.84, 1931, p.2,3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.85, 1931, 1,2,3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.86, 1931, p.2,3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.87, 1931, p.1,2. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.88, 1931, p.6. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.90, 1931, p.3,4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.91, 1931, p.3,5 . Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed. 93, 1931, p.1, 3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.95, 1931, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.96, 1931, p.4,5,6. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.98, 1931, p.2,4,5,6. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.99, 1931, p.5 e 6. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.99, 1931, p.5 e 6. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.100, 1931, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.102, 1931, p.5. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.103, 1931, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.105, 1931, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.107, 1931, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.108, 1931, p.1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

_____, ed.108, 1931, p.2,4,5. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em 18/07/2017.

APÊNDICE

APÊNDICE A - FOLHA DO ACRE - 1927 - DEMONSTRATIVO COM PUBLICAÇÕES SOBRE INSTRUÇÃO PÚBLICA

| Edição | Ocorrência | Página | Tipologia da Publicação |
|------------------|------------|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 557 - 31/01/1927 | 1 | 1 | Apenas uma nota falando de uma visita do presidente do tribunal de justiça que estaria acompanhado do diretor geral de instrução pública o Sr. Lopes Aguiar; |
| 558 - 07/02/1927 | 1 | 1 | A menção quanto ao diretor de instrução pública ao felicitar o desembargador Sousa Ramos pelo seu aniversário; |
| 559 - 13/02/1927 | 1 | 1 | A instrução pública aparece como uma coluna dando referência ao procedimento de que deve ser tomado por professoras diplomadas para que apresentem seus diplomas e possam ser aceitas como professoras; |
| 561 - 02/03/1927 | 2 | 2 | A menção de como devem proceder os diretores inclusive de outras áreas quanto ao procedimento de documentos à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional para que sejam realizados os devidos pagamentos; |
| 565 - 27/03/1927 | 3 | 1 | Aviso de envio de portarias da instrução pública; |
| 568 - 21/04/1927 | 2 | 2 e 3 | Nesta edição o jornal vem noticiado que Hugo Carneiro foi nomeado Governador do Território do Acre. Na publicação o Intendente Municipal o Sr. Álvaro Arnoso de Mello Leitão publica o que seria uma espécie de prestação de contas em relação as últimas ações e fatos ocorridos durante o exercício anterior. No trecho destinado à instrução pública, temos uma exata noção pelo menos a partir de uma fala oficial de qual era antes do governo de Hugo Carneiro como se encontrava a instrução pública em Rio Branco; |

| | | | |
|------------------|---|---|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | | |
| 572 – 23/05/1927 | 1 | 1 | Apenas balancete de despesas; |
| 573 – 30/05/1927 | 1 | 3 | Expediente autorizando o afastamento de uma professora, concedidos como licença, conforme o regulamento da instrução pública. |
| 585 – 21/08/1927 | 1 | 1 | Um anúncio sobre uma reunião entre o governador e o então diretor de instrução pública quanto ao seu modo de pensar numa instrução, moderna e transformadora. |
| 589 – 18/09/1927 | 1 | 1 | Na coluna pela instrução pública é possível observar diversas informações sobre o dia a dia da instrução no Território e principalmente se observa que principal o governo de Hugo Carneiro conseguiu conquistar a empatia do público alvo. Quando em a cada pedido ou mesmo menção ao governo e autoridades estas vem carregadas de elogios tratando do comprometimento destas com o ensino; |
| 594 – 23/10/1927 | 1 | 1 | Na referida coluna, traz nesta edição, anúncios de escola que foi desativada e escolas que foram criadas; |
| 598 – 13/11/1927 | 1 | 1 | O jornal traz um anúncio com todo o cronograma cívico em relação as comemorações relativas ao dia 15 de novembro de 1927; |
| 600 – 20/11/1927 | 2 | 1 | A matéria publica como fora realizado o evento cívico de 15 de novembro e esse editorial em especial tece diversos elogios a administração de Hugo Carneiro; |

Fonte: 2018 – Dados disponíveis no jornal – FOLHA DO ACRE (1927)

APÊNDICE B – A REFORMA - 1927 - DEMONSTRATIVO COM PUBLICAÇÕES SOBRE INSTRUÇÃO PÚBLICA

| Edição | Ocorrência | Página | Tipologia da Publicação |
|------------------|------------|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 432 - 16/01/1927 | 1 | 1 | Uma referência à instrução pública, no entanto, ao Estado do Maranhão; |
| 433 - 23/01/1927 | 1 | 4 | Apenas balancete; |
| 434 - 30/01/1927 | 1 | 4 | Apenas balancete; |
| 437 - 20/02/1927 | 1 | 2 | Apenas balancete; |
| 438 - 27/02/1927 | 1 | 4 | Apenas balancete; |
| 450 - 22/05/1927 | 1 | 1 | O Governador nomeou uma nova regente para a Escola Mathias Olympio; |
| 451 - 29/05/1927 | 1 | 1 | Uma nota do governo informando da criação de uma escola e da nomeação de um professora; |
| 452 - 05/06/1927 | 1 | 1 | Um artigo em nome de um partido da mocidade cheio de lamúrias, no entanto, se refere ao estado do Ceará; |
| 453 - 12/06/1927 | 1 | 1 | Um artigo que trata de um projeto que fora apresentado defendendo a divisão do Acre, o artigo é assinado pelo Cel. Mâncio Lima; |
| 465 - 04/09/1927 | 1 | 4 | Apenas balancete; |
| 473 - 30/10/1927 | 1 | 4 | Comunicado da junta de inspeção e propaganda da instrução pública; |
| 478 - 06/12/1927 | 1 | 1 | Uma nota criticando as professoras do Grupo Escolar João Ribeiro, de que as mesmas não teriam incentivado os alunos a terminarem o ano letivo mais cedo. |

Fonte: 2018 – Dados disponíveis no jornal – A REFORMA (1927)

APÊNDICE C – A REFORMA - 1928 - DEMONSTRATIVO COM PUBLICAÇÕES SOBRE INSTRUÇÃO PÚBLICA

| Edição | Ocorrência | Página | Tipologia da Publicação |
|------------------|------------|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 487 – 05/02/1928 | 1 | 1 | Um informe do Sr. Luiz Macario Pereira do Lago Diretor do Grupo Escolar João Ribeiro informando quanto à abertura do período de matrículas além de mencionar as regras e quem poderá ser matriculado. |
| 488 – 12/02/1928 | 01 | 1 | Uma informação quanto à retomada das aulas do Colégio São José. |
| 490 – 26/02/1928 | 01 | 1 | Um informe quanto ao funcionamento de algumas escolas em Seabra na coluna destinada a instrução pública; |
| 495 – 01/04/1928 | 01 | 1 | O Governo Hugo Carneiro destituiu o Diretor do Grupo Escolar João Ribeiro o Sr. Luiz Macario Pereira do Lago e nomeia Inspetor de Ensino o que o governo coloca como uma promoção ao sr. Luiz ganhada por merecimento e o cargo nesta publicação fica claro que também foi uma criação do governo; |
| 503 – 27/05/1928 | 01 | 1 | Um informe quanto ao pedido de material para as escolas; |
| 505 – 10/06/1929 | 1 | 1 | Apenas parte do balancete público; |
| 507 – 24/06/1928 | 1 | 4 | Apenas parte do balancete público; |
| 509 – 08/07/1928 | 02 | 1 | Um artigo enaltecendo os trabalhos desenvolvidos pelo diretor de instrução pública do Piauí; |
| | | 4 | Apenas parte do balancete público; |
| 511 – 24/07/1928 | 1 | 4 | Apenas parte do balancete público; |
| 520 – 23/09/1928 | 1 | 4 | Apenas parte do balancete público; |
| 525 – 28/10/1928 | 1 | 2 | Apenas parte do balancete público; |
| 528 – 18/11/1928 | 1 | 4 | Apenas parte do balancete público; |
| 532 – 23/12/1928 | 1 | 1 | Festival da Instrução Pública; |
| 533 – 30/12/1928 | 1 | 4 | Um editorial fazendo diversos elogios ao município de Seabra, no entanto, todos os créditos vão para os ditos bravos, como assim são identificados no editorial os responsáveis por tal desenvolvimento de Seabra, mesmo em um período de crise financeira. |

Fonte: 2018 – Dados disponíveis no jornal – A REFORMA (1928)

APÊNDICE D – A REFORMA - 1929 - DEMONSTRATIVO COM PUBLICAÇÕES SOBRE INSTRUÇÃO PÚBLICA

| Edição | Ocorrência | Página | Tipologia da Publicação |
|------------------|------------|--------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 536 – 20/01/1929 | 01 | 4 | Um informe do intendente de Cruzeiro do Sul pedindo ao interventor a remessa de material escolar; |
| 540 – 17/02/1929 | 01 | | Aviso do período de matrícula feito pela professora Maria Amélia Rodrigues incumbida da direção do grupo escolar “João Ribeiro”; |
| 541 – 24/02/1929 | 01 | 4 | O diretor geral de instrução pública solicitando o envio dos mapas de frequência do alunos; |
| 549 – 21/04/1929 | 01 | 4 | Apenas parte do balancete público; |
| 550 – 28/04/1929 | 01 | 4 | Apenas parte do balancete público; |
| 551 – 12/05/1929 | 02 | 6 | Parte do balancete público e um apelo ao governador Hugo Carneiro por melhoria na instrução pública feito pelo Cel. Júlio Rocque; |
| 553 – 26/05/1929 | 01 | | Esta citação quanto à instrução pública ocorre já na primeira página do jornal e se refere as comemorações alusivas que haviam ocorrido alusivas ao dia 13 de maio, data da assinatura da Lei Áurea que extinguiu a escravatura no Brasil. As festividades ocorrem no grupo escolar da Vila Seabra e os avanços alcançados frente à a instrução pública são enaltecidos pelo orador e creditados a dedicação do governador Hugo Carneiro. |
| 555 – 09/06/1929 | 01 | 04 | Apenas parte do balancete público; |
| 557-23/06/1929 | 01 | 04 | Apenas parte do balancete público; |
| 559 – 07/07/1929 | 01 | 04 | Apenas parte do balancete público; |
| 560 – 14/07/1929 | 01 | 04 | Uma solicitação do então Secretário Geral Dr. Francisco de Oliveira Conde, solicitando ao Diretor de Instrução Pública, bem como, aos Inspectores e Diretor de Higiene contribuição para com sugestões para a formatação do regulamento de instrução pública. |
| 561 – 21/07/1929 | 01 | 01 | Um demonstrativo de despesas referente ao ano de 1928. |
| 562 – 28/07/1929 | 01 | 01 | Nesta publicação de suma importância há uma resolução do intendente do Município o sr. Hippolyto Albuquerque e Silva que faz um apanhado de toda a real situação de como estão as escolas e a instrução pública no município de Tarauacá citando que foram custeadas 12 escolas e posteriormente se referido a uma resolução feita a pedido do governador Hugo Carneiro que culminou na organização de 21 escolas, ou seja nesta data, é possível ter certeza que o total de escolas daquele município era de 33 escolas. |

| | | | |
|------------------|----|----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | | Ainda neste dia é registrado pelo jornal o aniversário do Governador Hugo Carneiro, momento em que o jornal oportuniza uma homenagem ao administrador público tecendo diversos elogios como por exemplo a de que seu trabalho honesto e produtivo tem aspirado grandezas a esta terra. |
| 566 – 25/08/1929 | 01 | 02 | Apenas parte do balancete público; |
| 568 -08/09/1929 | 01 | 01 | Esta menção de instrução pública neste caso, é a localização da sala onde deveria ocupar a diretoria de instrução pública nas dependências do prédio do palácio do governo que acabava de começar a ser construído. |
| 575 – 27/10/1929 | 01 | 01 | São informações que também se referem à instrução pública, no entanto, são informações do estado do Ceará. |
| 581 – 22/12/1929 | 01 | 01 | Apenas parte do balancete público; |

Fonte: 2018 – Dados disponíveis no jornal – A REFORMA (1929)

APÊNDICE A - O ACRE - 1929 - DEMONSTRATIVO COM PUBLICAÇÕES SOBRE INSTRUÇÃO PÚBLICA

| Edição | Ocorrência | | Página | Tipologia da Publicação |
|-----------------|------------|--|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 01 – 29/08/1929 | 01 | | 05 | Uma recomendação: “Para atender este objetivo e mesmo para fazer despertar entre as alunas interesse e estímulo, foram aceitas costuras da Santa Casa desta cidade e da Cadeia Publica. Vinte peças daquela instituição já foram entregues e, dentro em breves dias, o mesmo sucederá com as da Cadeia Publica. Estas ultimas, além de costuradas, fôram talhadas pelas alunas do citado curso orientadas pela referida professora”. |
| 03 – 01/09/1929 | 03 | | 03 e 4 | Discursos proferidos durante as festividades de 6 de agosto realizadas no Grupo Escolar 7 de Setembro. |
| | | | | Na coluna de instrução pública diversas atividades do cotidiano da instrução pública como aviso de remessa com lista de nomes de alunos que foram beneficiados com o fardamento escolar proveniente da caixa escolar, informe sobre o reestabelecimento de ensino em determinada unidade escolar, bem como, outros avisos. |
| 04 – 07/09/1929 | 03 | | 02 | A menção de instrução pública apenas para informar quanto a realização de uma reunião com os diretores de serviços que incluiu o diretor da instrução pública o Sr. Pedro Mattos; |
| | | | 3 | Coluna de instrução pública com avisos de envios de mapas de frequências e matrículas e solicitação de material, bem como, avisos de pontos de professores; |
| | | | | Ocasão em que um médico da Bolívia faz ua visita ao Acre e acompanha o diretor de instrução pública para apreciar os exercício de ginástica que são executados pelos alunos das escolas no estádio de futebol do Rio Branco. Na ocasião uma das alunas lê uma carta dando às boas vindas ao médico e |

| | | | | |
|-----------------|----|--|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | | | também a todos os alunos de Cobija por ele ali representado; |
| 05-15/09/1929 | 04 | | 01 | Nesta publicação o Sr. Pedro Mattos é saudado pela criação do círculo de pais e alunos das escolas do Território; |
| | | | 04 | Nesta publicação há diversas ações em virtude das comemorações de 7 de setembro. No segundo dia de festividades, uma solenidade marca o compromisso da segunda patrulha de escoteiros escolares, a ocasião contou com o discurso do instrutor da turma Tenente Carlos Cravo. |
| 06-22/09/1929 | 02 | | 01 | Uma portaria publicada pelo próprio governador Hugo Carneiro enaltecendo tanto a administração da instrução de pública exercida pelo professor Pedro Mattos, bem como elogios aos que trabalharam nos festejos alusivos ao sete de setembro. |
| | | | 2 | Apenas uma referência à presença do diretor de instrução pública em uma reunião com os chefes de serviços. |
| 07 – 29/09/1929 | 03 | | 01 | Neste dia a primeira página do jornal traz uma publicação de um requerimento feito ao Estado de Minas Gerais quanto ao regulamento adotado naquele estado, bem como, estatutos e outras práticas que aqui pudessem ser adotadas. |
| 08 -06/10/1929 | 02 | | 03 | Apenas dados do cotidiano da instrução pública, como: confirmação de recebimento de ofícios, pedidos quanto ao envio dos mapas estatísticos dos alunos, além do registro de ponto de professores; |
| | | | 4 | Apenas aviso da intendência do Purus informando sobre faltas na instrução pública e o interessante é que são nominados os profissionais e a quantidade de faltas, para constar mesmo o faltoso; |
| 09-12/10/1929 | 02 | | 2 | Apenas a citação de uma reunião com os chefes do território; |
| | | | 4 | Fatos do cotidiano escolar impresso na coluna de instrução pública; |

| | | | | |
|-----------------|----|--|----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | | | |
| 10 -20/10/1929 | 01 | | 02 | Apenas o registro da presença do diretor de instrução pública o professor Pedro Mattos na reunião dos chefes do Território; |
| 11-27/10/1929 | 01 | | 03 | Em meio aos comunicados e informes do cotidiano da instrução pública, um aviso chama à atenção, trata-se talvez da informação mais precisa no sentido de comprovar a postura inclinada do então Governador Hugo Carneiro em apoiar uma instrução pública com qualidade. |
| 12-03/11/1929 | 01 | | 05 | Trata-se de uma publicação fazendo menção honrosa de como o Governador Hugo Carneiro também deu total atenção à assistência dentária no Território. No caso o Acre teve o reconhecimento ganhando inclusive prêmios. Aliás o nome do prêmio passou a se chamar, Prêmio Hugo Carneiro. A publicação é assinada por Sr. Luiz Hermann Filho delegado do Acre junto ao 3º Congresso Odontológico Latino Americano. |
| 13- 10/11/1929 | 02 | | 01 | Citada a instrução pública apenas para informar quanto à participação do diretor na realização da reunião dos chefes de serviços do Território; |
| | | | 2 | Um comunicado do diretor de instrução pública informando quanto ao livro de pontos dos funcionários; |
| 15 – 24/11/1929 | 02 | | 02 | Citada a instrução pública apenas para informar quanto à participação do diretor na realização da reunião dos chefes de serviços do Território; |
| 16 – 01/12/1929 | 02 | | 02 | Citada a instrução pública apenas para informar quanto à participação do diretor na realização da reunião dos chefes de serviços do Território; |
| 17 – 08/12/1929 | 02 | | 02 | O diretor da instrução pública avisa às quatro juntas de ensino, Xapury, Purús, Tarauacá e Juruá, quanto ao calendário de realização dos exames; |
| | | | 3 | Apenas o cotidiano da instrução pública sendo revelando na seção específica à mesma. |

| | | | | |
|-----------------|----------|--|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 18 – 15/12/1929 | 01 | | 02 | Trata-se de um informe do diretor de instrução pública ao governador informando que foi levado ao conhecimento da junta de ensino do município do Purús de que irregularidades estariam acontecendo no ensino primário, no entanto, tais irregularidades não são informadas na publicação; |
| 19 – 22/12/1929 | 02 01 | | 03 | Citada a instrução pública apenas para informar quanto à participação do diretor na realização da reunião dos chefes de serviços do Território; |
| | | | 6 | Apenas a publicação de como transcorreu a solenidade em comemoração ao encerramento do ano letivo; |
| 20 -29/12/1929 | 02 | | 03 | Citada a instrução pública apenas para informar quanto à participação do diretor na realização da reunião dos chefes de serviços do Território; |
| | | | 5 | Na publicação do balancete de despesas com a instrução pública, um ítem chama à atenção, lá na letra “g” de despesas está mencionada a despesa com assinatura de jornais e revistas para à escolas, ou seja todo o conteúdo produzido pela imprensa, era de interesse do próprio governo que estas publicações chegassem ao conhecimento do público das escolas; |

Fonte: 2018 – Dados disponíveis no jornal – O ACRE (1929)

ANEXOS

ANEXO A - REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO TERRITÓRIO DO ACRE PAG.1

GOVERNO DO TERRITÓRIO

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. DR.

Hugo Ribeiro Carneiro

RESOLUÇÃO N. 1 A

O GOVERNADOR DO TERRITÓRIO DO ACRE, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

Considerando que, devido ao aumento da verba orçada para as despesas da administração deste Território, em virtude do acréscimo de 30%, votado pelo Congresso Federal, relativamente aos vencimentos do seu funcionalismo civil e dos oficiais da Polícia Policial do Território e do soldo e gratificação das praças dessa Corporação, não pode continuar vigorando a tabella adoptada pela Resolução n.º 11, de 1.º de março de 1928; mas considerando que, esses acréscimos de vencimentos e aumentos, só vigoram para os funcionários civis e oficiais e praças, cujos cargos existiam anteriormente às majorações feitas pelo poder competente; RESOLVE: alterar a tabella de vencimentos adoptada pela Resolução n.º 11, de 1.º de março de 1928 e adoptar, em substituição, no decorrer do corrente anno, a tabella annexa.

Palácio do Governo do Território do Acre, em Rio Branco, aos 30 de Janeiro de 1930, 109.º da Independência e 42.ª da Republica.

Hugo Ribeiro Carneiro, Governador.

Registre-se, publique-se e cumpra-se. — Secretaria Geral, 30 de Janeiro de 1930.

Francisco d'Oliveira Conde, Secretário Geral.

RESOLUÇÃO N. 2 A

O GOVERNADOR DO TERRITÓRIO DO ACRE, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

RESOLVE:

Conceder, por conta da importância do vinto e tres centos e sescentos e trinta e seis mil setecentos e quarenta e nove réis (23.636\$749), recebida do thezouro nacional em 18 de janeiro do corrente anno, proveniente das quotas de beneficiários de loterias destinadas à distribuição equitativa entre as instituições de caridade do Território do Acre, referente ao segundo semestre de 1928 e primeiro de 1929, os seguintes auxilios: — à Santa Casa de Misericórdia do Acre, em Rio Branco, cinco contos de réis (5.000\$000); à Santa Casa de Misericórdia de Cruzeiro do Sul, no Juruá, cinco contos de réis (5.000\$000); à Sociedade Mantenedora Hospital de Misericórdia de Seabra, no Trauaçu, cinco contos de réis (5.000\$000); à Santa Casa de Misericórdia de Senna Madureira, no Purús, tres contos de réis (3.000\$000); ao Collegio «Nossa Senhora da Conceição», de Rio Branco, um conto de réis (1.000\$000); ao Collegio «Santa Juliana», em Senna Madureira, no Purús, um conto de réis (1.000\$000) e ao Collegio «Nossa Senhora da Provençã», em Xapury, seiscentos e trinta e seis mil e setecentos e quarenta e nove (636\$749).

Palácio do Governo do Território do Acre, em Rio Branco, aos 7 de fevereiro de 1930, 109.º da Independência e 42.ª da Republica.

Hugo Ribeiro Carneiro, Governador.

Registre-se, publique-se e cumpra-se. Secretaria Geral, em 8/5/1930.

Francisco d'Oliveira Conde, Secretário Geral.

RESOLUÇÃO N. 5

O GOVERNADOR DO TERRITÓRIO DO ACRE, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO ART. 2.º, N.º 2 e 10 e § 1.º DO DECRETO N.º 14.353, DE 1.º DE OUTUBRO DE 1920:

RESOLVE:

Mandar que seja observado, no serviço da instrução publica do Território, o regulamento que baixa com a presente, assignado pelo sr. Director da Instrução Publica.

Palácio do Governo do Território do Acre, em Rio Branco, aos 31 de Maio de 1930, 109.º da Independência e 42.ª da Republica.

Hugo Ribeiro Carneiro, Governador.

Registre-se, publique-se e cumpra-se. Secretaria Geral, em 31/5/1930.

Francisco d'Oliveira Conde, Secretário Geral.

Regulamento da Instrução Publica do Território, a que se refere a Resolução n. 5, de 31 de maio de 1930

TITULO I Do ensino em geral

CAPITULO UNICO

Do seu objectivo e da sua organização

Artigo 1 - O ensino no Território do Acre terá como objectivo a transformação da creança em um ente útil ao paiz e, em particular, à região, conhecendo a sua propria personalidade e o meio ambiente, ficando apta, desta forma, a colaborar conscientemente para grandeza de ambos e para o bem da humanidade.

Art. 2 - O ensino no Território do Acre comprehenderá:

- a) - o ensino publico.
- b) - o ensino particular.

Paraphrasis unico - O ensino publico será ministrado:

- a) - pelo governo do Território.
- b) - pelos governos dos Municipios.

Art. 3 - Tanto o ensino publico como o ensino particular serão orientados e fiscalizados, na sua parte tecnica, pela Directoria de Instrução Publica da Secretaria Geral do Governo do Território.

Art. 4 - O ensino publico custeado pelo governo do Território do Acre, comprehenderá:

- a) - o ensino primario.
- b) - o ensino normal.
- c) - o ensino tecnico-profissional.
- d) - o ensino secundario.

Art. 5 - O ensino primario será ministrado em quatro series.

§ 1.º - O primeiro anno do curso primario comprehenderá a alfabetização e as nocões dos primeiros conhecimentos geraes.

§ 2.º - Nos outros annos do curso serão desenhados os primeiros conhecimentos, em marcha progressiva e de maneira que a creança fique em condições de encontrar facilidade ao ingressar nos cursos normal ou secundario.

§ 3.º - O primeiro anno poderá ser dividido em diversas turmas, de accordo com o adiantamento dos alumnos.

Art. 6 - O ensino normal terá por fim a preparação tecnica para o exercicio do magisterio primario.

Art. 7 - O ensino tecnico-profissional terá como objectivo a iniciação da creança em qualquer profissão.

Art. 8 - O ensino secundario terá como objectivo o estudo das materias que constituem o curso de humanidades.

TITULO II

Do ensino primario

CAPITULO I

Da divisão e da organização das escolas primarias

Art. 9 - O ensino primario, para o qual deve contribuir a actividade consciente da creança, será o resultado de uma educação integral.

Art. 10 - O ensino primario territorial ministrará-se em escolas de cinco tipos:

- a) - escolas ambulantes.
- b) - escolas rurais.
- c) - escolas urbanas.
- d) - escolas nocturnas.
- e) - grupos escolares.

Art. 11 - As escolas ambulantes serão creadas com o fim de melhor difundir pelo interior do Território a alfabetização e outros conhecimentos elementares imprescindíveis a qualquer individuo, inclusive nocões rudimentares de hygiene, educação civica, agricultura, etc.

§ 1.º - Nestas escolas o curso será de um anno lectivo, permanecendo apenas por esse espaço de tempo em cada localidade.

§ 2.º - O numero de escolas ambulantes dependerá da necessidade de cada Municipio.

§ 3.º - As escolas ambulantes só poderão funcionar em localidades em que já existam installadas.

§ 4.º - Nestas escolas será adoptado o programma do primeiro anno do curso primario.

Art. 12 - As escolas urbanas e rurais só serão installadas nas localidades onde existam mais de trinta creanças em idade escolar, e desde que num circulo de raio de tres kilometros não haja outro estabelecimento de ensino publico primario.

§ 1.º - Nas sedes dos Municipios só serão installadas escolas em suas zonas suburbanas distantes tres kilometros do centro urbano.

§ 2.º - As escolas de que trata o presente artigo só serão custeadas pelo Território quando não for possível a sua manutenção pelos Municipios.

Art. 13 - Quando a elevação da frequência das escolas urbanas demonstrar a necessidade de maior numero de professoras, serão admitidas adjuntas.

Art. 14 - Desde que se verificar que a frequência de uma escola urbana, durante seis meses consecutivos excede a admissão de tres adjuntas, poderá a mesma ser transformada em grupo escolar.

Art. 15 - Nas escolas rurais será ministrado o ensino do primeiro anno do curso primario.

Art. 16 - Nas escolas urbanas será ministrado o ensino primario até o segundo anno.

Art. 17 - Nos grupos escolares o ensino abrangerá todo o curso primario.

Art. 18 - Cada grupo escolar terá quatro professoras, uma adjunta e tantas estagiarias quantas as necessidades o exigirem.

Art. 19 - O ensino no grupo escolar deverá atingir a um grau de adiantamento que habilite a creança a matricular nas escolas normaes e nos gymnasios.

Art. 20 - Os Municipios deverão, por meio de professores contractados, crear escolas ambulantes, quando em entendimento com os proprietarios dos seringais para auxilio da installação e manutenção das mesmas.

Art. 21 - As escolas nocturnas terão como objectivo a alfabetização, sua parte de arithmetica.

Art. 22 - As escolas nocturnas serão mixtas e funcionarão nas cidades ou villas em que se verificar a necessidade da sua criação.

Art. 23 - São creadas escolas urbanas, rurais e nocturnas, quando o reconhecimento escolar demonstrar a sua necessidade ou quando, por solicitação de interessados, uma junta composta de tres pessoas de destaque da localidade, der parecer favoravel à sua criação, tendo-se sempre em vista que a criação da escola somente se verificará no caso da população escolar ultrapassar de trinta individuos.

Art. 24 - Os grupos escolares e as escolas urbanas, rurais e ambulantes também serão mixtas.

CAPITULO II

Da idade escolar, da matricula e do horario

Art. 25 - A idade escolar para os alumnos do curso primario será de 7 a 13 annos.

Art. 26 - As creanças de mais de 12 annos de idade só serão matriculadas quando terminada a matricula dos 7 a 12 annos, ainda houver vaga nas diversas turmas.

Art. 27 - A matricula em todas as escolas do Território verificar-se-á nos 15 ultimos dias do periodo das férias regulamentares.

Art. 28 - A abertura da matricula será annunciada com quinze dias de antecedencia por editaes afixados a porta dos estabelecimentos escolares e publicados pela imprensa, quando a houver.

Art. 29 - A matricula será feita pelas professoras sob a fiscalização de quem dirigir a escola.

Art. 30 - Por occasião da matricula serão fornecidas pelos paes ou responsáveis dos alumnos as seguintes informações sobre o matriculando: seu nome, nome do paiz ou responsável, naturalidade, data do nascimento, residencia, sexo e classe ou escola frequentada no anno anterior.

Art. 31 - Todo matriculado será examinado para se verificar o grau do seu preparo e a classe que deve frequentar.

Art. 32 - Por occasião da matricula o candidato será submettido a exame medico para se verificar se sofre de molestia que o impossibilite de frequentar a escola.

Paraphrasis unico - Todo alumno será obrigado a se submeter à vacinação contra a varíola.

Art. 33 - As aulas das escolas diurnas funcionarão das 7 1/2 ás 11 1/2 horas e, das nocturnas, das 19 ás 21 horas, havendo para os alumnos das primeiras um descanso de meia hora destinado ao recreio.

Art. 34 - Quando se verificar excessão de frequência, a escola poderá funcionar em dois turnos.

Paraphrasis unico - Quando as escolas diurnas tiverem dois turnos o ensino funcionarão das 7 1/2 ás 11 horas e do segundo das 15 ás 17 1/2.

CAPITULO III

Da direcção dos estabelecimentos de ensino primario

Art. 35 - Os grupos escolares serão dirigidos por uma das suas professoras cathedricas.

Paraphrasis unico - A permanencia da professora na direcção do grupo será de um anno, a partir do primeiro dia lectivo e a terminar no ultimo dia do periodo de férias do anno seguinte.

Art. 36 - Para a direcção do grupo será designada a melhor professora que houver revelado maior merito no anno anterior, tomando-se por base a sua assiduidade e aptidão pedagogica demonstrada pelo aproveitamento dos alumnos e o seu interesse pela turma.

§ 1.º - Para esse effeito as professoras poderão apresentar ao inspector escolar memoriaes, os quaes, depois de examinados e formados, serão encaminhados ao Director da Instrução Publica para deliberar a respeito, determinando qual a professora que deverá dirigir o grupo no anno seguinte.

§ 2.º - A resolução do Director de Instrução será previamente submettida à apreciação do governador.

§ 3.º - Ordinariamente nenhuma professora poderá reger a escola por um periodo maior de dois annos consecutivos, salvo casos especiaes.

Art. 37 - Quando uma professora estiver na direcção do grupo e revelar pouco interesse pela ordem do estabelecimento e pela causa do ensino, será afastada desse posto e substituida por outra.

Paraphrasis unico - A professora que incidir na sanção do artigo supra ficará durante dois annos impossibilitada de exercer o cargo de directora.

Art. 38 - As escolas urbanas serão dirigidas pela sua professora mais antiga.

CAPITULO IV

Da inspecção escolar

Art. 39 - Em cada Municipio existirá um inspector escolar.

Art. 40 - O inspector escolar terá como sede de seus trabalhos o mais importante estabelecimento de ensino territorial do Municipio.

Art. 41 - Em cada uma das escolas situadas nas zonas urbicas e suburbanas da sede Municipio, o inspector fará, no minimo, quatro visitas mensaes.

CAPITULO V

Do anno lectivo, das aulas, das promoes dos alumnos e das férias

Art. 42 - Nas escolas situadas no interior do Municipio, o inspector fará duas visitas annuaes, em épocas determinadas pela Directoria de Instrução Publica.

Art. 43 - Mensalmente, o inspector enviará à Directoria de Instrução Publica um relatório sobre o movimento escolar.

Art. 44 - Após cada inspecção no interior do Municipio o inspector apresentará relatório sobre a situação pedagogica dada aos professores, e movimento estatístico de matricula e frequência dos estabelecimentos de ensino publicos e particulares, o aproveitamento dos alumnos e sobre as necessidades das escolas, quer quanto ao seu material de expediente e mobiliario, quer quanto a de outra natureza que possam interessar ao ensino.

Paraphrasis unico - Neste relatório o inspector dirá sobre a orientação pedagogica dada aos professores, e movimento estatístico de matricula e frequência dos estabelecimentos de ensino publicos e particulares, o aproveitamento dos alumnos e sobre as necessidades das escolas, quer quanto ao seu material de expediente e mobiliario, quer quanto a de outra natureza que possam interessar ao ensino.

CAPITULO VI

Do anno lectivo, das aulas, das promoes dos alumnos e das férias

Art. 46 - O anno lectivo em todas as escolas mantidas pelo Território começará no primeiro dia útil do mez de março e terminará no ultimo dia útil da primeira quinzena de dezembro.

Art. 47 - O periodo de férias terá de 16 de dezembro ao ultimo dia do mez de fevereiro do anno immediato.

Art. 48 - Durante o periodo de férias as professoras, salvo motivo de força maior, deverão frequentar os cursos de aperfeiçoamento que se organisarem.

Art. 49 - As escolas primarias funcionarão das segundas-feiras aos sabados.

Art. 50 - Nos quinze primeiros dias do mez de julho a directoria da escola, de accordo com o inspector escolar, verificará quizes os alumnos da primeira serie em condicões de serem promovidos à classe immediatamente superior.

Art. 51 - As promoções dos alumnos das outras series serão feitas no mez de dezembro.

Art. 52 - Será apurado o aproveitamento dos alumnos por meio de tests ou de exames.

Art. 53 - Quando se applicar o segundo processo, os exames se realizarão nos sete primeiros dias de dezembro, devendo ser escritos e oraes, computando-se o mez de anno para a apuração da nota final.

Art. 54 - Os exames escritos consistirão apenas de duas horas de redacção e de arithmetica, levando-se em conta a calligraphia.

Art. 55 - Quinze dias antes dos exames, os professores apresentarão ao inspector escolar a relação dos alumnos habilitados a prestar-los.

Art. 56 - Nos grupos escolares esta relação será apresentada por intermedio da directoria.

Art. 57 - As bancas examinadoras das escolas situadas nas sedes dos Municipios serão presididas pelo inspector, nellas tomando parte a professora da turma e uma outra professora por quelle designada.

Art. 58 - Terminados os exames, serão remetidos, em duplicata, ao inspector escolar, quadros demonstrativos e actas dos seus resultados, devendo uma via dos mesmos ficar na sede da inspectoria e a outra, ser enviada à Directoria de Instrução.

Art. 59 - Após os exames, a directoria da escola fornecerá ao alumno aprovado em cartão indicando a classe que o mesmo frequentará no anno seguinte.

Art. 60 - O alumno que terminar o curso do grupo escolar receberá um diploma de ensino primario passado pela respectiva directoria e visado pelo inspector.

CAPITULO VII

Da finalidade, da orientação, dos methodos e dos processos de ensino

Art. 61 - A finalidade do ensino será o individuo mais apto para os melhoramentos da vida, desenvolvendo a sua intelligencia, aperfeiçoando suas qualidades físicas, moraes e civicas, indicando-lhe a necessidade da constituição da familia e,

ANEXO B - REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO TERRITÓRIO DO ACRE PAG.2

habilitando-o, emfim, no desempenho das funções que o meio e a sua condição social exigirem.

Art. 62—Os inspectores escolares e os professores deverão orientar o ensino de modo a preencher as exigências que satisficam os objectivos do artigo anterior.

Art. 63—No curso primario, o ensino será ministrado pelo methodo intuitivo, não sendo admittido o abuso de exercicios de memoria.

Art. 64—No ensino da leitura, no processo analytico, devendo os inspectores escolares orientar os professores afim de que seja bem empregado, e não degenerar em confusão ou redundancia em prejuizo do adelantamento da criança.

Art. 65—Os programas primarios deverão ser revistos annualmente, observando-se em todas as materias o ensino concentrado, exchindose-se tudo aquilo que não seja util á vida pratica.

Art. 66—Estes programas serão organizados por uma junta composta de 3 membros, della fazendo parte, obrigatoriamente, os Directores de Instrução e Saúde Publica, ficando ao criterio do governador a designação de outra pessoa para preencher o numero de membros exigido.

CAPITULO VII Do material escolar e da sua distribuição

Art. 68—O Director de Instrução Publica providenciara com a devida antecedencia para que seja fornecido o material e mobiliario necessarios ao bom funcionamento das escolas durante o anno lectivo.

Art. 69—Tanto o mobiliario como o material escolar serão entregues aos inspectores escolares que os receberão sob sua responsabilidade e os distribuirão de accordo com as necessidades verificadas.

Art. 70—O inspector escolar ficará responsável pela má distribuição ou pelo extravio de material ou de mobiliario escolar, ainda não entregue aos directores dos estabelecimentos de ensino.

Art. 71—Mensalmente, o inspector enviará á Directoria de Instrução Publica uma relação do material existente em deposito, do material recebido e do material distribuido.

§ unico—Igual procedimento terá no fim de cada anno lectivo.

Art. 72—O material escolar, construído de tudo aquilo que, de accordo com o progresso da pedagogia, for julgado necessario á aprendizagem do programma.

Art. 73—O mobiliario escolar constará dos moveis e mais objectos indispensaveis á boa instalação da escola.

CAPITULO VIII Da escripturação escolar

Art. 74—Para que a escripturação de cada escola seja feita regularmente, deve na mesma existir o seguinte:

- um livro para matricula;
- um livro para registro dos officios expedidos;
- um livro para protocolo dos officios expedidos;
- um livro para entrada e saída dos membros do magisterio e dos outros funcionarios do ensino;
- livros para chamada dos alumnos de cada turma;
- um livro para registro dos volumes da bibliotheca;
- um livro para registro dos objectos do museu escolar;
- um livro para cadastro geral.

Art. 75—Todos os livros serão escripturados ábica e regularmente.

Art. 76—A directora da escola será responsavel pela escripturação escolar.

Art. 77—Abem destes livros, a directora da escola terá um arquivo onde serão guardados, seu catalogo, officios, cartas, circulares, instrucções e mais documentos recolhidos.

Art. 78—A inspectora terá a seu cargo um livro para registro de officios expedidos, um livro para protocolo de officios expedidos e um arquivo para guarda de documentos.

Art. 79—Quando um alumno for eliminado, a directora da escola deverá amarrar com tinta vermelha, na columna «Observações» do livro de matricula, a data e o motivo da eliminação.

CAPITULO IX Das deveres dos inspectores escolares, dos professores e dos demais funcionarios do ensino

Art. 80—Ao inspector escolar compete:

- a)—a fiscalização dos estabelecimentos de ensino mantidos pelo Territorio;

- b)—a fiscalização dos estabelecimentos de ensino mantidos pelo Municipio mediante accordo com as autoridades municipais;
- c)—a fiscalização dos estabelecimentos de ensino mantidos por particulares;
- d)—orientação dos membros do magisterio territorial, municipal e particular;
- e)—a organização de relatorios mensaes;
- f)—a organização de relatorios annuos;
- g)—fazer conferencias sobre assumptos pedagogicos;
- h)—a organização de cursos de especialidades, convidando para fazer parte dos mesmos pessoas do lugar e de reconhecida competencia;
- i)—a remessa de informações annuas á Directoria de Instrução Publica, sobre professores, dando parecer acerca do que deva occupar a direcção do grupo escolar no anno lectivo immediato;
- j)—fazer quatro visitas mensaes, no minimo, a cada um dos estabelecimentos de ensino situados na sede do Municipio, inclusive os localizados nos subúrbios;
- k)—fazer duas visitas annuas ás escolas situadas no interior do Municipio, em épocas determinadas pelo Director de Instrução Publica;
- l)—a remessa mensal a quem de direito do ponto dos funcionarios do ensino;
- m)—a remessa mensal dos dados estatísticos sobre matricula e frequencia de todas as escolas territoriais, municipais e particulares que lhe estiverem subordinados;
- n)—informar ao intendente qual o material necessario ao bom funcionamento das escolas municipaes.
- o)—completar as directores dos grupos escolares e de escolas;
- p)—a verificação do exacto cumprimento por parte das professoras, dos programas de ensino;
- q)—o encerramento do ponto diario das professoras e dos demais funcionarios do ensino que lhe estiverem subordinados;
- r)—o cumprimento das ordens emanadas do inspector escolar;
- s)—a orientação pedagogica das professoras do estabelecimento de ensino que dirigir;
- t)—abertura e encerramento dos trabalhos diários;
- u)—a escripturação escolar;
- v)—directora e organização da bibliotheca, do museu e do arquivo escolar;
- w)—a organização dos mappaes estatísticos mensaes de matricula e frequencia, que deverão ser enviados ao inspector escolar até o quinto dia útil do mez seguinte;
- x)—a comunicação mensal á inspecção escolar do exercicio dos funcionarios do ensino que lhe estiverem subordinados.

Art. 81—Ao magisterio em geral, compete:

- a)—o fiel cumprimento das ordens emanadas das autoridades superiores do ensino;
- b)—o cumprimento exacto do programma do ensino;
- c)—a entrada na escola á hora regulamentar, sabido no termino o periodo de aulas;
- d)—o comparecimento a todas as solemnidades escolares, fazendo preleções á respeito;
- e)—manter durante a aula a disciplina, a ordem e o assiso;
- f)—assistir aos canticos, ás formulações e ao recreio, acompanhando sempre seus alumnos e aproveitando todos os momentos para lhes ensinar a maneira de bem proceder.

Art. 82—Ao porteiro-servente do grupo escolar, compete:

- a)—estar no estabelecimento de ensino meia hora antes do inicio das aulas;
- b)—manter assido todo o prédio escolar, assim como o terreno a elle pertencente;
- c)—zelar pela conservação do material e mobiliario escolar, mantendo sempre limpos e em condições de serem utilizados;
- d)—não se ausentar do prédio escolar sem consentimento do director do estabelecimento;
- e)—cumprir todas as ordens emanadas dos professores, do director do estabelecimento ou de outras autoridades da escola;
- f)—auxiliar os professores na manutenção da ordem e da disciplina.

CAPITULO X Da disciplina dos funcionarios

Art. 83—Os membros do magisterio inclusive inspectores escolares,

alem da responsabilidade, civil e criminal, a que estão sujeitos, nos casos previstos em lei, são passíveis das penas disciplinares de que trata este Regulamento, pelas omissões de deveres, faltas ou irregularidades commetidas e as contrarias ás ordens emanadas de autoridades superiores.

Art. 85—Os funcionarios do ensino estão sujeitos ás penas seguintes:

- a)—advertencia oral ou escripta;
- b)—censura;
- c)—suspensão;
- d)—advertencia oral ou escripta ser applicada pelo superior immediato ao funcionario faltoso.

Art. 87—A censura será applicada pelo Director da Instrução Publica.

Art. 88—A suspensão até oito dias será applicada pelo Secretario Geral.

Art. 89—Em caso de reincidencia, applicar-se-á a pena immediata superior.

Art. 90—Nas faltas ao exercicio e licenças dos membros do magisterio serão applicados os dispositivos do decreto 14663, de 15 de fevereiro de 1921.

Art. 91—Os membros do magisterio gozarão as ferias escolares dentro do Territorio, salvo permissão do governador, para gozalas fora.

Art. 92—São consideradas abonadas as faltas que os funcionarios de ensino derem motivadas por serviço publico obrigatorio ou por desempenho de commissão, para qual forem designados pelos seus superiores.

Art. 93—O funcionario será exonerado:

- a)—por pedido, quando solicitar e de accordo com as leis em vigor;
- b)—por accitação de outro cargo ou função incompativel, sem que haja antes requerido exoneração;
- c)—por abandono, de accordo com os dispositivos do decreto n. 14663 de 15 de fevereiro de 1921;
- d)—quando incorrer por tres vezes na pena de suspensão;
- e)—por condemnado em processo crimine, quando a sentença passar em julgado;
- f)—por conveniencia do serviço publico;
- g)—a bem da disciplina escolar;
- h)—a bem da moralidade;
- i)—a bem do serviço publico.

Art. 94—O funcionario punido poderá interpor recurso dirigido ao director do grupo escolar, a autoridade superior.

Parágrafo unico—No caso da pena ser applicada pelo governador, o funcionario poderá pedir sua reconsideração, dentro do allardado prazo.

CAPITULO XI Do ensino municipal

Art. 95—Para uniformidade do ensino, o primario custeado pelos Municipios deverá obedecer ás mesmas bases do mantido pelo governo do Territorio.

Art. 96—Para se alcançar esse objectivo, os Municipios deverão entrar em accordo com a Directoria de Instrução Publica do Territorio para que esta possa estender a sua acção ás escolas por elles mantidas.

Art. 97—A acção da Directoria de Instrução Publica não se limitará apenas á orientação pedagogica, mas tambem á fiscalização dos estabelecimentos de ensino.

Art. 98—As escolas municipaes deverão adoptar os programas de ensino primario organizados para as escolas territoriaes.

Art. 99—As disposições deste regulamento relativas á organização das escolas territoriaes deverão ser adoptadas pelos Municipios para que estas sejam as escolas do Territorio funcionando harmonicamente, formando um todo homoganeo.

Art. 100—Os professores das escolas municipaes ficarão na obrigação de ensinar, no primeiro anno do curso escolar, dos mappaes mensaes de matricula e frequencia de todos os alumnos de aproveitamento dos alumnos, de acordo com os modulos adoptados pelo governo do Territorio.

Art. 101—Os inspectores escolares entender-se-ão com os governos municipaes afim de que as escolas por estes mantidas não sejam installadas em localidades em que já existam escolas territoriaes, que sejam desnecessarias pela escassez da população escolar.

Art. 102—Quando consultados a respeito, ou mesmo nos casos em que julguem necessarios, os inspectores escolares deverão representar aos governos municipaes sobre a necessidade de a criação de escolas nas localidades em que houver a sua falta.

Art. 103—As visitas ás escolas municipaes serão feitas na mesma conformidade que as das escolas territoriaes.

CAPITULO XII Das nomeações de inspectores escolares e dos membros do magisterio

Art. 104—Para as vagas que ocorrerem no quadro dos inspectores escolares, deverão ser de preferencia aproveitadas as pessoas que tenham tido curso no magisterio publico ou particular.

Art. 105—As vagas que se verificarem no quadro dos professores primarios serão preenchidas com os diplomados pela Escola Normal do Territorio.

§ 1º—Enquanto não for installada a Escola Normal do Acre, de preferencia serão nomeados para os cargos vagos os diplomados pelas Escolas Normaes do Distrito Federal ou dos Estados.

§ 2º—Na falta de professores diplomados, as nomeações recairão em pessoas de reconhecida competencia, as quaes, a criterio do governador, serão ou não submettidas a exame de habilitação.

Art. 106—Em caso de igualdade de situação entre professores do sexo masculino e do sexo feminino, este terá preferencia.

Art. 107—Os inspectores escolares intercederão junto aos intendentes afim de que nas vagas a preencher no quadro do magisterio municipal seja adoptado o mesmo criterio seguido para as nomeações dos professores territoriaes.

TITULO III Do ensino tecnico profissional Da sua organização

Art. 108—Nas sedes dos Municipios existirão escolas profissionais para ambos os sexos.

Art. 109—Nestas escolas será ensinado:

- a)—ao sexo masculino: costuras, pinturas, stenographia, contabilidade mercantil, desenho e musica;
- b)—ao sexo feminino: carpintaria, marcenaria, agricultura elemental e seus derivados, typographia e emaldernação;
- c)—a ambos os sexos: dactylographia, arithmetica, contabilidade mercantil, desenho e musica.

Art. 110—Para cada um destes cursos serão nomeados um professor especial pela Directoria de Instrução Publica.

Art. 111—Além das escolas profissionais nas sedes dos Municipios poderão existir outras nas cidades ou vilas do interior, de nomeando-se os professores e estas regras se applicarão.

Art. 112—A direcção das escolas profissionais urbanas caberá á professora mais antiga ou, em caso de igualdade de tempo de serviço, ao professor mais antigo, a Directoria de Instrução Publica designar.

Art. 114—Em todas as escolas profissionais deve haver a preoccupação do ensino pratico e utilitario, de preferencia, relegado para plano secundario todo e qualquer trabalho de lizo.

Parágrafo unico—Afim de que os alumnos possam ter a noção da finalidade economica do officio que aprendem, poderão ser accetos, para conferencias na escola, trabalhos de estabelecimentos publicos e mesmo de particulares, que os pagarem, revertido 2% em beneficio da caixa escolar, pertencente ao restante aos alumnos, á entrega, porém, dos seus paees ou responsaveis.

Art. 115—Nas escolas profissionais poderão ser matriculadas crianças que tenham feito o primeiro anno do curso primario.

Art. 116—Quando o alumno terminar o curso da escola profissional receberá o diploma correspondente.

TITULO IV Do regimen escolar

Art. 117—Dentro ou fora da escola, os professores deverão aproveitar qualquer oportunidade para transmitir aos alumnos preceitos de moral, de civismo e de hygiene.

Art. 118—Os responsaveis pelos alumnos matriculados nas escolas do Territorio enviarão todos os esforços para que os mesmos compareçam assiduamente ás aulas, devidamente uniformizados e limpos.

TITULO V Das penalidades

Art. 119—Será exigido para todos os alumnos das escolas do Territorio o uniforme que a Directoria de Instrução Publica indicar e for aprovado pelo governador.

Parágrafo unico—Para os alumnos das escolas profissionais, serão adoptados os mesmos uniformes, com a differença apenas dos distinctivos do curso.

Art. 120—O alumno que faltar durante 40 dias será eliminado no fim do mez em que completar esse numero de faltas, salvo motivo de molestia devidamente comprovada.

Art. 121—São deveres do alumnos:

- a)—comparecer ás aulas assiduamente e pontualmente;
- b)—ser obediente, disciplinado e respeitador;
- c)—frequentar o estabelecimento de ensino com o uniforme adoptado, mantendo-o sempre limpo, da mesma forma procedendo para com o seu corpo;
- d)—manter-se durante as aulas e na permanencia na escola com o devido respeito, procurando sempre evitar qualquer perturbacao do silencio ou da ordem;
- e)—atender á todas as recommendações do professor;
- f)—zelar pela conservação do material que lhe for entregue, do mobiliario e do prédio escolar;
- g)—sair em boa ordem quando findos os trabalhos escolares, evitando agrupamentos e portando-se convenientemente durante o trajeto para sua residência;
- h)—evitar durante o recreio os exercicios violentos e qualquer disputa com os colegas;
- i)—tratar os colegas com affeição e cortezia;
- j)—levantar-se em signal de respeito, quando entrar na sala de aula ou qualquer professor ou pessoa de qualquer officio;
- k)—quando incorporados aos seus collegos em solemnidades, manter a necessaria compostura, evitando paléstras;
- l)—evitar durante as aulas tratar de qualquer assumpto extranho ás lições;
- m)—evitar trazer para a escola objectos despropositos ás aulas;
- n)—não abandonar a sala de aula sem previo assentimento do professor;
- o)—apresentar ao professor uma justificativa escripta do pae ou responsavel dizendo o motivo da falta ou faltas commetidas nos dias ausentes;
- p)—comparecer a todas as solemnidades escolares;
- q)—comportar-se como alumnos, dentro da competencia das autoridades do ensino;
- r)—advertencia, em particular ou em aula;
- s)—reprehensão, em particular ou em aula;
- t)—tarefa de estudos para casa;
- u)—isolamento de seus collegos;
- v)—suspensão até o maximo de diez dias;
- w)—expulsão.

Art. 123—As penas de advertencia, reprehensão, tarefa de estudos e isolamento dos collegos poderão ser applicadas pelos professores das turmas e pelas directoras dos estabelecimentos de ensino.

Art. 124—As outras penas, quando as escolas das sedes dos Municipios, serão applicadas pelo inspector escolar.

Parágrafo Unico—As escolas do interior do Municipio estas penas serão da competencia das suas regentes.

Art. 125—O alumno que tiver sofrido a pena de expulsão não se poderá matricular noutra escola mediante consentimento do Director de Instrução Publica.

Art. 126—Não é permitido:

- a)—a applicação de castigos corporaes;
- b)—a permanencia da criança na escola, além da hora final das aulas;
- c)—Pela sua applicação ao estudo e bom comportamento, os alumnos terão direito as seguintes recompensas:

- a)—elogio;
- b)—premio honra;
- c)—premio que forem instituidos.

Art. 127—As notas de applicação e comportamento serão dadas por meio de grades de 1 a 10, assim entendidas:

- a)—de 1 a 3, má;
- b)—de 4 a 6, sufficiente;
- c)—de 7 a 8, bom;
- d)—9, optima;
- e)—10, optima.

Parágrafo Unico—A nota pessima será assignada por um zero.

Art. 128—Nos exames, as notas inferiores a 4 reprovam o alumno.

Art. 130—Os professores deverão ter o maximo criterio ao darem as notas de comportamento e applicação, evitando benevolencias prejudiciaes ou rigor exagerado.

ANEXO C - REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO TERRITÓRIO DO ACRE PAG.3

O ACRE - Domingo, 8 de junho de 1930

TITULO V
Das instituições auxiliares

CAPITULO I
Dos círculos de pais e professores

Art. 131—Em todas as escolas do Território será promovida por seus respectivos dirigentes a fundação de círculos de pais e professores, que terão como objectivo estreitar as relações entre os mestres e os responsáveis pelos alunos, colaborando, ambos assim para a melhor educação destes.

Art. 132—Os responsáveis pela direcção das escolas enviarão todos os esforços para que os círculos tenham parte nas comemorações cívicas.

Art. 133—Os conselhos dirigentes dos círculos procurarão, sempre que possível, realizar concursos de gímnastica e promover inquéritos sobre a vida escolar.

Art. 134—Os círculos devem também colaborar no desenvolvimento das caixas escolares, procurando angariar donativos para os seus cofres sociais e promover a realização de festas, kermisses e benefícios que resultem em parte do aumento das rendas das mesmas caixas.

CAPITULO II
Das caixas escolares

Art. 135—Em cada Município deverá existir uma caixa escolar afim de beneficiar todos os alumnos necessitados das escolas municipais e territoriais.

Art. 136—Estas caixas serão dirigidas por um presidente, que será sempre o inspector escolar do Município, um secretario e um thesoureiro, cargos que serão occupados por professores.

Art. 137—Cada escola constituirá uma secção da caixa, que será administrada por uma directoria própria.

Parágrafo unico—Estas secções ficarão subordinadas à directoria geral da caixa.

Art. 138—As caixas procurarão fornecer às crianças reconhecimento, livros, uniformes e material indispensavel ao ensino.

Art. 139—As caixas escolares reger-se-ão por estatutos approvados em assemblea geral de professores.

CAPITULO III
Da Federação Escolar de Escoteiros

Art. 140—Nesta data fica creada a Federação Escolar de Escoteiros, composta das associações de escoteiros escolares do Território.

Art. 141—Tanto a Federação, como as associações reger-se-ão por estatutos especiaes, tanto quanto possível uniformes.

Art. 142—O Director de Instrução Publica será o presidente da Federação Escolar de Escoteiros.

Art. 143—O conselho supremo da Federação será composto do governador do Território, do Secretario Geral do Governo, do intendente da capital e do Director de Instrução Publica.

CAPITULO IV
Dos museus e bibliotecas escolares

Art. 144—Em todas as escolas do Território e, principalmente nos grupos escolares, serão organizados por iniciativa dos seus corpos docentes ou dos círculos de pais e professores, museus e bibliotecas escolares que servirão para auxiliar o ensino dos mesmos estabelecimentos.

Art. 145—As bibliotecas serão constituídas pelas obras doadas por particulares e pelas que o governo do Território mandar fornecer.

Art. 146—Os museus ficarão sob os cuidados das directorias dos estabelecimentos, as quais procurarão, com auxilio dos outros professores, augmentar e renovar o que com trabalhos feitos por alumnos, quer com objectos adquiridos por doação, quer com outros quequeser elevados a capital, e de interesse para o seu desenvolvimento.

Art. 147—Todos os professores deverão descrever em seus alumnos o interesse pela ampliação dos museus escolares, fazendo-lhes ver a utilidade e as vantagens dos mesmos.

CAPITULO V
Do intercambio escolar

Art. 148—Será mantido nas escolas do Território o intercambio de trabalhos e correspondências de seus alumnos, para que entre elles se desenvolvesse o espirito de solidariedade.

Parágrafo unico—Este intercambio pode ser feito directamete ou por intermedio da Directoria de Instrução Publica.

Art. 149—Afim de que tenha maior desenvolvimento o espirito de solidariedade e possam as crianças do Acre conhecerem os costumes e do progresso das outras regiões do paiz, o intercambio de correspondencia e trabalhos escolares será mantido com todas as escolas das diversas unidades da Federação.

Art. 150—Aos inspectores escolares ficará o encargo de desenvolvimento e da fiscalisação do intercambio escolar, dando conhecimento à Directoria de Instrução Publica de tudo que occorrer.

TITULO VI
Do ensino particular

CAPITULO UNICO
Da fiscalisação, da orientação e do funcionamento das escolas particulares

Art. 151—O ensino ministrado em estabelecimentos particulares ficará sujeito à fiscalisação da Directoria de Instrução Publica.

Parágrafo unico—Esta fiscalisação será feita por intermedio do inspector escolar do Município em que estiver localisado o estabelecimento.

Art. 152—A fiscalisação obedecerá ao mesmo critério adoptado para inspecção das escolas territoriaes e municipais.

Art. 153—O ensino primário particular deverá obedecer à mesma inspecção do ensino primário publico, devendo nas escolas que o ministrarem ser adoptado o programma do ensino primário official.

Art. 154—O anno lectivo das escolas particulares será o mesmo que o das escolas publicas.

Art. 155—Todas as escolas particulares, por intermedio dos seus directores ou mantenedores, serão obrigadas a registrar na Directoria de Instrução Publica.

Art. 156—No registro dos referidos estabelecimentos de ensino deverão ser fornecidos os seguintes dados:

- a) nome da escola ou curso;
- b) nomes do director e professores;
- c) sistema de funcionamento da escola, si em internato, semi-internato ou externato;
- d) especie de ensino ministrado;
- e) localisação da escola;
- f) numero de salas em que funciona;
- g) numero maximo de alumnos para cada classe;
- h) materias ensinadas, com os respectivos programmas.

Art. 157—Nas escolas particulares não será permitido:

- a) que a lingua vernacula, a geographia e a historia do Brasil e do Acre, e a educação moral e civica sejam ensinadas por estrangeiros;
- b) que as diversas materias do curso, com excepção das linguas estrangeiras, sejam ensinadas noutra lingua que não a vernacula.

Art. 158—Os directores dos estabelecimentos de ensino particular serão obrigados a fornecer, mensalmente, à inspecção escolar, que se remetterá à Directoria de Instrução, mappaes estatísticos de matricula e frequencia, identicos aos adoptados nas escolas publicas.

Art. 159—Todo o professor que tiver dez ou mais alumnos aprendendo em sua residencia ou fora desta mas em conjunto, ficará obrigado ás exigencias deste capitulo.

Art. 160—Para que qualquer estabelecimento de ensino particular possa ser subvencionado ou contemplado na distribuição das quotas lotéricas, é necessario:

- a) que obedea ás exigencias contidas neste Regulamento;
- b) que mantenha para a decima parte dos alumnos matriculados, o ensino gratuito, em se tratando de externato, e ensino e pensão, quando se tratar de internato.

Parágrafo unico—Aos inspectores escolares cabe a verificação do cumprimento das disposições deste artigo, communicando à Directoria de Instrução Publica as irregularidades encontradas.

Art. 161—Os delegados de hygiene e saúde publica poderão estender as suas vistas de inspecção ás escolas particulares, principalmente ás subvencionadas, afim de verificar as condições de seu funcionamento.

TITULO VII
Do recenseamento escolar

CAPITULO UNICO
Da sua realisação

Art. 162—De cinco em cinco annos, em data determinada pelo governador, será procedido em todo o Território o censo das crianças em idade escolar, afim de que se possa com exactidão calcular o numero de analfabetos e, pelos dados colhidos, fazer a localisação das escolas ou verificar os pontos onde se torne mais premente a necessidade do funcionamento de escolas ambulantes.

Art. 163—O recenseamento escolar será dirigido pelo Director de Instrução Publica e Estatística que fará como auxiliares directos os inspectores escolares exercendo as funções de chefes do censo nos Municípios.

§ 1º—Os funcionarios da Secretaria Geral do Governo que servirem na Directoria de Instrução Publica e Estatística auxiliarão a direcção geral do recenseamento;

§ 2º—Os professores territoriaes e municipais servirão de recenseadores.

Art. 164—Os inspectores escolares, com antecedencia, dividirão os Municípios em zonas, de modo que possa o censo ser feito sem desperdicio de verba e de energias por parte dos recenseadores.

Parágrafo unico—Cada zona ficará a cargo do seu recenseador sendo que, nas zonas em que não houver professor, substitua esta função o funcionario territorial para isso designado.

Art. 165—Terminado o trabalho dos recenseadores, caberá ao inspector escolar reunir todos os elementos colhidos e enviar-los à Directoria de Instrução Publica e Estatística para a apuração geral.

Art. 166—Feitas as apurações parciaes dos Municípios e a apuração geral do Território, serão enviadas ao governador acompanhadas de um relatório dos trabalhos e suggestões sobre a melhor localisação das escolas ante os resultados apurados.

TITULO VIII
Das disposições genes

CAPITULO I
Das datas nacionaes e das festas escolares

Art. 167—Serão dedicados ao culto cívico da Patria, em todos os estabelecimentos de ensino do Território os feriados nacionaes e as grandes datas da nacionalidade.

Art. 168—Alem das declaradas por lei e as que a historia registra a que se refere o artigo anterior, são consideradas como dias de festa as seguintes datas:

- a) 14 de janeiro, termino da campanha de reivindicção do Acre (1903);
- b) 6 de agosto, inicio da campanha reivindicçadora (1902);
- c) 17 de novembro, comemorativa do Tratado de Petrópolis, que reintegrava o Acre na communhão nacional (1903).

Art. 169—Os dias a que se referem os artigos precedentes assim como os de 21 de setembro, dedicado ao culto da arvore; 29 de abril, anniversario do nascimento do Barão de Rio Branco e 12 de dezembro, anniversario do nascimento de Placido de Castro, serão comemorados em todas as escolas do Território, com solemnidades cívicas, para as quaes, os docentes, com a collaboraço dos círculos de pais e professores, organizarão programmas especiaes.

Parágrafo unico—Nas cidades ou villas em que houver mais de uma escola, essas solemnidades serão realizadas em conjunto.

Art. 170—Nas escolas dos Municípios, tambem deverão ser comemoradas da forma prescrita nos artigos anteriores, as datas locais.

Art. 171—No dia do encerramento do anno lectivo, o inspector escolar providenciara para que nas cidades e villas onde houver mais de uma escola, seja realisaada apenas uma solemnidade, na qual deverão ser distribuidos premios iguaes que mais se distinguirem durante o anno e diplomam que terminarem o curso primario.

Art. 172—Sempre que for possível, em todas as solemnidades escolares, deverão ser realizados torneos de cultura physica entre os collegiaes.

Art. 173—O hymno nacional deverá sempre ser cantado em todas as solemnidades escolares.

Art. 174—Incumbem aos inspectores designar os professores que devam falar sobre os motivos das solemnidades.

CAPITULO II
Das servicoes medicos e odontologicos

Art. 175—Os servicoes medico e dentario escolares serão exercidos em todos os estabelecimentos de ensino do Território.

Art. 176—Na conformidade do respectivo regulamento, os delegados de hygiene e saúde publica nas sedes dos Municípios de Xapuri, Purrús, Tarauacá e Jurú, competem a inspecção medico escolar a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo unico—Os encarregados dos postos medicos encarregados da inspecção das escolas localisadas dentro de suas respectivas zonas.

Art. 177—Na capital do Território a inspecção medico-escolar será feita sob a direcção do respectivo Director de Hygiene e Saúde Publica que terá a auxilio o delegado de hygiene e saúde publica do Municipio de Rio Branco.

Art. 178—Quando se verificar que o alumno sofre de molestia contagiosa será feita communicação ao director do estabelecimento para seu immediato afastamento até completa cura.

Art. 179—Quando o professor tiver conhecimento que algum membro da familia do alumno estiver soffrendo de molestia contagiosa, deverá isto communicar à autoridade medicadim de que esta verifique si se torna necessario o seu afastamento.

Art. 180—Quando o professor se encontrar nas condições dos artigos anteriores deverá solicitar licença para evitar o seu afastamento por acto da administração.

Art. 181—As inspecções medica e dentaria abrangem tanto aos alumnos como aos docentes.

Parágrafo unico—Nestas inspecções os medicos deverão declarar se os alumnos que não devem frequentar as aulas ou exercicios de educação e cultura physica.

Art. 182—As autoridades sanitarias e bem assim os empregados da assistência dentaria deverão, mensalmente, realizar nas escolas de sua zona, palestras sobre hygiene em geral e da boca em particular.

Actos Officiaes

Foram expedidos os seguintes :

Dia 24 de maio

Determinado :

Que os servicoes dos funcionarios da directoria de hygiene e saúde publica, na Santa Casa de Misericórdia do Acre, sejam executados com observação de expediente das 8 ás 11 1/2 horas, diariamente.

Dia 28

Nomando :

O cidadão Domingos José de Barros, para o lugar de 2.º suplente de juiz municipal do 2.º termo da comarca de Senna Madureira.

Requerimentos :

Dia 26 de maio

Nilo Beserra, solicitando pagamento do fornecimento feito, para socorros ás victimas da epidemia de gripe e paludismo, neste Território.—A directoria de contabilidade.

— José Florencio da Silva, idem, de fornecimento.—O mesmo despacho.

— M. J. Soares, idem, idem.—O mesmo despacho.

Dia 27

Lopes & Cia, idem, para socorro ás victimas de epidemia de gripe e paludismo no Território.—O mesmo despacho

— Cesar Santos & Cia, idem, de fornecimento para a delegacia de hygiene e saúde publica do municipio do Tarauacá.—O mesmo despacho.

Dia 28

N. Maia & Cia, idem, de fornecimento para ás victimas da epidemia de gripe e paludismo no Território.—O mesmo despacho.

O sr. governador do Território expediu os seguintes officios :

MEZ DE MAIO

Dia 27—Ao sr. José de Souza Chaves, accusando e agradecendo a communicação de haver assumido as funções de gerente da agencia do Banco do Brasi, nesta cidade.

Dia 29—Ao administrador dos correios do Amazonas e Acre, solicitando sua interferencia junto da directoria geral dos correios, no intuito de conseguir uma autorisação para que a agencia postal de Brasília possa gozar das legalias de emissão de e executar encomendas internacionais.

Dia 31—Ao provedor da Santa Casa de Misericórdia do Acre, suggerindo que seria de inteira justiça denominar "Lazarcto Souza Araujo", o isolamento de leprosus situado nas proximidades desta capital, como reconhecimento e homenagem aos merecimentos desse grande benfeitor da humanidade, que é o notavel leprologo dr. Herculides Ceazar de Souza Araujo.

ANEXO D - REFERENTE AOS PREÇOS DE ASSINATURA DO JORNAL O ACRE, JORNAL OFICIAL

6

O ACRE - Domingo, 15 de dezembro de 1929

SUCCESSÃO PRESIDENCIAL

(Continuação da 1ª página)

RIO, 6 (A. A.) - Notícias de Carinhã informam que passou por ali com destino à capital da Bahia o dr. Djalma Pinheiro Chagas, secretário da agricultura de Minas Geraes o qual telegraphou ao governador Vital Soares comunicando a sua viagem. Supõe-se que o dr. Djalma Pinheiro Chagas é enviado do presidente Antonio Carlos para conferenciar com o governador Vital Soares sobre os graves factos da fronteira Bahia-Minas Geraes provocados pelo major Getúlio.

RIO, 7 (A. A.) - Em sua edição de hoje, "A Noite" mostra-se surtada com a notícia de que o dr. Djalma Pinheiro Chagas, secretário da agricultura de Minas Geraes viaja com destino à Bahia, não tendo emittido a viagem ao dr. Vital Soares.

Depois de fazer varias interrogações sobre os propósitos desta viagem, o mesmo vespertino concie que ella deve vir alguma tentativa de accordo politico.

A attitude de uma politico mineiro

UBERABA, 4 (A. A.) - O coronel João Pedro Costa, importante chefe politico daqui publicou na imprensa uma nota declarando não autorisar a ninguém a collocação de seu nome no directorio do partido republicano mineiro, recém-organizado em Uberaba pelo deputado Almor Prata para sustentar as candidaturas liberas, das quaes diverge.

O emprestimo de S. Paulo e a declaração do General Paulistano

S. PAULO, 4 (A. A.) - O "Correio Paulistano", em nota destacada, diz que não tem o menor fundamento a noticia de que o emprestimo de dois milhões de esterlinos contrahido pelo Estado havia sido entregue ao Banco do Brasil, declarando que pelo banco foram como era natural que fossem descontados os saques sobre Londres, tendo a respectiva importancia entrado para o banco do Estado.

Até o sigillo da correspondencia elles desvendam

RIO, 4 (A. A.) - O vespertino "A Noite" publica um telegramma do sr. Moraes Fernandes dizendo que o leader gauchista trouxe alguns despachos que leu na camara acrescentando que varios dos referidos despachos trahiriam pelo telegrapho nacional, o que prova os recursos de que dispõem os opposicionistas para desvendar o sigillo da correspondencia.

Que haverá a politica gaucha?

RIO, 6 (A. A.) - Os jornaes estranham o silencio do dr. Flores da Cunha depois do seu regresso do Rio Grande do Sul.

RIO, 6 (A. A.) - Em sua edição de hoje, "A Noite" acia que, neste momento se está passando alguma cousa anormal na politica situacão politica gaucha.

RIO, 6 (A. A.) - O "Correio da Manhã" diz que o deputado João Neves foi visto num automovel lenho, com physionomia contrahida, varios folhas de papel que lhe entregaria um contencioso, parecendo tratar-se de correspondencia pouco satisfatoria procedente de Porto Alegre.

Importante resultado operaria

RIO, 6 (A. A.) - Oito associações operarias realizaram, hontem grande reunião a fim de deliberarem sobre as homagens que deverião prestar aos drs. Julio Prestes e Vital Soares. Nesta reunião diversos oradores apreciaram as espontaneas manifestações de apoio e sympathia que o presidente de S. Paulo tem recebido dos lavradores paulistas por representarem ellas um protesto dos mesmos contra a exploração que a alliança liberal está fazendo em torno do café.

AGLORADOS DEBATES EM TORNO DO PROJETO AZEVEDO LIMA

As manobras obstructionistas dos liberas

RIO, 7 (Serviço especial) - A comissão de constituição e justiça reuniu-se hontem extraordinariamente para estudar o projecto Azevedo Lima concedendo o direito de voto aos acreanos para participarem das eleições presidenciaes. O deputado Francisco Valladares, que havia pedido vista do projecto, emittiu parecer julgando inconstitucional tal qual se acia regeido, embora reconhecendo ser justa a concessão de direitos politicos a todos os cidadãos brasileiros, concluindo por apresentar um substitutivo dando autonomia ao Territorio. O parecer do deputado Valladares provocou longo debate, salientando-se na discussão o deputado João Mangabeira, que, defendendo brillantemente o projecto Azevedo Lima, discorrendo do parecer Valladares, achando perfeitamente constitucional o projecto, e indicando-se em longas considerações judicicias e terminando por perguntar si os acreanos não eram brasileiros. O representante bahiano proclama sua sympathia por medidas mais amplias que venham favorecer aos acreanos, talvez mesmo a autonomia do Territorio, sendo porem, importante e opportuno examinar se o Acre está em condições de receber autonomia, que o representante confessa ignorar. Acha que o assumpto pela sua importancia deve merecer exame mais detido, que as circumstancias do momento não permitem, mas que isso não deve constituir justo motivo para se privar os acreanos das prerrogativas que o projecto Azevedo Lima lhes outorga. Os debates se animam, intervindo agora o deputado Flores da Cunha, que argumenta com o caso das Philipinas, para as quaes se acha de pedir no Senado Americano a sua independencia. O deputado Mangabeira manteve-se dentro do seu ponto de vista, argumentando com vivacidade e deixando viva impressão. O deputado Luiz Pinto manifestou-se favoravel ao projecto Azevedo Lima, embora tenha sympathias pela autonomia do Acre, assumpto que deve ser estudado com cuidado logo que esteja passado o dissidio politico. O deputado Paul Machado, representante maranhense, manifestou-se a favor do projecto Azevedo Lima, no que é acompanhado pelo representante fluminense deputado Floriano Magalhães. O sr. Melo Franco diverge e em nome de vista do deputado Mangabeira, cuja argumentação não julga de molde a convencer. O sr. Costa, em seriedade, referindo-se ao exemplar norte-americano, frisando, porem, ser sua generosa a situação do Acre. Conclue por manifestar-se favoravel ao substitutivo apresentado pelo deputado Valladares. O sr. Sergio Loreto, representante pernambucano, com brillantes argumentos, defende a inconstitucionalidade do substitutivo Valladares, que combate, concluindo por dar o seu voto ao projecto Azevedo Lima. Os debates proseguem animados despertando grande interesse da numerosa assistentia. Terminados estes, os presidentes vão sahendo e a votação do projecto Azevedo Lima, que o deputado Valladares já havia assignado o parecer e que, portanto, estava impossibilitado de pedir novamente vista, o que era anti-parlamentar, mas por uma decisão liberal acaba deferindo o pedido. Não obstante as manobras obstructionistas da alliança liberal, o projecto Azevedo Lima passará ainda este anno, estando a maioria da Camara vivamente interessada em sua conversão em lei, de modo a permitir que os acreanos participem do proximo pleito presidencial. Posso afirmar que absolutamente não se cogiu de autonomia do Acre, visando o substitutivo Valladares exclusivamente impedir a passagem do projecto de autoria do deputado Carlos.

A divida paralytana e as criticas da imprensa

S. PAULO, 5 (A. A.) - No "Correio Paulistano", o dr. Assis Chateaubriand commenta as noticias da nova manifestação hostil ao dr. Moraes Fernandes, em Porto Alegre, dizendo que estas representações arbitrariedades são provas eloquentes contra o liberalismo do governo Getúlio Vargas que nesse terreno está perfeitamente firmamento com o dr. Antonio Carlos.

As violencias praticadas pelos liberas na Paralytana

RIO, 5 (A. A.) - Os representantes aqui do partido conservador da Paralytana receberam telegrammas deste Estado relatando as violencias que ali vem sendo praticadas pelos agentes do governo estadual contra os partidarios das candidaturas nacionais, tendo sido por aqueles organizadas emboscadas contra os coronéis Bellarmino Lima e José Targino, chefes politicos dos municipios de Brejo e Cruzeiro. Contra o primeiro um soldado de policia desfechou dois tiros, ferindo-o gravemente.

Na Camara dos deputados de S. Paulo

S. PAULO, 6 (A. A.) - Na sessão da camara dos deputados o deputado Antonio Feliciano pediu um voto de luto por o congresso de lavradores do estado do deputado Hilario Freire, disersando logo apos, demonstrou que os fins do mesmo congresso foram deturpados por grupos fascistas, que aproveitaram a reunião para explorações politicas. Neste mesmo sentido fallou o leader da maioria deputado Armando Pardo. O requerimento apresentado foi rejeitado.

No Rio Grande do Sul

PORTO ALEGRE, 6 (A. A.) - Deu-se a seguinte lista de membros do conselho municipal de Bagé, devido ao recente accordo entre os partidos liberais e republicanos.

Desorganiza-se o comitê liberal de Uberaba

UBERABA, 6 (A. A.) - O partido liberalista aqui organiado pelo deputado Almor Prata continua desorganizando-se.

A mystificação do congresso de lavradores

S. PAULO, 7 (A. A.) - A "Folha da Noite", em artigo de hoje mostra o fracasso do congresso de lavradores, declarando que elle foi uma mystificação e que seus organizadores publicam listas repetindo os nomes dos mesmos lavradores para dar a impressão de grande numero. Termina por sustentar que o occorrido foi uma reunião de ataques pessoais em que não se quiz respeitar a opinião dos jornaes independentes que estão com S. Paulo contra os machoqueiros democraticos a serviço do dr. Antonio Carlos.

João Neves vai para a secretaria do interior do R. G. do Sul

S. PAULO, 7 (A. A.) - O "Correio Paulistano" noticiando que o dr. João Neves assumirá a secretaria do interior do Rio Grande do Sul, diz que naturalmente o dr. Getúlio Vargas comprehenderá já que não deve amparar leviandades de seu leader e, por isso, que está afilado do parlamento.

O sexo feminino vai votar

O exmo. sr. governador recebeu o seguinte radiograma: SENNA MADUREIRA, 13 - Temos prazer levar conhecimento vossentia que illustre juiz dr. Gonçalves Campos em luminoso despacho reconheceu nosso direito mandando expedir titulos pelo que representamos em breve concorre a nobres honras sanções. - *Andréia Almeida - Mirivara Araújo - Isabel Queiroz - Carlota Fernandes.*

A SOCIEDADE

Por motivo da passagem do quinto aniversario de casamento do dr. Hugo Carneiro e sua distinctissima esposa, se receberam campainhas pessoalmente e por telegrammas carias e cartões, das seguintes pessoas da amizade do distincto casal: Cel. João Cancio e familia, dr. Heirmano Fernandes e familia, dr. Marcos de Oliveira e familia, dr. Francisco Gondê, dr. Alberto Martins e familia, dr. Theodoro Assumpção, dr. Olavo Continente, cel. Innocencio Lopes e familia, João Mendes Filho e familia, major Djalma Dias Ribeiro e senhora, cel. Marcos Melo e senhora, Guilherme Bastos e senhora, senhorinhas Dalila Cravo e Rosy Celeste, dr. Egegnio Raulino e senhora, Adolpho Soares e senhora, dr. Acylyles Peret, familia Menina Pereira, Quintino Araújo e familia, cel. Servilio do Amaral, professor Pedro Mattos, Ruy Barreto, desembargador Alvim Filho, commandante Custodio Martins Eggeres, dr. Lourenço de Albuquerque Ross, Amthal Faiva e senhora, Cynio Brandão e senhora, Manoel Araújo e familia, dr. Alfredo Freitas e familia, dr. Alfredo de Freitas e familia, dr. Helio Abreu e familia, José Dias da Cunha e senhora, José de Souza Chaves e senhora, Possidonio da Cunha e senhora, Francisco de Paula, Francisco Galvão da Rocha e familia, Paulo Costa e senhora, Jonathan Soares, Francisco Soares Filho, Cel. Manoel Alves de Lima, João Macedo, e outros.

FALLECIMENTO: Telegramma hontem recebido trouxe a infusta nova do passamento, em Lábrea, da srz. d. Aida Oliveira esposa do sr. Francisco José de Oliveira, de origem de poeira naquelle cidade do vasto Estado do Amazonas, e filha do major Manuel Quintino Bezerra de Azevedo, Lo official da secretaria geral do Territorio.

MISSAS: Fôram celebradas nos dias 9 e 10 do corrente na igreja de S. Sebastião, missas por alma de dona Senhora Maria de Souza, na capital do Ceará, e veneranda genitora do dr. Francisco Contê, illustre secretario geral do governo do Territorio.

Tanto o primeiro acto religioso, mandado rezar pelo dr. Francisco Contê, como ao segundo, que foi pela familia numero de pessoas, entre as quaes foi possível destacar as seguintes:

SENHORAS: - Rosy Celeste de Souza, Maria Mendes, Maria Julia Mascarenhas, Eiza Mendes, Rymundina Dulce da Silveira, Bianca de Campos Pereira, Cláudia Augusta, Azevedo Araújo, Datinha Castro, Lindaura Rodrigues.

SENHORES: - Aylia de Freitas Carneiro, Manoel Barreto, Georgina Oliveira, Anna Bonini, Sarah Meneguê, Benedita Barros Ribeiro, Elisa Carbonell, Maria de Souza, Larissa Lina Rodrigues, Lina Mar.

SENHORES: - Dr. Hugo Carneiro, desembargador Alvim Filho, dr. Nemiro de Brito, dr. José Francisco de Melo, dr. Flavio Baptista, dr. Helio Abreu, dr. Mario de Oliveira, dr. Egegnio Raulino, dr. Manoel de Castro, dr. Vicente Franco Ribeiro, dr. Olavo Continente, dr. Armando Damasceno Junior, dr. Alberto Martins, dr. José de Castro Monte, major Djalma Dias Ribeiro, capitão Adolpho Soares, tenente Manoel Fontenelle de Castro, tenente Pedro de Vasconcellos Filho, Jonathan Soares, por si e pelo desembargador Djalma Mendonça, cel. Servilio do Amaral, major Guilherme Bastos, cel. Innocencio Lopes, dr. David Costa, cel. Virgilio Lima, major Isidoro Cunha Pereira por si e pelo cel. Marcos Oliveira, major Quintino Araújo, cel. Manoel Vasconcellos, Rayffundo de Souza, professor Pedro Mattos, tenente Casquinhas Santa Barbara, José Martin, Possidonio Cunha, José Martins da Costa, Joaquin Texeira Bastos, Sebastião Leite, Manoel Felício Macedo, Antonio Lourenço, Paulo de Castro e Costa, Manoel Araújo, Jorge Lavacca, Theodor Daria Macedo, José Leite da Silveira, Cesar de Souza, Manoel de Souza, Manoel de Souza, Walter Seiffert, Manoel Pinto, Adolpho Barbosa Leite, Francisco Leite de Moura, José Octávio Pimenta, Manoel Ferraz, Praxedes da Silva, Raymundo Mendes da Silva, José Cosme de Sant'Anna, Antonio de Aguiar, Filho pela Typographia. Official, Ruy Barreto pela redacção do O ACRE, a Direcção da Sociedade Beneficente dos Funcionarios Publicos, Kasser Glander, Gild Almeida, Miguel Fecury, Manoel Neves de Moura, Francisco Fernandes, Avelino Eves, Joaquim Figueira, Francisco Lima e Silva, Theophilus Souza, Euclydes Monte, Arnobio Meilo, Ibrahim Farah, Hussam Assen, Miguel Bastier, Sylvio Montenegro, Pedreiro Rocha.

"O ACRE"

Numero avulso \$500

Atrazado \$1000

ASSIGNATURAS

Por semestre \$5000

Por anno \$9500

Aos srz. funcionarios federaes, territoriaes e municipaes será concedido, nas assignaturas, o abatimento de 20%.

Os preços para as assignaturas commoçao a vigorar no dia 1 do janeiro de 1930.

Sociedade Beneficente dos Funcionarios Publicos do Acre

O sr. 2.º secretario da Sociedade Beneficente dos Funcionarios Publicos no Territorio do Acre pede nos a publicação do seguinte: «Do ordm do sr. presidente da Directoria são convocados os seguintes membros da mesa e do Conselho Fiscal para a sessão extraordinária que terá lugar no dia 15 do corrente, as 10 horas, no salão social, para tratar do assumpto de urgencia. - Rio Branco, 10 do Dezembro de 1929. - Pelo 1.º secretario, - (a) Felipe Mourão Pereira, 2.º secretario.»

O proximo sabbado, 21 do corrente, será levado a effeito nes salões da sociedade «Tentamen» um grande baile que o «Rio Branco» P. C. campelo da cidade, effectuará ás suas gentes tarcelonas e lidas Missas.

A ornamentação, pelo que nos foi dado ver, será deslumbrante.

NAS ESCOLAS

O encerramento de anno lectivo

Realiza-se, hoje, ás 16 horas, no grupo escolar «Sete de Setembro» o encerramento do anno lectivo das escolas territoriaes e municipaes desta cidade.

Esta festa, para a qual estão convidadas as autoridades federaes, territoriaes e municipaes e as familias dos alumnos, consistirá de um pequeno programma literario-musical no qual tomarão parte alguns collegios es srz. Esmeralda Massier e Hilda Leite, preceis de dez despedidas dos mestres e dos alumnos e da distribuição de premios ás collegias que mais se distinguiram.

Tentativa de assassinio do arcebispo de Belo Horizonte

BELLO HORIZONTE, 5 (A. A.) - A secretaria do arcebispo deu noticia a imprensa de que o arcebispo J. Cabral e seu secretario foram victimas de tentativa de assassinio por envenenamento.

O arcebispo, percebendo gosto estranho no pão, mandou substituí-lo. Alguns momentos depois o Cabral sentia-se mal, verificando os medicos que elle estava envenenado.

O seu estado não apresenta gravidade.

Na policia está aberto inquerito para apurar o facto.

O "Aquidaban"

BELEM, 6 (Serviço especial) - Sabrá daqui, no dia dezoito, com destino a esse Territorio, o vapor «Aquilidaban».

Reinaugurado o serviço de luz electrica de Brasília

BRASILIA, 12 (Serviço especial) - Com a assistentia do coronel Claudino Vieira Lima, intendente deste municipio recommou, hontem, a funcção do serviço de luz electrica desta villa que ha um anno estava paralyzada.

A população acha-se satisfeitissima.

Quereis ser eleito? Procurae na **Folha do Acre**, o presidente do Comité de defesa e propaganda do projecto Azevedo Lima, sr. cel. Servilio do Amaral.

